



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Tiago Branco e Marco Costa (substituído no decorrer da Sessão pela Deputada Elisa Sousa)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

A sessão plenária teve início com a [Verificação de Poderes do Deputado Jorge Miguel Azevedo Paiva \(CDS/PP\)](#), tendo para o efeito sido apresentado o respetivo Relatório a cargo da Deputada Joana Pombo Tavares (PS), na qualidade de relatora da mesma. O referido Relatório foi aprovado por unanimidade.

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, p r o c e d e u - s e à apresentação e votação de diversos votos, conforme abaixo descrito:

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Teves Franco de Lemos](#), cuja apresentação coube ao Deputado Rui Anjos (PS), ao qual seguiu-se, noda palavra, o Deputado António Vasco Viveiros (PSD), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

-[Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Teves Franco de Lemos](#), cuja apresentação coube ao Deputado José Pacheco (CH), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Roberto Andrade](#), cuja apresentação coube ao Deputado Pedro Pinto (CDS-PP), tendo também usado da palavra o Deputado Paulo Gomes (PSD). O referido Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Roberto Andrade](#), cuja apresentação coube ao Deputado Berto Messias (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira](#), cuja apresentação coube à Deputada Maria Isabel Teixeira (*PS*), tendo usado igualmente da palavra o Deputado Paulo Silveira (*PSD*). O Voto de Pesar em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira](#), cuja apresentação coube ao Deputado Jorge Paiva (*CDS/PP*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Floriano Eduardo Macedo Machado](#), cuja apresentação coube ao Deputado Rui Anjos (*PS*), ao qual seguiu-se, no uso da palavra, o Deputado Joaquim Machado (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Floriano Eduardo Macedo Machado](#) cuja apresentação coube ao Deputado José Pacheco (*CH*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Seguidamente, e de acordo com o Artigo 75º do Regimento da ALRA, foi presente uma [Comunicação do Governo Regional](#), tendo usado da palavra o Presidente do Governo (*José Manuel Bolieiro*). Neste âmbito, intervieram

também os Deputados António Lima (*BE*), Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), Carlos Furtado (*Independente*), Paulo Estevão (*PPM*) e Nuno Barata (*IL*).

Na continuação dos trabalhos no período da tarde, deu-se início à agenda de trabalhos, começando pelo ponto 1 relativo à [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XII – “Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Sobre esta matéria, intervieram, para além do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*) que apresentou o diploma, os Deputados Marco Costa (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*), Mário Tomé (*PS*), José Pacheco (*CH*),

António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Independente*) e Miguel Costa (*PS*). Submetido o diploma à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Proferiram, ainda, declarações de voto os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Mário Tomé (*PS*) e Marco Costa (*PSD*).

De seguida, procedeu-se à apreciação do ponto 2, relativo ao [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2006/A, de 21 de março, que estabelece o Estatuto do Pessoal não Docente do Sistema Educativo Regional”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE. Procedeu à sua apresentação a Deputada Alexandra Manes (*BE*), à qual seguiram-se os Deputados Jorge Paiva (*CDS/PP*), Rodolfo Franca (*PS*), Délia Melo (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Rui Espínola (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*) e ainda a Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*).

O Projeto em apreço foi aprovado por maioria.

Para declarações de voto, usaram da palavra as Deputadas Alexandra Manes (*BE*) e Délia Melo (*PSD*), bem como os Deputados Rodolfo Franca (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS/PP*) e José Pacheco (*CH*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 25 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Vamos dar início ao Período Legislativo de fevereiro. Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam as/os seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da **Costa**

Berto José Branco **Messias** **Carlos** Emanuel Rego **Silva** **Célia** Otelinda Borges **Pereira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Joana **Pombo** Sousa Tavares

João **Vasco** Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José **Gabriel** Freitas **Eduardo** **José** Manuel Gregório de **Ávila** **Lubélio** de Fraga

Mendonça **Manuel** José da Silva **Ramos** **Maria** **Isabel** Góis **Teixeira**

Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade **Carvalho**

Mário José Dinis **Tomé**

Miguel António Moniz da **Costa**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco** **Tiago** Alexandre dos Santos **Lopes** **Vasco**

Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental** **António** **Vasco** Vieira Neto de **Viveiros** **Bruno**

Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo** **Elisa** Lima **Sousa** **Flávio** da Silva **Soares**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da **Costa** Machado da **Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia** **Luís** Carlos Cota **Soares** **Marco** José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho **Furtado** Maria **Salomé** Dias de **Matos** **Vitória** Alexandra
Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE) **António** Manuel Raposo **Lima** **Alexandra** Patrícia Soares
Manes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa)

Presidente: Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, a nossa agenda tem um ponto prévio relacionado com a Verificação de Poderes do Sr. Deputado Jorge Miguel Azevedo Paiva.

Vamos proceder à apresentação do Relatório elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Tem a palavra a Sra. Relatora e Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer

Verificação de Poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores, Jorge Miguel Azevedo Paiva

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 8 de fevereiro de 2022, na sala das comissões 1, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Jorge Miguel Azevedo Paiva.

Estiveram presentes os Deputados José Gabriel Eduardo (Presidente), Joana Pombo Tavares (Relatora), José Contente, Lubélio Mendonça e Mário Tomé PS, Sabrina Furtado (Secretária), Alberto Ponte, Carlos Freitas, Guilhermina Silva e Marco Costa do PSD, António Lima do BE, Pedro Neves do PAN, Paulo Estevão do PPM e Rui Martins do CDS/PP (que participa sem direito a voto).

Capítulo II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante.

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro

(Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no n.º 2 artigo 70.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe os n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, na sua redação atual.

Nos termos do artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, na sua redação atual, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia Legislativa” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 7 de fevereiro de 2022, na sequência do pedido de suspensão do respetivo mandato pela Deputada Catarina de Oliveira Cabeceiras, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados da

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores , com efeito a 5 fevereiro de 2022, a Direção do Grupo Parlamentar do CDS-PP comunicou que a vaga será preenchida pelo candidato Jorge Miguel Azevedo Paiva.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 25 de outubro de 2020, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato Jorge Miguel Azevedo Paiva, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir a Deputada Catarina de Oliveira Cabeceiras.

O candidato Jorge Miguel Azevedo Paiva não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que o candidato é assistente operacional da Escola Básica e Secundária da Calheta, tendo suspenso estas funções a partir do dia 5 de fevereiro de 2022, inclusive, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS PARTIDOS

Os **Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PPM, e a Representação Parlamentar do PAN**, consideram estar verificada a elegibilidade e que o candidato supramencionado não está em situação de incompatibilidade.

Capítulo V CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável considera, por unanimidade, elegível o candidato Jorge Miguel Azevedo Paiva, e que o mesmo não está em situação de incompatibilidade, concluindo que, pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato do Deputado que substitui, ou seja, a 5 de fevereiro de 2022.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores.

Horta, 8 de fevereiro de 2022

A Relatora

Joana Pombo Tavares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

José Eduardo

Presidente: Obrigado Sra. Deputada. Está apresentado o Relatório. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos então votar este Relatório de Verificação de Poderes. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado.

Tendo sido aprovado o Relatório, peço ao Sr. Deputado Jorge Paiva que ocupe o seu lugar.

Seja bem-vindo a este Parlamento. E desejo-lhe bom trabalho em nome desta Assembleia.

(O Deputado Jorge Paiva ocupou o seu lugar na bancada do CDS/PP)

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, esta manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos, à emissão de votos, a uma comunicação do Governo Regional e a declarações políticas. Os tempos definidos pela

Conferência de Líderes definidos para esta manhã são os seguintes:

- Governo dispõe de 30 minutos;
- Partido Socialista dispõe de 48 minutos;
- PSD dispõe de 40 minutos;
- CDS/PP dispõe de 16 minutos;
- Bloco de Esquerda e PPM dispõem cada de 12 minutos;
- Representações Parlamentares do Chega e do IL dispõem cada de 10 minutos;

O Sr. Deputado Independente dispõe para todo o Período Legislativo de 5 minutos.

Vamos, então, iniciar com a apresentação dos votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro é um Voto de Pesar pelo falecimento Álvaro Teves Franco de Lemos, cuja apresentação será feita pelo Partido Socialista. Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

pelo falecimento do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta

Delgada Álvaro Teves Franco de Lemos

Álvaro de Lemos, faleceu a 18 de janeiro, aos 78 anos de idade.

Nascido a 8 de novembro de 1943, em Ponta Delgada, dedicou a sua vida à sua família, aos seus ideais e ao serviço da comunidade.

Álvaro de Lemos, marido, pai e avô, muito querido por todos, era um homem ímpar, de valores e de causas difíceis.

Um homem que defendeu os Açores e os açorianos sobre todos os seus interesses pessoais. Um açoriano que lutou convictamente pelos ideais de uns Açores Livres e Independentes.

Álvaro de Lemos desempenhou o cargo de Comandante da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários dos Bombeiros de Ponta Delgada, de

1975 a 1984. Empenhou-se fortemente na formação e na valorização desta corporação. Uma referência incontornável de um homem que, ao longo de muitos anos, se dedicou à melhoria da qualidade de vida das populações.

O seu sentido cívico de defesa do lema “Vida Por Vida” e numa entrega total, levou-o a ir mais longe a apoiar corporações de bombeiros das várias ilhas dos Açores.

Assim, e no Pico, apoiou a criação das corporações de bombeiros da Madalena e de São Roque e, nas Lajes, conseguiu que se reabrisse a corporação. Apoiou, também, as duas corporações de bombeiros de São Jorge, em Velas e na Calheta, e em São Miguel, a corporação dos Bombeiros da Povoação e do Nordeste. Coordenou os Bombeiros dos Açores no apoio humanitário às vítimas do terramoto que assolou as ilhas da Terceira, da Graciosa e de São Jorge a 1 de janeiro de 1980, contribuindo para a instalação do primeiro Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores.

Álvaro de Lemos, homem de forte carácter, foi uma referência incontornável dos soldados da paz nos Açores.

Aceitou sempre os desafios da vida com uma frontalidade invejável. Foi sempre um guerreiro que aceitou as suas causas com paixão.

Os guerreiros não morrem, entram para a História. Bombeiro uma vez, Bombeiro para sempre!

Foi ainda presidente do Clube Naval de Ponta Delgada e distinto sócio do Clube Desportivo Santa Clara.

Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 08 de fevereiro de 2022, emita este voto de pesar pelo falecimento do Comandante Álvaro Teves Franco de Lemos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua Família, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada (AHBVPD), ao Clube Naval de Ponta Delgada, ao Clube Desportivo Santa Clara, à Câmara e Assembleia

Municipal de Ponta Delgada e ao Conselho de Ilha de São Miguel.

Horta, Sala de Sessões, 08 de fevereiro de 2022

Os Deputados

Rui Anjos

Vasco Cordeiro

Andreia Costa

Presidente: Muito obrigado. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar associa-se a este Voto de Pesar, mas informa que irá apresentar um voto amanhã, sobre este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado. Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi provado por unanimidade. **Presidente:**

Também pelo falecimento do Sr. Álvaro Teves Franco de Lemos, o Chega apresentou um Voto de Pesar. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Álvaro Teves Franco de Lemos

Faleceu no passado dia 18 de janeiro, aos 78 anos, Álvaro Teves Franco de Lemos. Uma figura incontornável para os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e para as restantes corporações dos Açores, que ajudou a formar e a desenvolver.

Álvaro Teves Franco de Lemos nasceu em Ponta Delgada a 8 de novembro de 1943 e foi Despachante Alfandegário, profissão que desempenhou juntamente com o pai - Marino Franco de Lemos.

Além da profissão, sempre se dedicou à área social, onde a mãe - Maria Lomelino Teves Franco de Lemos - também teve grande influência. Essa dedicação às causas sociais já lhe vinha desde muito novo, tendo seguido a irreverência e o exemplo dos pais. Foi seguindo esse exemplo que se juntou para fundar o movimento dos Lions a nível regional.

Prestou serviço militar na Guiné e regressou a São Miguel onde foi, em 1972, convidado para ser Segundo Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada.

Três anos depois passou a Comandante. Durante o cargo - que desempenhou de 1975 a 1984 - sempre viu a formação e valorização dos Soldados da Paz de Ponta Delgada como uma mais-valia, que quis estender depois a outras ilhas.

Apoiou a criação das corporações de bombeiros da Madalena e de São Roque, no Pico, enquanto nas Lajes, também no Pico, conseguiu que a corporação reabrisse para prestar socorro à população. Em São Jorge - nas

Velas e na Calheta – fez com que as duas corporações melhorassem os seus serviços.

Já em São Miguel, as corporações de bombeiros da Povoação e do Nordeste ganharam novo impulso, com o empenho e conhecimento de Álvaro de Lemos que sempre se preocupou com os recursos humanos, mas também com as condições técnicas com que trabalhavam.

Na altura do terramoto, que a 1 de janeiro de 1980 assolou as ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge, coordenou os Bombeiros dos Açores no apoio humanitário às vítimas. Graças ao trabalho desenvolvido durante essa tragédia, foi depois chamado a contribuir para a

instalação e estruturação do primeiro Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores. Esteve também ligado ao desporto e foi dos primeiros sócios do Clube Desportivo Santa Clara. Foi dirigente do clube encarnado de Ponta Delgada durante largos anos e sempre defendeu as suas cores.

Esteve ligado à Frente de Libertação dos Açores – FLA e sempre se dedicou às causas açorianas. “Acima dos Açores só Deus”, dizia, e foi essa mesma frase que inscreveu na entrada da sua casa, no Livramento, que chamava “o ninho do Milhafre”.

Perante a sua dedicação aos Bombeiros dos Açores, às causas sociais e às causas açorianas, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, Álvaro Teves Franco de Lemos, do qual deve ser dado conhecimento à família, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, à Federação dos Bombeiros da Região Autónoma dos Açores, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e ao Município de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2022

O Deputado

José Pacheco

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao próximo Voto de Pesar, pelo falecimento do Sr. Roberto Andrade. É apresentado pelo CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“Voto de Pesar

Pelo falecimento de Roberto Andrade, Presidente do Grupo Desportivo do

Centro Social do Juncal e do Sport Club Praisense

Roberto Carlos Gomes de Andrade, nascido em 1970, natural da ilha Terceira, faleceu, em Lisboa, no passado dia 1 de fevereiro de 2022, aos 52 anos de idade.

Roberto Andrade era Presidente do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e do Sport Club Praisense, e encontrava-se em território continental em virtude de acompanhar as comitivas da equipa de futebol do Praisense para defrontar o Atlético Clube Marinhense, em jogo a contar para a 14ª jornada da Série D do Campeonato de Portugal, e da equipa masculina de ténis de mesa do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, a qual defrontava o Sporting Clube de Portugal, em partida a contar para o Campeonato Nacional da Primeira Divisão de Ténis de Mesa.

Agente da Polícia de Segurança Pública de profissão, Roberto Andrade foi um dos grandes impulsionadores da modalidade de Ténis de Mesa na ilha Terceira e deixa o nome ligado aos muitos dos sucessos desportivos do ténis de mesa açoriano.

Antigo atleta do Sport Club Praisense, no ano de 2020 Roberto Andrade sucedeu a Marco Monteiro na liderança dos encarnados, numa fase complicada da vida do clube – primeiro à frente da comissão administrativa e depois como presidente da direção. Era, por inerência, o representante do clube na SAD – Sociedade Anónima Desportiva. Foi com grande coragem e empenho pessoal que se dedicou à missão de recuperar o Praisense, quer do ponto de vista desportivo, quer do ponto de vista financeiro, tendo contribuído significativamente para a estabilização do clube numa fase complicada, apesar dos diversos obstáculos que encontrou.

Apesar da visibilidade conferida pelo cargo de presidente do Sport Clube Praisense, foi no Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, ao qual presidia há mais de duas

décadas, que Roberto Andrade conquistou os maiores triunfos enquanto dirigente desportivo, transformando o clube numa verdadeira referência do ténis de mesa português, destacando-se ao

nível da formação de seniores masculinos e femininos, e marcando presença regular nas competições europeias.

É de salientar que foi sob a direção de Roberto Andrade que o grupo desportivo do Juncal alcançou o único título de campeão nacional de equipas seniores, com a conquista da equipa feminina em 2014, além de dezenas de troféus nos escalões de formação.

Fruto da sua dedicação à modalidade, Roberto Andrade foi, durante vários anos, o representante do ténis de mesa no Conselho Açoriano para o Desporto de Alto Rendimento, além de delegado da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Deixa duas filhas, Raquel e Mafalda Andrade, que herdaram do pai o gosto pelo desporto e se tornaram também atletas.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Roberto Carlos Gomes de Andrade.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à PSP - Comando Regional dos Açores, ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, ao Sport Club Praiense, à Associação de Ténis de Mesa da ilha Terceira e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Os Deputados,

Pedro Pinto

Rui Martins

Jorge Paiva

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Está apresentado o Voto de Pesar.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Pesar e durante esta semana irá também apresentar um voto do mesmo teor.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar, é também pelo falecimento do Sr. Roberto Carlos Gomes de Andrade.

É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

falecimento de Roberto Carlos Gomes de Andrade

Faleceu no passado dia 1 de fevereiro de 2022, com 52 anos de idade, Roberto Carlos Gomes de Andrade.

Natural do Concelho da Praia da Vitória, Agente da Polícia de Segurança Pública a

desempenhar funções na Esquadra da Praia da Vitória, Roberto Andrade notabilizou-se enquanto dirigente desportivo e enquanto agente muito ativo e dinamizador do movimento associativo desportivo.

Foi fundador do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, instituição que celebra no próximo dia 13 deste mês 19 anos, clube que se destaca na modalidade de ténis de mesa, sendo um dos mais relevantes clubes nesta modalidade do País. Em apenas 19 anos, e fruto de grande esforço e dedicação, transformou um espaço com uma pequena mesa de ténis de mesa no Centro Social do Juncal, num clube de grande referência, com renovadas infraestruturas, com muitos títulos regionais e nacionais, com várias participações em provas internacionais e com uma grande dinâmica desportiva e social nos vários escalões de formação, envolvendo centenas de crianças e jovens, todos os anos, nas suas atividades.

A sua atividade neste âmbito colocou a Praia da Vitória e os Açores nos mais altos patamares do desporto nacional e internacional.

O seu nome é indissociável do crescimento e consolidação desta modalidade na Região, associados a pressupostos de gestão responsável e competente no âmbito do seu dirigismo desportivo.

Neste âmbito, desempenhou também funções nos órgãos sociais da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, bem como no Conselho Açoriano para o Desporto de Alto Rendimento (CADAR).

Mais recentemente, Roberto Andrade foi eleito Presidente do Sport Clube Praiense, coletividade desportiva do Concelho da Praia da Vitória, funções que ainda desempenhava.

Num contexto de grande complexidade desportiva e financeira deste Clube e com um vazio diretivo decorrente dessa situação, e quando a circunstância difícil talvez aconselhasse que não o fizesse, Roberto Andrade avançou para a liderança do Clube, sendo eleito em Assembleia Geral no dia 18 de agosto de 2020, afirmando-se, como sempre, disponível para resolver os problemas e para garantir a continuidade desta instituição de referência do Concelho da Praia da Vitória e da Ilha Terceira.

Era assim o Roberto Andrade, corajoso, competente e sempre disponível para ser parte da solução, postura que marca a sua vida.

Pelo que fez pelo Ténis de Mesa e pela dinâmica que sempre imprimiu à atividade desportiva e ao movimento associativo desportivo, enquanto matriz fundamental para uma sociedade mais desenvolvida e melhor preparada para os desafios do futuro, estamos gratos ao Roberto Andrade, que infelizmente nos deixou, ainda com tanto para dar e para fazer. Devemos todos mobilizar-nos para que o seu legado continue.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores propõe um voto de pesar pelo falecimento de Roberto Carlos Gomes de Andrade.

Que deste voto seja dado conhecimento à sua família, ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, ao Sport Clube Praisense, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Horta, Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2022

Os Deputados

Berto Messias

Vasco Cordeiro

Sérgio Ávila

Tiago Lopes

Rodolfo Franca

Andreia Costa

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Está apresentado o Voto.

Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar, é sobre o falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira, e é apresentado pelo Partido Socialista.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
pelo Falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira

Faleceu, no passado dia 29 de janeiro, o Padre Manuel Garcia da Silveira, com 80 anos de idade.

Nasceu na freguesia da Praia do Almoxarife, ilha do Faial, a 20 de fevereiro de 1941. Estudou e formou-se no Seminário Episcopal de Angra, tendo sido ordenado presbítero, no dia 8 de abril de 1967, na igreja paroquial da sua terra natal, igreja de Nossa Senhora da Graça, por D. Jaime Garcia Goulart, bispo de Díli.

Foi pároco junto das comunidades emigrantes dos Estados Unidos da América, onde vivia a sua família, sendo nomeado pároco da Piedade e Calheta do Nesquim, na ilha do Pico, em 1969. Em 1975 é nomeado pároco

da Luz, na ilha Graciosa e em 1980 nas Velas, ilha de S. Jorge, até à sua jubilação. Em S. Jorge também foi pároco na freguesia de Santo Amaro e no lugar da Beira. Ao deixar de ser pároco foi nomeado capelão da Casa de Repouso João Inácio de Sousa e da Santa Casa da Misericórdia de Velas. Em abril de 2012 é agraciado com a medalha de mérito, em prata pelo Município de Velas.

No dia 8 de julho de 2017 celebrou as bodas de ouro da sua ordenação presbiteral.

Em 2018 foi agraciado com a ordem de mérito, grau de comendador, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Dedicou-se à igreja Matriz de Velas, de forma brilhante, tendo adquirido espólio de elevado valor para a mesma e recebido doações de igual valor, foi um dos maiores conhecedores do património religioso da ilha de S. Jorge.

O sacerdote tinha um especial sentido ao património artístico religioso, nomeadamente a arte Sacra. Fundou o Museu de Arte Sacra em 1985 tendo em 2006, após reformulação do mesmo efetuado uma inauguração, com sessão solene e concerto.

Dedicou-se também à escrita sendo autor de vários livros, entre eles e em parceria com António Neves Leal, baseado na sua biografia, e intitulado “Pegadas de Uma Caminhada”, escreveu também “Subsídios para o Estudo do Património Artístico e Cultural da Matriz de Velas”, tendo entregue nessa obra ao Papa Francisco, em Roma, em 2017.

Muito havia a referir sobre o Padre Manuel Garcia da Silveira, deixou raízes em todas as paróquias por onde passou.

Rui Dores referiu no prefácio do livro “Subsídios para o Estudo do Património Artístico e Cultural da Matriz de Velas”, o seguinte: “O padre Manuel Garcia da Silveira tem dois amores: o amor à Igreja e o amor ao património artístico e histórico”.

Assim, o Grupo Parlamentar do PS, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação deste voto de pesar pelo falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família, à Ouvidoria da Ilha de S. Jorge, ao Conselho de Ilha, à Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Velas.

Horta, Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2022

Os Deputados

Maria Isabel Teixeira

Vasco Cordeiro

Sandra Faria

Miguel Costa

Andreia Costa

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este Voto de Pesar e irá apresentar um voto de idêntico teor ao longo deste plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar, é também sobre o falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira.

É apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva. **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):**

**“Voto de Pesar
pelo falecimento do Padre Manuel da Silveira**

Faleceu no passado dia 29 de janeiro, o Sr. Padre Manuel da Silveira, aos 80 anos de idade.

O Padre Silveira, como era conhecido, nasceu a 20 de fevereiro de 1941 e vivia em São Jorge desde 1980, onde escreveu dois livros.

Estudou e formou-se no Seminário Episcopal de Angra, tendo sido ordenado presbítero

no dia 8 de junho de 1967, na igreja paroquial da sua terra natal, por D. Jaime Garcia Goulart, Bispo de Díli.

Natural do Faial, mais concretamente da Praia do Almoxarife, o sacerdote tinha uma especial atenção ao património artístico religioso, nomeadamente

à arte Sacra, sendo este o objeto de estudo do seu último livro “Subsídio para o Estudo do Património Artístico e Cultural da Matriz de Velas”.

O livro foi apresentado no âmbito das Comemorações dos 50 anos da ordenação, na igreja da Nossa Senhora da Graça, na Praia do Almoxarife em 2017, livro também entregue ao Papa Francisco.

Trabalhou ainda algum tempo junto das comunidades emigrantes dos Estados Unidos da América, onde estava a sua família.

Em São Jorge foi simultaneamente pároco de Santo Amaro, sendo o primeiro pároco da Beira. Desde que deixou de ser pároco, foi nomeado capelão da Casa de Repouso João Inácio de Sousa e da Santa Casa da Misericórdia das Velas.

Civilmente foi reconhecido com a comenda de Mérito Cívico.

Foi um homem em que o rigor era a palavra de ordem, pois colocava rigor em tudo o que fazia e dizia.

Quem com ele teve o privilégio de lidar no dia-a-dia, irá sempre recordá-lo como um sacerdote ímpar.

Deixa a todos uma profunda lembrança de eterna saudade.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Padre Manuel da Silveira.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Diocese de Angra do Heroísmo, à Ouvidoria da Calheta da Ilha de São Jorge, à Câmara Municipal de Velas, à Junta de Freguesia de Velas, à Casa de Repouso João Inácio de Sousa e à Santa Casa da Misericórdia de Velas.

Os Deputados,

Jorge Paiva

Rui Martins

Pedro Pinto

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo falecimento de Floriano Eduardo Macedo Machado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos para a sua apresentação.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
pelo falecimento de Floriano Eduardo Macedo Machado

Floriano Machado faleceu a 13 de janeiro, aos 64 anos de idade, vítima de doença prolongada.

Era pai de Rui, Ricardo e Paula Machado.

Era natural de Ponta Delgada e foi desde sempre um homem do desporto, quer como atleta e treinador, quer mais tarde como jornalista desportivo. Enquanto atleta, foi jogador de diversas modalidades. Mas foi no hóquei em patins que se destacou, chegando mesmo a ser considerado como um dos melhores atletas de sempre dos Açores.

Começou a sua formação desportiva em 1964 e ingressou em 1967/68 no seu clube de sempre, o Clube Desportivo Santa Clara.

Ao longo dos anos foi-se evidenciando na sua técnica e afirmou-se como um modelo a seguir na modalidade.

Foi um jogador de alto nível e em 1974/75, representou o Sport Lisboa e Benfica.

Na década de 80, época que marcou pela positiva o hóquei micalense, com a abertura do Pavilhão Sidónio Serpa, em Ponta Delgada, foram criadas condições para a realização de torneios nacionais e internacionais. Foi lá que jogou contra o campeão europeu da altura, o Sporting Clube de Portugal.

No hóquei treinou, também, a Seleção de São Miguel. Tinha um instinto de finalização como poucos, uma técnica e uma velocidade que deslumbrava os admiradores da modalidade.

Do hóquei passou para o futebol, sempre com o emblema do Santa Clara. Com as cores do Santa Clara foi campeão açoriano e subiu à III Divisão do Campeonato Nacional.

Começou a trabalhar no jornalismo desportivo na RDP/Açores, hoje Antena 1 Açores, e foi como relator das tardes desportivas que narrou milhares de jogos e exaltou outros milhares de golos, ao longo de mais de 30 anos de carreira jornalística.

Quando era o “seu” Santa Clara vibrava ao seu estilo e cada palavra saía cheia de emoção e de maneira que só ele conseguia. Partiu um ser humano muito especial.

Um desportista nato, que marcou gerações. Uma grande referência do desporto açoriano. Marcou gerações e deixou um legado que é um exemplo para as gerações seguintes.

Será recordado como uma das maiores figuras do desporto e da comunicação social desportiva açorianas. O desporto e o jornalismo no Açores perderam um símbolo.

Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

reunida em plenário a 08 de fevereiro de 2022, emita este voto de pesar pelo falecimento de Floriano Eduardo Macedo Machado.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua Família, à Associação de Patinagem de São Miguel, à Associação de Futebol de São Miguel, ao Clube Desportivo Santa Clara, à Câmara e à Assembleia Municipal de Ponta Delgada e ao Conselho de Ilha de São Miguel.

Horta, Sala de Sessões, 08 de fevereiro de 2022

Os Deputados

Rui Anjos

Vasco Cordeiro

Andreia Costa

Sandra Faria

Miguel Costa

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tomo a palavra apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este Voto de Pesar, bem como ao que se seguirá do mesmo teor, por iniciativa da Representação Parlamentar do Chega. E que temos um voto de igual teor, permitindo-me dizer que, invocando a memória de Floriano Cabral, com quem tive o gosto de realizar dezenas de jogos de futebol nas competições nacionais ao serviço do Sta. Clara.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao último Voto de Pesar desta manhã, apresentado pela Representação Parlamentar do Chega, pelo falecimento de Floriano Eduardo Macedo Machado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“Voto de Pesar

Floriano Eduardo Macedo Machado

Atleta, treinador e jornalista desportivo, Floriano Eduardo Macedo Machado, faleceu a 13 de janeiro de 2022, aos 64 anos, em Ponta Delgada, sua terra natal. Um homem do desporto, que se notabilizou em várias modalidades e que, mais tarde, havia de lhes dar voz enquanto jornalista.

Nascido na freguesia de São José, em Ponta Delgada, a 15 agosto de 1957, Floriano Eduardo Macedo Machado, sempre se dedicou ao desporto. Praticou basquetebol, ténis de mesa, futebol e hóquei em patins, tendo sido nesta última modalidade que se destacou pela sua técnica individual.

Foi com a patinadora e treinadora Judite Gomes, que começou a sua formação na patinagem – em 1964 – numa aprendizagem que levou cerca de três anos, tendo depois ingressado no seu clube de sempre: o Clube Desportivo Santa Clara, na época 1967/68.

Foi-se evidenciando como jogador no hóquei em patins, tendo participado em vários jogos e torneios, até de veteranos. Passou depois a ser treinador, onde foi também técnico

da Seleção de São Miguel.

Com grande velocidade, técnica louvável e sentido apurado para a baliza, do hóquei passou para o futebol. A necessidade de melhorar a condição física assim o obrigou, já que os treinos de hóquei, na altura, eram poucos. Manteve-se sempre envergando o emblema do Santa Clara. Na altura era treinador Henrique Ben-David que viu na sua agilidade potencial para integrar o plantel principal da equipa encarnada. Assim foi, e com as cores do Santa Clara chegou a campeão açoriano e subiu à III Divisão do Campeonato Nacional.

Foi no futebol que sofreu a única lesão como desportista, quando um contacto com um adversário o deixou inconsciente em campo e o fez perder a audição do ouvido esquerdo, o que condicionou a sua continuidade como atleta.

Apesar de não voltar a entrar em campo enquanto atleta, começou a trabalhar como jornalista desportivo na RDP Açores, onde se manteve ao longo de 30 anos de carreira, dando eco de centenas de eventos desportivos.

Desta forma, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do desportista e jornalista desportivo Floriano Eduardo Macedo Machado, do qual deve ser dado conhecimento à família, à RDP Açores, e ao Clube Desportivo Santa Clara.

Horta, Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2022

O Deputado

José Pacheco

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Está apresentado o Voto de Pesar. Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Passamos à Comunicação do Governo Regional. Assim, ao abrigo do Artigo 75º do nosso Regimento, dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional para fazer a sua Comunicação.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores publicitou, para efeitos de consulta pública, no passado dia 4 do corrente mês, uma anteproposta do que será o próximo programa operacional dos Açores 21-27, sob a designação “Açores2030”, uma vez que se aplica a regra n+3, ou seja, embora o programa termine em 2027, é possível concluir os investimentos até 2030. É, sem dúvida, uma agenda para a década.

A preparação desta anteproposta tem sido, de facto, um trabalho de complexa articulação e coordenação entre diversas entidades e personalidades europeias, nacionais e regionais, estando neste momento, submetida a aperturas dos

parceiros sociais, partidos políticos, e cidadãos. E assim estará até ao próximo dia 25.

Deste Programa Operacional “Açores2030”, que pretendemos seja um importante contributo para “Uma agenda de convergência dos Açores”, que apresenta uma dotação de 1140 milhões de euros, da qual cerca de metade –

561 milhões de euros, é dedicada a uma agenda para a “convergência social” dos Açores, mais concretamente em áreas como a educação, a saúde e a inclusão social.

A alocação de verbas do FEDER e do FSE+ responde a rigorosos critérios técnicos de concentração temática, definidos nos respetivos regulamentos. A título de exemplo, no caso do FEDER, este inclui, entre outros, uma alocação mínima de 25% dos recursos ao objetivo estratégico de uma Europa + Inteligente. No caso do FSE+, foi dada prioridade às recomendações específicas identificadas no Semestre Europeu e assegurada uma alocação mínima de 25% dos recursos à inclusão social, 12,5% ao emprego dos jovens e 3% ao apoio às pessoas mais carenciadas.

Na execução, não podemos prescindir, para além das empresas, da administração pública, dos parceiros sociais como as autarquias, que terão um envelope em igual abrangência de oportunidades, de acordo com a sua vocação e preferência. Não limitaremos os fundos em áreas em que mais nenhum outro sector de atividade queira.

Às Misericórdias e IPSS, criaremos condições para que se possam candidatar, individualmente ou em parcerias, removendo a injustiça de que foram alvo no passado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do

Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Às ONG, que pretendemos que tenham uma participação ativa na promoção do nosso ambiente, na educação ambiental e na defesa dos nossos recursos, mas também para as empresas detentoras de órgãos de comunicação social privados, entre tantas outras alterações.

Temos de fazer um especial esforço para a convergência social, a par da económica. Adotamos o princípio de que a economia serve as pessoas, para melhorar as suas condições sociais e fazer funcionar o elevador social, pois temos a convicção que a convergência social, acabará, ela própria, por alavancar a convergência económica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não são as pessoas ao serviço da economia, mas a economia ao serviço das pessoas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Pretendemos, portanto, que todos se envolvam na definição do Programa Operacional Açores2030 como um verdadeiro elemento de desenvolvimento e

convergência social e económica entre a Região, o País e a União Europeia.

Na avaliação do Instituto Nacional de Estatística, em 2019, os Açores ocupavam o 22.º lugar da competitividade da economia (baixaram, portanto, de 21.º para 22.º lugar), entre as 25 regiões portuguesas, e mantiveram a última posição relativa à coesão económica.

No que concerne ao índice sintético de desenvolvimento regional, que é o resultado do desempenho conjunto das dimensões competitividade, coesão e qualidade ambiental, os Açores estão em 23.º lugar do total das 25 posições possíveis.

Relativamente à União Europeia, o PIB per capita dos Açores em 2019 representava 69,9%. Durante estes últimos 20 anos, já deste novo século, e apesar de todos os apoios europeus, tão significativos, os Açores evoluíram, em relação ao período anterior, apenas 1,3%.

Os Açores apresentam ainda hoje indicadores frustrantes na educação, na saúde e na economia.

Na educação, a taxa de abandono escolar precoce nos Açores era, em 2020, praticamente a mesma de 2016, 27%. Isto significa que 27% dos jovens entre os 18 e os 24 anos não têm o ensino secundário, e não estão a estudar nem a ter formação. Um indicador que é o triplo da média nacional.

Na saúde, apesar da acumulada dívida de 800 milhões de euros, através da empresa Saudaçor, e de uma dívida a fornecedores nos hospitais superior a 150 milhões de euros, em 2020, o indicador conhecido de mortalidade infantil nos Açores é o dobro do da média nacional.

Por outro lado, o indicador da esperança média de vida à nascença nos Açores é três anos inferior à média do indicador nacional.

Ora, a nossa realidade social, económica e financeira é, pois, muito complexa, pelo legado recebido.

Ora, a anteproposta do Programa Operacional Açores 2030 enquadra-se em cinco objetivos estratégicos:

Uma Europa mais competitiva e inteligente, investindo na inovação, na digitalização, na

competitividade das nossas empresas, na transição industrial e no empreendedorismo;
Uma Europa mais verde, que assegure a necessária sustentabilidade ambiental, investindo em novas fontes de energia e na economia circular, promovendo a eficiência na utilização de recursos e o combate às alterações climáticas;

Uma Europa mais conectada, reforçando a mobilidade e a acessibilidade;

Uma Europa mais social e inclusiva, promovendo a coesão social, através de investimentos na educação, na formação, na saúde, na inclusão, no emprego, na cultura e na inovação social, com especial incidência nas comunidades marginalizadas, nas famílias com mais baixos rendimentos e nos grupos desfavorecidos;

E, por último, uma Europa mais próxima dos cidadãos, promovendo a coesão territorial, apoiando o desenvolvimento local e o desenvolvimento urbano sustentável.

É, portanto, cumprindo os regulamentos comunitários e em coerência com o Programa do XIII Governo, que propomos uma alocação de 85% da dotação do Programa Operacional Açores2030 aos objetivos fundamentais de uma Europa Mais Social, uma Europa Mais Inteligente e uma Europa Mais Verde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Prioridade focada nas áreas essenciais da educação, inclusão social, formação, cultura, saúde e emprego, portanto focada nas pessoas, e entre estas especialmente as mais desfavorecidas.

Prioridade também focada na promoção do desenvolvimento económico, à investigação e à inovação, para investimento produtivo, que reforce a competitividade, em especial, das nossas micro, pequenas e médias empresas, a par da promoção da sustentabilidade ambiental.

Deputado Gustavo Alves (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do

Governo:

Este é o tempo de, após todas as auscultações, passar à definição. Sem atraso nem precipitações.

Os Açores são, para já, a única região do país que está a promover uma consulta pública generalizada sobre o seu programa operacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, ação de transparência e diálogo.

Portugal ainda não assinou o acordo de parceria com a Comissão Europeia, e na prática europeia, nada está decidido até estar tudo decidido. Como é obvio, estamos a promover participação e com tempo e em tempo adequado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Concluo, referindo que, no quadro das condicionantes regulamentares europeias, preconizamos mais participação na execução dos fundos comunitários, com vista para a década.

Ao Governo cabe motivar as pessoas, as instituições, as empresas, sejam elas micro, pequenas, médias e grandes empresas, para a oportunidade de uma boa e eficaz execução destes fundos.

Ao Governo cabe a operacionalização dos mesmos, de forma transparente, acessível a todos, desburocratizada, e com indicadores e metas claramente definidas.

Apostar numa verdadeira “agenda social de convergência”.

Pretendemos uma sociedade mais coesa, mais justa, com maior igualdade de oportunidades, alicerçada nos recursos gerados por uma economia privada mais competitiva, que garanta a prestação dos serviços fundamentais de qualidade, como são a saúde e a educação.

É do futuro dos Açores que tratamos todos.

Contamos com o envolvimento de todos para cumprirmos juntos estes desígnios.

Em tempos difíceis, com riscos para a paz na Europa, para o controlo dos preços dos fatores principais de produção, da inflação, das taxas de juro.

Às oportunidades juntam-se ameaças.

Em nome do Governo dos Açores, agradeço a todos quantos participaram nas audiências, e por todos os contributos que nos sejam dados no âmbito da consulta pública que está a decorrer.

Obrigado. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores. Está feita a Comunicação. E estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podia obviamente deixar que esta Comunicação do Sr. Presidente ficasse por aqui, porque julgo que o assunto merece ser debatido e aprofundado.

Devo dizer que foi com natural empenho que o Bloco de Esquerda participou, acedendo ao convite para tal, com contributos para a definição do Programa Operacional Açores 20/30 para o próximo Quadro Comunitário de Apoio que está ainda em vias de negociação.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que nós já conhecemos a anteproposta que nos foi enviada, mas ela não refletirá – julgo eu, ainda, os contributos quer dos partidos políticos, como dos parceiros sociais, até pelo tempo entre as audiências (na passada 6ª feira) e no mesmo dia, o seu envio e divulgação pública. Isso não invalida, nem nos inibiu, naturalmente, de apresentar aquelas que foram as nossas prioridades.

Daquilo que já se conhece desta anteproposta, há prioridades que são comuns e – diria eu – serão também comuns a todos os partidos desta Casa, a começar pela qualificação, formação, dinamização e qualificação da economia que julgo, são

prioridades que ninguém dirá que não são importantes e fundamentais para o próximo QCA.

Para o Bloco de Esquerda, tal como tivemos oportunidade de transmitir ao Governo (até publicamente), a forma como se aplicam os fundos comunitários e o dinheiro (público), deve ter uma grande exigência que começa, desde logo, pela transparência e pelo escrutínio público da utilização desses fundos.

Este é um ponto que, não estando na anteproposta, acho eu, deve constar das políticas públicas sobre implementação desses mesmos fundos.

Para além disso, um dos grandes problemas desta Região é, por um lado, as baixas qualificações numa grande parte da nossa população e, por outro lado, as más condições de trabalho em muitos setores, as fracas condições salariais. Aliás, o salário mínimo nos Açores abrange 37% dos trabalhadores por conta de outrem, o que é um valor muitíssimo superior àquela que é a média nacional; basta perceber quais são os níveis salariais praticados na nossa Região, sendo que esse cenário só se altera através duma economia diferente; uma economia mais qualificada, com produtos de maior valor acrescentado. E, portanto, o próximo QCA tem que privilegiar o investimento que qualifique a nossa produção e as prestações de serviços das nossas empresas. Esse é um fator essencial para que os salários também cresçam, a par do investimento na qualificação. Mas, também, há uma coisa que não se vê nesta anteproposta, e julgo que o Governo ainda irá a tempo de o fazer, tem a ver com a ausência de preocupação e de referências relativamente à instabilidade e à precaridade laboral. É fundamental que os apoios públicos às empresas (públicas ou privadas), tenham como contrapartidas a criação de emprego estável. Nós não devemos, nem podemos de maneira alguma, investir o dinheiro que é de todos para a criar emprego precário e mal pago. Esta exigência por parte dos poderes públicos tem de estar na primeira linha da defesa duma boa utilização dos fundos comunitários.

Há outras áreas que, por falta de tempo não vou referir, como a habitação e a intervenção no seu mercado, que atinge muitíssimas famílias, com a disponibilização de habitação pública, e que não apenas habitação social, mas que é também habitação para quem não

cumprir os critérios à habitação social, e não pode, no entanto, também, de maneira nenhuma, conseguir crédito à habitação, ou aceder ao mercado de arrendamento que, nos Açores, é quase inexistente.

Estas são apenas algumas prioridades que tivemos e que, reafirmo aqui, tivemos a oportunidade de transmitir ao Governo.

Tendo feito já uma breve análise à anteproposta que nos chegou, não posso deixar de dizer que ela carece duma maior especificação das medidas. Julgo que ela ainda é muito vaga, sobretudo em áreas onde grande parte das verbas estão alocadas. Por exemplo, no objetivo estratégico em que se pretende promover a igualdade de acesso à conclusão dos percursos de educação e formação, que têm 125 milhões de euros, há apenas duas ações e que são elas também vagas. Ou seja, é fundamental que essas medidas sejam especificadas e detalhadas, para que se perceba exatamente que estratégia há nesta área, que é fundamental

– aí estamos plenamente de acordo – e em que medidas em concreto é que esse objetivo se traduz.

De facto, estas verbas que estão à nossa disposição têm que ser bem utilizadas, são realmente uma oportunidade para alterar profundamente algumas áreas da nossa economia, da nossa sociedade, da formação dos açorianos, mas essas medidas têm que ser mais especificadas e muito mais detalhadas.

Obviamente que, nesta fase, ainda há toda a oportunidade de o fazer.

Deixo apenas este alerta dizendo que, da parte do Bloco de Esquerda, continuaremos a bater-nos por estas prioridades que já enumerámos, sendo que algumas delas estão já nesta anteproposta, outras não, por isso ainda é tempo do Governo, se assim o entender, fazê-lo. De qualquer forma, será sempre no Parlamento que continuaremos a bater-nos por elas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente

do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e na sequência do ato eleitoral que decorreu no passado dia 30, gostaria de dirigir uma saudação a todos os partidos políticos e, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, fazer votos para que os cinco deputados eleitos pelo círculo eleitoral dos Açores, possam desenvolver um trabalho importante, útil e fértil na promoção e defesa dos interesses da Nossa Região.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, gostaria de referir a importância do assunto que o Sr. Presidente do governo nos traz aqui nesta Comunicação à Assembleia.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o próprio partido têm por várias vezes chamado a atenção ou se quiserem colocado de outra forma, têm referido que este período de programação financeira 2021/2027, é uma oportunidade única. É única pelo montante de recursos financeiros que estão à disposição da nossa Região, pelo efeito conjugado dos vários programas e

instrumentos, desde logo, o REACT EU que reforçou o PO 2020, o PRR, mas também aquilo que é o quadro financeiro plurianual 2021/2027.

É uma oportunidade única, porque a Região tem à sua disposição – e isso também resultou duma negociação feita pelo anterior Governo Regional do PS

– Quase no dobro dos fundos comunitários que teve à sua disposição no período entre 2014/2020. E, portanto, é uma matéria extremamente importante.

Nós correspondemos, e na oportunidade tive oportunidade de agradecer em nome do PS a oportunidade da audiência que tivemos com o Sr. Presidente do Governo, mas sem prejuízo daquilo que é a oportunidade de nos pronunciarmos enquanto partido, eu gostaria de trazer uma sugestão, em concreto, a esta Câmara. Gostaria até, de convidar o Sr. Presidente do Governo (e o Governo), bem como os restantes partidos, para um exercício que me parece particularmente importante, dada a importância deste instrumento do Plano Programa Operacional.

Temos o próximo plenário no início do mês de março. E julgo que faria todo o sentido, para reforçar a posição da RAA, que esta Assembleia, enquanto órgão de governo próprio

da Região, se pronunciasse também formalmente sobre a Proposta do Programa Operacional 20/30.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Seria um instrumento importante para o Governo, para reforçar as condições políticas do Governo na defesa daquilo que interessa aos Açores e daquilo que é importante para a Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Se esta Assembleia tivesse a oportunidade no plenário de março, não só para o recurso a uma figura regimental como por exemplo de debate ou interpelação, pudesses discutir, para além do formato desta Comunicação, mas que pudesse também ter uma pronúncia formal, no sentido de apresentar uma proposta de resolução e aprová-la que seria, formalmente, a forma deste órgão de Governo próprio se pronunciar sobre esta matéria.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso já se fez no passado!

O Orador: Julgo que isso serviria todos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso era antes!

O Orador: Não, não fizemos no passado. E... por acaso, foi mal feito. Devíamos ter feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Apoiado!

O Orador: E é por isso que acho que esta posição reforça. Mas mais do que o que é que o Governo do PS fez ou o que é que o Governo do PSD faz, eu gostaria de salientar é que, fruto também da experiência que tenho, o facto de haver uma pronúncia formal da Assembleia Legislativa Regional sobre essa matéria, ajuda aos Açores, ajuda à defesa dos interesses dos Açores.

Assim sendo, gostaria de convidar o Governo a que o prazo para a pronúncia não terminasse no final de fevereiro, mas sim que compreendesse a data-limite do plenário de março realizado por esta Assembleia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Seria uma forma de também todos – os que estiverem interessados nisso, obviamente – julgo que há alguns que não estarão...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estamos todos!

O Orador: Não. Estamos todos!

Como dizia, seria uma forma de todos puderem contribuir e reforçar a posição política do Governo nesta questão.

Há matérias relativamente às quais nós preocupamo-nos pela análise sumária que fizemos sobre o documento que foi disponibilizado, publicamente, cerca de 20 minutos depois do Partido Socialista ter terminado a sua audiência com o Sr.

Presidente do Governo. Mas esses são apenas detalhes, o que interessa é que o documento está publicado e termos a oportunidade de nos pronunciarmos. Preocupa-nos o facto de, nesta proposta...ainda não percebi qual é a parte que vos incomoda.

Deputado Rui Espínola (PSD): Nenhuma!

O Orador: ...então, com a vossa permissão, eu se calhar continuava.

O que é que nos preocupa na análise sumária e breve que fizemos destes documentos? E acho é a oportunidade de discutir este Programa aqui na Assembleia...

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ...o que seria, também, mais um sinal da centralidade do Parlamento, poderia, no fundo, contribuir para esquecer.

Por exemplo, na competitividade empresarial, preocupa-nos que haja menos 84 milhões de euros do que havia no anterior Programa Operacional. Num momento em que nós estamos a sair duma crise económica e financeira ou, dito de forma mais rigorosa, no momento em que **se avizinha** a saída duma crise económica, julgo que esse facto, para além do outro de, neste momento, os empresários da RAA não terem um sistema de incentivos ao investimento privado que os pudesse ajudar no planeamento dessa recuperação, é um facto que merece um esclarecimento e, principalmente, preocupa-nos. Preocupa-nos que, nesta Proposta de Programa Operacional, haja 4 vezes menos de verbas para a investigação, desenvolvimento e inovação do que havia no anterior Quadro

Comunitário.

Se nós queremos e apregoamos que queremos basear uma recuperação económica no conhecimento e na inovação, temos dúvidas de que esta seja a opção correta. E preocupa-nos que este programa e esta proposta preveja esta redução de verbas para 4 vezes menos.

Preocupa-nos que, simultaneamente, se dê o sinal de reforçar em 15 milhões de euros, as despesas relativas à gestão, à assistência técnica, do programa. Questões de administração, questões relativas à própria componente administrativa. Mas tudo isto, digo e repito, resulta duma análise breve da proposta que está em análise.

Concluo, Sr. Presidente, deixando estas duas notas que me parecem importantes, quanto a esta Comunicação que o Sr. Presidente do Governo trouxe a esta Casa.

Primeiro: nós convidamos o Governo a prolongar o prazo de audição, de maneira a permitir que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie, formalmente, sobre a Proposta de Programa Operacional, no próximo plenário. O Partido Socialista assume o encargo de suscitar numa figura regimental, aquela que é a oportunidade para todos discutirem.

Segundo: que seja possível também esclarecer os factos que constam da proposta apresentada pelo Governo, os quais nos preocupam. Ou seja, uma redução de verbas para a competitividade empresarial; uma redução de verbas para a investigação, desenvolvimento e inovação; e um aumento (grande) de verbas para a componente administrativa de gestão do programa.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, gostaria de começar por felicitar esta Comunicação do Sr. Presidente do Governo. Pelo simples facto de nos trazer a esta Assembleia, aquele que é um momento da maior importância para os Açores e para o seu futuro. O momento de podermos discutir, dialogar, construir e fazer vingar uma agenda para esta década que retire os Açores dos piores indicadores sociais a que foram levados pela governação do Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Este é de facto um momento de grande importância para todos nós! Felicito o Sr. Presidente e o Governo dos Açores, porque estamos num processo novo, diferente, feito duma forma em que se inclui não só os parceiros sociais, os representantes desta Assembleia enquanto representantes políticos do Povo dos Açores, mas também a sociedade civil. Ouvir todos, dialogar, trazer todos para a discussão e saber concretamente quais são as prioridades de cada um.

A prioridade que nos parece de maior importância para esta agenda da década, para este Programa Operacional 20/30 é, de facto, percebermos que na educação, na sua vertente transversal a toda a sociedade, que vai da instrução, passando pela cultura, à saúde e a tantos mecanismos que permitem a um povo se desenvolver, crescer, criar riqueza, trazer emprego, melhorar a sua qualidade de vida, está o propósito deste Governo ao trazer para este projeto da Europa social, metade desse programa.

561 milhões de euros para uma Europa social que nos traga realmente a oportunidade de dar aos açorianos aquilo que lhes foi negado nos últimos Quadros Comunitários. Que era nós chegarmos ao fim de cada programa operacional e, quando discutimos o próximo, estarmos a dizer “precisamos de mais, porque este não resultou como deveria ter resultado”.

Os nossos indicadores sociais continuam na cauda dos indicadores europeus. Na educação, na saúde, na esperança de vida, na mortalidade infantil, no abandono escolar precoce, na qualificação, no número de jovens (dramático!) que, por um lado, abandonam os estudos antes de terem uma formação adequada a poderem ter um emprego bem remunerado, bem qualificado e que lhes dê perspetivas de vida com maior sucesso e desenvolvimento; mas também aqueles que, conseguindo a sua formação e conseguindo obter bom desempenho da sua instrução, saiam dos Açores, porque não têm oportunidade e emigram, vão-se embora, exportamos o nosso conhecimento, o melhor que nós temos para deixar nos Açores e ao seu futuro, porque não tivemos oportunidade de lhes dar um futuro bem adequado àquilo que era o seu merecimento.

Por isso, quando olhamos para esta oportunidade dos Açores, no final desta década e da concretização desta agenda, poderem dizer que houve, de facto, convergência social; que a sociedade açoriana encontrou no aporte financeiro e o apoio ao seu desenvolvimento, os resultados que merece ter em termos do seu desenvolvimento. Temos uma Região que tem todas as condições.

Deputado Gustavo Alves (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Que tem um Povo fantástico.

Que tem possibilidades, proximidade e todos os instrumentos que nos permitem trazer mais riqueza, mais desenvolvimento, maior aposta nas famílias e também nas empresas. Porque são as famílias e as empresas que merecem também uma atenção especial para que possamos, de facto, chegar ao final do Quadro com uma convergência social efetiva;

Deputado Gustavo Alves (CDS-PP): É verdade!

O Orador: que não se fique apenas pelas intenções e pelos anúncios; que se fique nos resultados para o povo açoriano poder dizer que valeu a pena este esforço, valeu a pena usar estas oportunidades.

Por isso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que nos preocupa, quando olhamos para estes instrumentos, é como é que chegámos aqui e ainda não conseguimos utilizar estes instrumentos para o nosso desenvolvimento coletivo que a todos deve preocupar e que a todos deve estimular? Essa é que é a nossa preocupação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: É perceber onde é que falhámos?

Onde é que os Açores falharam para, ao final de cada quadro comunitário, estarmos sempre a dizer que, afinal, precisamos de muito mais, de reforçar verbas, porque as anteriores não foram suficientes para trazer os resultados que eram pretendidos?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E esta preocupação, e com isto termino, é um desafio que é imposto pelo Sr. Presidente do Governo, pela sua liderança que se propõe, não só trazer com transparência as suas intenções, mas também fixar os seus objetivos e as suas metas numa forma ambiciosa e correta.

Deputado José Ávila (PS): Grande liderança!

O Orador: E volto ao início da minha intervenção.

É na educação que podemos realmente, num esforço coletivo de verbas - numa forma transversal à nossa sociedade - possam ajudar o povo dos Açores, ao final desta agenda para a década e concluído este Programa Operacional, a olhar os quadros dos indicadores sociais da pobreza, da exclusão social e da desigualdade e dizer “valeu a pena esta aposta”, “valeu a pena este desafio imposto pelo Presidente do Governo” e “valeu a pena todos trabalharmos em conjunto para que o povo dos Açores tenha sucesso, desenvolvimento, criação de riqueza, de emprego e, sobretudo, um futuro promissor em termos do que é o merecimento que os açorianos devem ter por parte de quem executa as verbas que nos são atribuídos em termos dos fundos comunitários.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do

Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Irei mais ou menos repetir aquilo que disse na audição com o Sr. Presidente do Governo, pois nunca é demais relembrar.

Ponto nº1 – nós não estivemos, nem vamos estar, nós estamos, na Região mais pobre de Portugal. E tal como já foi dito, algo falhou.

Não é atirando dinheiro para os problemas que nós os resolvemos. É pensando os problemas, criando condições e ferramentas para o futuro.

Há coisas nos Açores que as pessoas fingem não ver.

Fala-se muito de emigração dos licenciados, das pessoas com formação. E a emigração daqueles que não são licenciados academicamente, mas licenciados pela escola da vida em muitas profissões que hoje já não temos? Aqueles que vão para a Bélgica, para a Suíça ou para a Alemanha? Já não se vai para a América. Vai-se para a Europa ganhar bom dinheiro. Vai-se para lá receber aquilo que em Portugal nós não conseguimos pagar. Muitos olham para os números do RSI a baixar – e bem! Mas também é preciso perceber que muitos desses números devem-se a esta emigração. O que levanta também outra questão, isto é, quem não presta para trabalhar em Portugal, já presta para trabalhar noutro país!

O que é que está mal e o que é que está bem?

Esta é uma reflexão, não é uma discussão que devemos fazer. Tudo isto está baralhado, tudo isto está confuso.

A verdade é que os fundos europeus, que nós também pagamos por eles – haja também essa consciência! – devem ser bem aplicados. Aplicados para o futuro. E devem ser ferramentas para que possamos ter nos próximos anos garantias de que vamos ter uma

Região melhor. Eu tenho dificuldade em acreditar que vamos ter uma Região rica, porque isto não se muda dum dia para o outro. ´

É preciso combater a corrupção. E não é no *sótão*. É preciso combater o compadrio. É preciso usar da transparência. É preciso desmistificar o que todos os dias recebo no e-mail, até cartas já me enviam, a respeito das nomeações! Nós temos que desmistificar isso. Temos que falar nisso de peito aberto. Temos que perceber o que é certo e o que é errado.

Apontar apenas numa página de jornal algo, pode não ser suficiente. E *fingir-se de morto* nunca foi suficiente para defesa de ninguém!

Nós temos que ter transparência em tudo!

Nós temos que ter transparência nas ações e na defesa daquilo que nos acusam! Finalmente, que sejam as empresas, as empresas sérias e não aquelas empresas que usam e abusam dos subsídios, que abrem hoje com o nome A e fecham amanhã e voltam a abrir com o nome B, e vão usufruindo de todos e mais alguns subsídios disponíveis. Isto tem que acabar. Tem que haver uma fiscalização melhor e maior por parte do estado. Também é verdade que tem que haver uma pedagogia da parte do estado para ajudar os nossos empresários, que têm muita dificuldade em aceder aos fundos europeus, para usufruir e melhorar a capacidade de gerar emprego. Essa é também uma das funções deste estado dizer como é que se faz, ajudar os empresários, ter um gabinete próprio ativo que funcione, senão isto vai parar sempre – como diz o bom povo – *à mão dos mesmos*. E é isto que o Chega não quer.

Nós queremos que, já que vêm os subsídios, e uma vez que nós também pagamos por eles, que sejam para todos, com justiça e que sirvam para melhorar a vida dos açorianos. O que aconteceu no passado, não há borracha nenhuma que apague! Nós continuamos a ser a Região mais pobre de Portugal!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não é verdade!

Deputado Berto Messias (PS): isso não é verdade, Sr. Deputado José Pacheco!

Presidente: Muito obrigado.

Informo que o Chega esgotou o seu tempo para esta manhã no PTAP. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Pacheco até começou bem, mas depois entrou numa contradição. Falamos do programa operacional, que é dinheiro que vem para os Açores, logo não é *atirar dinheiro para os problemas*. É que nós temos **mesmo** que meter dinheiro no problema.

Relacionando isso com a emigração, se as pessoas emigram é porque não querem receber o ordenado mínimo, logo temos que amplificar, ajudar e aproximar-nos do tecido empresarial açoriano, isto é, das nossas micro, pequenas e médias empresas, para que consigamos não aumentar o ordenado mínimo, mas sim descolarmo-nos do ordenado mínimo, para irmos ao salário médio com o qual todos os partidos aqui concordam.

É assim que nós conseguiremos trancar a emigração e apoiar o tecido empresarial açoriano. E sem dúvida que o programa operacional dos Açores é uma boa oportunidade. Se tivermos a transparência necessária – e acredito que este Governo não fará o mesmo que fez nas agendas mobilizadoras – este Governo vai dar um apoio às empresas. Não há outra forma, senão não conseguimos descolar do problema da pobreza. Neste momento, até nem são os Açores a Região mais pobre de Portugal, mas sim a Madeira que já nos ultrapassou. Só assim conseguiremos resolver esta situação.

Neste programa operacional deu-se obviamente prioridade à parte social – e bem; deu-se prioridade à transição energética e bem, só que aqui acho que Portugal, no seu todo, devia ter aproveitado bem mais dentro do PRR, do que aquilo que está a ser feito, pois estamos com uma prioridade diferente daquela que é a da União Europeia. O PAN não consegue entender esta questão, no entanto não podemos ser contra um governo que, à partida, diz que quer apostar fortemente nas empresas, na saúde e na educação. Muito dificilmente discordaremos disso.

Queremos é que isto seja feito com transparência. E temos o gabinete de corrupção já

instalado *no sótão*, mas sem computador para receber os emails das denúncias. Esperemos que seja possível dar algum dinheirinho a este gabinete, para que possa sair do sótão e ter pelo menos alguma dignidade para combater a corrupção nos Açores, mas de forma real, para que se consiga aumentar a transparência de que precisamos na Região. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente Sras. e Srs. Membros do Governo: Chegou efetivamente a vez das pessoas.

Ao longo das últimas décadas, Portugal e os Açores receberam milhões e milhões de euros da Europa para o seu desenvolvimento.

Houve efetivamente desenvolvimento, não é possível negar isso. Temos melhores infraestruturas. A nossa qualidade de vida também melhorou. Mas, neste momento, estamos confrontados com uma situação que é a de tomarmos todos consciência de que os rendimentos em Portugal são baixos demais, por comparação com os nossos parceiros europeus. E se a Europa nos manda dinheiro para haver convergência, não faz sentido que sistematicamente, no fim de cada período de programação europeu, o gráfico da convergência de Portugal e dos Açores com a média da União Europeia, seja divergente. Ou seja, recebemos dinheiro para convergir e o resultado é divergir.

Pois bem, obviamente nos Açores, o nosso modelo de desenvolvimento tem que ser forçosamente diferente, porque o ponto de partida é, também ele, diferente. Por causa da herança que temos – é a que é, mas é diferente por causa da nossa localização geográfica e da nossa ultraperiferia. E tem que ser diferente, por causa da nossa condição insular que condiciona não só a geografia, mas também a população, as oportunidades dentro de cada ilha.

A aposta significativa é uma aposta acertada. Melhorando as qualificações de todos os açorianos, em todos os níveis, poderemos a seguir criar um efeito multiplicador, com resultados positivos na economia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nos períodos de programação anteriores o enfoque foi exatamente na economia e não nas pessoas ou na sua formação. E esse é o nosso *calcanhar de Aquiles*. Se as pessoas tiverem formação, serão mais ambiciosas, trabalharão também com mais afinco, serão mais produtivas. Ao serem mais produtivas, as empresas poderão também ser mais rentáveis. E sendo mais rentáveis, poderão redistribuir melhores salários.

Este deve ser o caminho. É este o desafio que esta maioria de coligação tem. É este o desafio que todos os açorianos têm pela frente.

Portanto, a aposta do Governo na parte social, começando na educação, mas também não esquecendo e apoiando as pessoas adultas com fracas qualificações académicas, proporcionando-lhes oportunidades de se revalorizarem académicamente, e com isso se revalorizarem profissionalmente, será uma grande oportunidade para alavancarmos a Região. E seguramente que com isso, o gráfico da convergência dos Açores com a média da União Europeia começará efetivamente a convergir.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do

Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O programa operacional apresentado a semana passada, e atendendo a que eu ainda não tive oportunidade de reunir com o Sr. Presidente por motivos de ordem familiar – como é público – e por aquilo que já fui percebendo, deixa-me particularmente preocupado, porque é um programa que tem que se focar na área social, quando

deveríamos já estar no patamar do desenvolvimento.

Devo dizer o que me consome no programa operacional, é o facto de ele ter que ser um programa social, pois efetivamente tem faltado à nossa Região um verdadeiro plano estratégico, algo que seja profundo, que resulte da auscultação da população, das empresas e de todos os parceiros sociais, para que se possa constituir aquilo que será um rumo para os Açores.

Hoje, estamos na realidade a discutir um plano social, quando deveríamos estar a discutir um plano que se enquadrasse naquilo que queremos para os Açores daqui por 10 ou 20 anos?

O que é que queremos, nomeadamente para a pecuária e o que é que ela deve representar no todo regional em termos da economia; dentro da pecuária, o que é que o setor dos laticínios deverá representar. Ainda dentro da economia regional, o que é que deve ser o turismo, ou que é que se pensa para esta área, a

5 ou 10 anos. Queremos um turismo mais tradicional ou mais de natureza? Devemos tentar perceber o que é que esses eixos devem efetivamente representar para o crescimento dos açorianos, pois acima de tudo, falta aos nossos empresários essa linha orientadora.

Tudo o que vai acontecendo na economia regional, infelizmente, vai-se realizando por ação dos *players* que, de forma individual, vão orientando o mercado; e não por uma indicação resultante dum plano estratégico. Este tem sido o nosso real problema. E enquanto não nos preocuparmos realmente com esse plano estratégico – esse sim será o elemento basilar para que o desenvolvimento na Região aconteça – vamos estar sempre programa em programa, sempre a tentar resolver o problema da pobreza nos Açores, quando o nosso problema é bem maior do que isso.

Por exemplo, o caso do setor imobiliário nos Açores, que tem se visto ser comprado em larga escala por estrangeiros, ou seja, pessoas que não são locais, que vêm para cá residir. Nós temos que perceber no que é que isso vai resultar a prazo – não é mau nem é bom. É uma realidade que temos de ter a perceção de como é que ela acontece. Que serviço de saúde é que vamos ter para poder prestar cuidados de saúde a essas pessoas que vão

passar a residir na Região. Quer serviço de saúde nós queremos? Será só público? Ou também em parceria com o privado?

Estamos aqui perante uma realidade bastante diferente e que tem de ser pensada, sob pena de, dentro de 10 anos, estaremos novamente a discutir o programa de apoio à pobreza. E eu não gostava que isso acontecesse.

O grande desafio será efetivamente criar linhas mestras, até porque eu não conheço nenhum país que se tenha desenvolvido a *navegar à vista*. É preciso ter pensamentos arrojados e definidos para o futuro, correndo mesmo o risco de cometer erros. Mas haverá sempre tempo de, antecipadamente ou passado algum tempo, fazer correções de trajetória. Só que para se fazer essas correções, acima de tudo, tem que haver a própria trajetória. E é isso que eu acho que tem falhado e muito nestes 40 e não sei quantos anos de autonomia dos Açores. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, manifestar-lhe, Sr. Presidente do Governo, o apoio do PPM em relação à visão estratégica que definiu.

A questão é que ao longo de mais de duas décadas, os sucessivos Governos do Partido Socialista falharam, do ponto de vista da resolução das questões mais prementes que afetam a sociedade açoriana.

Falharam no âmbito do desenvolvimento económico, no sentido de nos aproximar dos níveis de bem-estar e desenvolvimento europeu e até nacional. Falharam do ponto de vista da coesão económica e social.

Por isso, estes são grandes desafios.

Temos que fazer, portanto, diferente. Este Governo está a fazer diferente. E vai ter outro conjunto de prioridades. E vamos ter outro desenho estratégico, no sentido de enfrentarmos estes problemas com sucesso.

V. Exa definiu, e muito bem, que uma parte muito significativa deste esforço será feito no âmbito da convergência social. É isso que é essencial.

Numa sociedade muito desigual, com diferenças sociais gritantes, como é o a sociedade açoriana, não se consegue um desenvolvimento social e económico, nem a justiça social. Esse foi um dos grandes problemas da governação socialista, ou seja, foi deixar muitos para trás.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não é verdade!

O Orador: Foi deixar acentuar as diferenças do ponto de vista socioeconómico, com bolsas de pobreza inaceitáveis na nossa Região. Portanto, esta é a grande batalha.

Considero que ao priorizar, ao concentrar, ao desenhar do ponto de vista estratégico um conjunto de prioridades que tem este objetivo essencial (convergência social), estamos no bom caminho.

Do ponto de vista do crescimento económico, outra matéria essencial, é muito importante que este desenho estratégico seja projetado no sentido de conseguirmos o crescimento económico.

Também aqui, nós estamos a dar o nosso próprio contributo, do ponto de vista da redução dos impostos, que foi muito significativo. O Partido Socialista, em relação a esta matéria, tem uma posição diferente, ou seja, advoga o aumento de impostos. E nós temos uma receita diferente. E estou convencido de que vamos ter resultados diferentes. E esse resultado não pode ser outro senão o crescimento económico, porque só com ele é que nós conseguiremos alavancar a sociedade açoriana para outros níveis de bem-estar.

Em suma, aquele que é o desenho estratégico V. Exa. definiu, e muito bem, no seu discurso, tem a absoluta concordância do PPM.

É isso que deve ser feito.

E, para mais, é muito claro: V. Exa. está a dizer ao que vem. Vem resolver os problemas sociais gritantes que a sociedade açoriana tem neste momento.

Ao longo de duas décadas, nós recebemos um apoio muito grande por parte da União Europeia. E a verdade é que estas verbas não resolveram o problema social nos Açores.

V. Exa., ao concentrar, ao desenhar juntamente com o Governo e com os contributos de muita gente da sociedade açoriana, ficou-se naquilo que é essencial que é uma sociedade mais justa, no fundo é isso que nós queremos construir nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E devo dizer também, para terminar, Sr. Presidente, que em relação às outras questões como a da qualificação, da formação, ou o problema demográfico que afeta os Açores e o conjunto do País, é verdade, é necessário termos uma perspetiva estratégica muito forte também em relação a esta matéria. Ou até também aproveitar o enorme potencial da economia do mar. São tudo questões fundamentais. Mas aqui o que ressalta, nesta matéria, é um desenho estratégico claro.

Nós queremos resolver o problema do crescimento económico. Queremos aproximar-nos dos níveis de desenvolvimento económico do País e da União Europeia. E, sobretudo, queremos resolver também o problema social gravíssimo que herdámos.

Por isso, se atingirmos esses objetivos, vamos ter com certeza sucesso que será reconhecido pela sociedade açoriana.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do

Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No quadro desta organização internacional onde nos inserimos que é a União Europeia, ao longo dos últimos vinte e poucos anos, não foram raras as vezes em que ouvimos as palavras “esta é a última oportunidade! Agora é que vai ser!”.

A Agenda 2000 é que era! Lembram-se?

Alguns dos que ainda estão hoje nesta Casa, estavam nessa altura também aqui. Era naquela hora que ia ser.

Perdemos essa oportunidade.

Não perdemos por culpa do Partido Socialista, ou do PSD, ou seja, quem for, que me recuso – já disse isso aqui várias vezes! – a olhar muito para trás, pois prefiro olhar para diante.

Nesse sentido, saúdo o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, pelo ato de contrição de ter reconhecido que no passado não tinha feito uma coisa que agora sugeriu e que me parece, de todo, interessante de se fazer. Da mesma forma que também não compreendo que não compreendo, Sr. Deputado Joaquim Machado, que queira continuar a fazer igual àquilo que o PS fazia no passado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não quero! Só queria ouvir o Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Essa foi uma expressão infeliz!

O Orador: Pelo menos foi isso que percebi da sua interpelação ou, se quiser, aparte, à intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas posso não ter ouvido bem.

Chegámos aqui, depois da Agenda 2000 (que ia ser), depois de 2007/2014 (que ia ser), ultrapassados que fomos por aqueles que atrás de nós entraram na União Europeia em 2004 e em 2007, nomeadamente a Bulgária e a Roménia.

Este é um facto que temos sempre de ter presente, ou seja, nós fomos ultrapassados por muitos daqueles que entraram na União Europeia, 10, 15 e 21 anos depois de nós. E passados 4 quadros de referência estratégica... comunitários de apoio, como lhes queiram chamar, que são os quadros de financiamento plurianuais.

Chegámos ao Quadro 2020-2027, e agora ao de 2022, muito atrás daquilo que estávamos, por exemplo, em 86, em 2000, em 2007 ou em 2014. E porque é que chegámos atrás?

Porque chegámos endividados – lembro que para a Agenda 2000 tínhamos tido um resgate financeiro nacional e uma Lei de Financiamento das Regiões Autónomas que nos tinha trazido um desafogo financeiro; a Agenda 2000 não foi aquele sucesso que se queria ter tido. Mas hoje, não temos esse quadro financeiro favorável; temos um quadro financeiro em que a Região está – diria

– “afogada” em dívidas. Não se pode querer potenciar os fundos da União Europeia,

nomeadamente ao nível do investimento, sem recursos financeiros para viabilizar esses mesmos investimentos. Este é que é o grande drama desta Região, no preciso momento em que vamos, pela enésima vez, “é agora, esta é a última oportunidade”.

Eu até concordo que esta é, de facto, a última oportunidade. Nunca houve tantos recursos da União disponíveis, para promovermos o nosso desenvolvimento. E se é um facto que fomos ultrapassados pelos nossos parceiros da União, que agora olham para os seus problemas pós-pandemia, pós crise do *subprime* 2008

– Nós ainda mal recuperados – numa posição diferente daquela em que nós estamos.

Aquilo que encerra o FSE +, é precisamente isto. Ou seja, uma Europa que olha para as questões sociais, quando tem já os seus problemas estruturais económicos resolvidos. Ora, nós ainda não temos os nossos resolvidos! Nós temos ainda mais problemas do que tínhamos, quando encarámos a crise internacional de 2008, por exemplo.

O grande desafio que esta Região tem, é usar os fundos da forma que estão desenhados na União, para realidade completamente diferentes, tentando adaptá-los à nossa realidade. Está é a grande questão. E aí é que me parece que o Governo Regional dos Açores poderá ter algumas vantagens, ouvindo a pluralidade deste Parlamento e fazendo essa discussão aqui nesta Casa, acedendo ao desafio do Sr. Deputado Vasco Cordeiro que me parece fazer muito sentido.

Uma última palavra, para dizer que, como disse o Sr. Deputado Pedro Pinto, com cujas palavras concordo (quase) na íntegra, é fundamental usar esses fundos do FSE +, no sentido de desenvolvermos competências nas pessoas, fazendo-as chegar a elas, efetivamente, mas, essencialmente, deixá-las depois desenvolver essas competências adquiridas. Porque se nós desenvolvermos apenas competências, e criarmos burocracias e entraves ao empreendedorismo, à instalação de pequenos negócios, de micro, pequenas e médias empresas, então de nada nos servirá investir nesta qualificação e melhoria das condições de vida das pessoas, se elas não forem capazes de fazer por si aquele trabalho que nós não temos condições de financiar diretamente pelos fundos, porque, inclusivamente, não temos capacidade de endividamento para isso.

É, portanto, importante fazermos esse discurso nesta Casa. Fazermos esta reflexão para a qual nos despertou o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. E, aí sim, endossarmos ao Governo, em final de março ou princípio de abril, todas estas apertações, por forma a garantirmos que é de facto desta vez que vamos aproveitar todas as oportunidades que o Quadro Financeiro Plurianual e o PRR nos trouxeram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Penso que todos os grupos e representações parlamentares já participaram nesta Comunicação.

Vou dar a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional para encerrar esta Comunicação do Governo. Faça favor, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para saudar todos os que, na sequência desta Comunicação Política do XIII Governo, a propósito do que designámos Açores 20/30, tiveram oportunidade de saudar a iniciativa.

Foi efetiva intenção deste Governo, através desta Comunicação Política, poder trazer ao plenário da Assembleia, a matéria relevante e estratégica que, neste período de programação financeira plurianual, nos preparámos com o conjunto dos Estados-Membros da União Europeia e com as suas Regiões.

Fizemo-lo com a convicção e uma prática reiterada deste Governo, pela participação.

Fizemo-lo, sem obrigação, audição dos partidos políticos, aos parceiros sociais, aliás me número superior à prática do anterior período, bem como, de forma inovadora, à apreciação pública dos cidadãos em geral.

Por isso, nunca é um problema para este Governo que, juntando às iniciativas de participação e de convocação do Governo para a centralidade do Parlamento, que se oporá a mais iniciativas e propostas relativamente à apresentação e debate deste assunto aqui nesta Casa. Foi este o impulso que o Governo deu, hoje, com esta

Comunicação Política e, desde logo, aberto a toda essa outra participação mais ampla, como foi muito bem dito, na pedagogia e na didática que escolhemos para esta auscultação. Fizemos uma primeira auscultação presencial para, depois, sob a forma de anteproposta, receber aportações até ao próximo dia 25 de fevereiro. Se houver, como é aqui proposto, uma possibilidade de haver uma pronúncia própria do Parlamento, em reforço desta estratégia, naturalmente que este Governo acolhe, de resto, deu o impulso para que assim seja e congratula-se com este reforço de posição da Região. Relativamente, também, às questões dos objetivos estratégicos, como bem sabem, este período de programação financeira plurianual criou uma nova nomenclatura relativa à definição, já não de *eixos*, mas de *objetivos estratégicos*.

Tive oportunidade de aqui perceber que há uma tendência consensual quanto à prioridade e à alocação de recursos para os objetivos estratégicos.

Pois bem, o Governo só se congratula porque, assim, não só acompanha as diretivas comunitárias como, igualmente, reforça no cumprimento do seu próprio Programa de Governo, aqui debatido e aprovado por este Parlamento. Façamos todos, como tive oportunidade de dizer, caminho para uma mudança, sim, uma mudança de paradigma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para transformar esta Agenda, numa verdadeira Agenda de Convergência Social.

Não basta crescer. O verdadeiro desafio é convergir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É este o objetivo dos fundos comunitários. Pois, então, tem que ser este o percurso, valorizando, desde logo, o capital humano essencial para o capital do desenvolvimento económico.

Estamos a fazê-lo com total vontade de participação e, sim, também, com o desafio de assegurar máxima transparência. E, porque não, a possível desburocratização que possamos aqui alocar a este percurso que vamos fazer. Sim. Tive oportunidade de, nas audições, perceber a grande satisfação de tantos parceiros sociais que, pela primeira vez, foram chamados e ouvidos. Sim. Estamos a fazer diferente. Sim.

Queremos mais participação. Aliás, faço lembrar à câmara, a opção que também este Governo tomou de, nas visitas estatutárias às ilhas que, como determina o Estatuto, sejam visitadas, criarmos mais espaço para a participação de todos os que são parceiros de desenvolvimento territorial em cada uma das nossas ilhas.

Assim prosseguiremos. Mas também importa ter a noção de que, associadas a estas oportunidades de financiamento que não podem ser apenas o exercício de atirar dinheiro aos problemas, mas antes, definir uma estratégia de convergência, desde logo, a prioritária – a convergência social – que declina em convergência económica, assegurar o (re)conhecimento dos riscos que os tempos de hoje nos apresentam.

Na minha intervenção, tive oportunidade de sinalizar que estamos perante o risco da guerra na Europa.

Estamos, ainda, perante os problemas dos custos dos fatores de produção que crescem de forma galopante.

Estamos, ainda, a ultrapassar o *handicap* que a pandemia deixará e que ainda resiste nas nossas economias e nas nossas sociedades.

Estamos dependentes das decisões internacionais relativamente às taxas de juro. É, por isso, bom compreendermos que, associados às oportunidades, estão os riscos do contexto em que nos inserimos no plano nacional e internacional. Mas não podemos abdicar da participação e do sentido estratégico que aqui nos leva. Sim. Posso deixar aceitação e reforço da participação e intervenção do Parlamento.

Veremos as condições regulamentares que nos possam condicionar, mas tudo faremos para que o Parlamento possa associar-se ao Governo, musculando a posição estratégica da Região no aproveitamento e na definição estratégica dos fundos comunitários e até mesmo na solidariedade do Estado para esta convergência social e económica dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Temos sentido democrático. Sentido estratégico. Não nos ancoraremos no passado.

Sim. Fortaleceremos as nossas posições no futuro.

Mudança de convergência e de envolvimento dos Açores no seu todo, sem excluir qualquer uma das nossas ilhas, qualquer uma das nossas empresas, qualquer uma das nossas famílias, nesta convergência social e económica para os Açores que também tem de ser territorial.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do

Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Presidente o Governo Regional. Está encerrada esta Comunicação.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12h25.

Eram 12 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 32 minutos

Presidente: O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, para uma interpelação, no sentido de solicitar um intervalo de meia hora.

Presidente: É regimental e está concedido.

Atendendo ao nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço. Regressamos às 15 horas com a agenda.

Eram 12 horas e 33 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos iniciar os nossos trabalhos com a agenda, começando pelo ponto nº1 - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XII – “Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, IPRA”**, apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Os tempos definidos na Conferência de Líderes, conforme estipula o Artigo 132º do nosso Regimento, são os seguintes: Governo e PS – 22 minutos;

PSD – 20 minutos; CDS/PP – 14 minutos; BE e PPM – 12 minutos;

Representações Parlamentares do Chega, IL e PAN – 10 minutos; Deputado Independente – 5 minutos.

Tem a palavra para a apresentação do diploma o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje está submetido a decisão neste hemiciclo a criação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, Instituto Público Regional dos Açores (IPRA).

Trata-se de uma iniciativa estruturante de definição, planeamento e orientação da vitivinicultura na nossa Região. Trata-se da criação de um Organismo que centraliza, coordena e regula, todas as políticas respeitantes à Enologia nos Açores.

A existência deste Instituto, começou com o anterior executivo, foi concluída por este Governo e a avaliar pelas propostas de alteração, em apreço, irá receber vários contributos. Isto significa, que estamos todos de acordo quanto à sua criação e, esta concordância, é um bom suporte político para o futuro da fileira da vinha e do vinho nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Falamos de um “impacto positivo” e de uma “alteração jurídica”, para a coordenação e a operacionalização de políticas com vista à afirmação de um setor que pode ajudar para termos mais emprego, para fixar os jovens, para o combate ao despovoamento e para uma diversificação económica.

Os novos desafios e obrigações que hoje envolvem o setor vitivinícola regional, obrigam a uma nova atitude programática e a um instrumento de ação que dê resposta à componente produtiva (materializada em largas centenas de hectares de vinha reabilitada), e dê resposta, igualmente, à componente da transformação e comercialização, por via de novos vinhos e produtos vitivinícolas que estão no mercado regional, nacional e mesmo internacional, pela sua qualidade.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: O setor vitivinícola regional, merece, deste modo, uma moderna e ajustada estruturação, que integre os agentes económicos e atividades afins, na produção, na transformação, na comercialização e no respetivo controlo e fiscalização.

Os cerca de 1400 hectares de vinha que existem nos Açores, as três Regiões Demarcadas, Pico, Graciosa e Biscoitos e a Paisagem da Vinha como Património da UNESCO, devem conjugar o justificativo para um novo posicionamento no nosso horizonte enquanto Região Ultraperiférica.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Sim, não perderemos a latitude geográfica, como uma funcionalidade do IVV Açores.

Com o IVV Açores, teremos orgulho em ombrear a nível nacional e internacional com outros Institutos, na mesma dimensão reivindicativa e de propositura. Seremos melhores,

porque estaremos no mesmo patamar institucional. Falaremos o mesmo diálogo.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A criação da CVR-Açores, a construção do Laboratório Regional de Enologia, o surgimento de Adegas Cooperativas e de várias empresas particulares nos últimos anos, em algumas das nossas ilhas, no domínio da transformação e da comercialização, assim como a reabilitação de mais de 900 hectares de vinha vocacionada para a produção de vinhos com classificação DO (Denominação de Origem) e IG (Indicação Geográfica), necessitam, urgentemente, de uma reanimação e de um trampolim que aumente a confiança e a credibilidade do produto vitivinícola. Um produto com muita história, mas, sobretudo, com muito futuro.

O sector vitivinícola, ao ganhar na Região uma determinada escala e um efetivo crescimento, justifica uma estrutura que reúna todas as sinergias existentes e que funda as competências pertencentes a algumas entidades que hoje trabalham de modo independente.

Importa racionalizar e rentabilizar os meios e os recursos, eliminando, inclusive, algumas duplicações.

Importa proporcionar uma maior integração e interligação de todas as atitudes operativas que devem ser implementadas, desde logo, na procura de mercados.

O Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, alicerça a garantia do cumprimento de todo o quadro legal, bem como o é garante da qualidade, da autenticidade dos vinhos e produtos vitivinícolas regionais.

Além de introduzir um efeito de economia de escala nos meios e recursos das estruturas que em si encerrará, nomeadamente os que estão afetos à CVR- Açores e ao Laboratório Regional de Enologia, o IVV Açores, irá atuar, por exemplo, nos domínios da Experimentação, da Vulgarização, da Formação Profissional, da Investigação Científica e, ainda, no da promoção e marketing dos nossos vinhos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do

Governo)

O Orador: O IVV Açores, em conjugação com o Plano Estratégico para a Vitivinicultura na Região Autónoma dos Açores 2022 - 2031, que, recentemente esteve em consulta pública, consubstancia um caminho a seguir e uma forte segurança do que queremos para esta fileira. Sabemos o que temos e sabemos o que queremos.

Um Plano com objetividade por Ilha, que obriga à avaliação das políticas públicas e que introduz definitivamente o Enoturismo como elemento integrante da fileira que também suporta a competitividade, a sustentabilidade e a naturalidade dos Açores.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Um Plano focado numa aposta das nossas castas nobres, o Verdelho, o Terrantez do Pico e o Arinto dos Açores, sem deixar de proporcionar as castas europeias tintas e brancas.

Um Plano que identifica a atividade secular da vitivinicultura nos Açores como um património que justifica o próprio IVV Açores.

Um Plano que envolveu a produção através da Federação Agrícola dos Açores, as Adeegas, as Cooperativas, a Universidade dos Açores, especialistas da área, Associações de Desenvolvimento Local, a CVR, os Serviços de Desenvolvimento Rural de cada Ilha e todos que entenderam transmitir os seus conhecimentos nesta orientação estratégica para a Enologia Regional nos próximos dez anos.

Aqui uma referência ao Eng.º Cláudio Lopes, coordenador do Grupo de Trabalho, pela mestria e visão com que orientou este documento.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Um Plano que pretende perceber a formação dos preços, desde a vinha ao vinho, assente numa avaliação de custos, rentabilidade, eficiência e viabilidade dos Produtores e das Explorações.

Um Plano que reconhece e age na conformidade de que a Cultura da Vinha é uma cultura de combate às alterações climáticas e de todas as preocupações ambientais da humanidade.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está em preparação a abertura de novas candidaturas ao Programa VITIS, com alterações que reconhecem e priorizam a pequena e média dimensão parcelar, com majorações em ilhas com “potencial latente” para a vitivinicultura e com uma responsável ligação à transformação para que não existam nem excessos nem défices.

Identicamente ao nível do PRORURAL +, alterámos a elegibilidade de alguns investimentos, para aumentar o leque de apoio das iniciativas na vitivinicultura. E no Programa POSEI, deixou de haver rateios nas medidas de apoio à vinha e ao vinho.

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Hoje, com a aprovação do IVV Açores, esta Assembleia assume e garante uma participação decisiva de carácter geracional nos Açores.

A bem do desenvolvimento da nossa Região, felicito todos os que estiveram na origem, todos os que contribuíram e estão a contribuir para a existência de um IVV Açores estratégico e estruturante.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) Deputado Marco Costa (PSD): Ex.mo Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros dos Governo:

Com a apresentação da proposta de criação do Instituto da Vinha e do Vinho o Governo dos Açores **demonstra de forma clara o caminho que pretende trilhar.**

Por um lado, a **afirmação da Viticultura**, assumindo que outros setores podem ter relevância na economia agrária regional, como **nota de diversificação da atividade rural e criação de novas cadeias de valor.**

Por outro lado, com a Criação do Instituto da Vinha e do Vinho, **a instalar na ilha do Pico**, mas de âmbito regional, não restam dúvidas que todas as ilhas contam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E que neste caso a cultura vitivinícola pode afirmar a ilha no contexto regional.

Não devem existir complexos **em assumir que a coesão regional também se faz pela descentralização dos centros de decisão técnica...**

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ...que podem e devem distribuir-se pelas novas ilhas de acordo com o peso que representam no contexto regional, **porque hoje em qualquer ilha, a qualquer hora, se podem tomar decisões para qualquer outra ilha dos Açores. O Governo dos Açores prometeu e está a cumprir.**

O Instituto da Vinha e do Vinho ficará instalado no Pico e estará ao serviço de todos os viticultores e agentes vitivinícolas dos Açores.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Estamos perante um momento de afirmação de um setor, que resulta em muito da conjugação quase perfeita entre **cultura, património e criação de riqueza.**

Assiste-se, paralelamente, a uma requalificação do património que ao ser valorizado por aqueles que o visitam, é também olhado por aqueles que o habitam e a quem pertencem de forma muito distinta.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: Mais do que a requalificação física, trata-se da afirmação de uma identidade

local, da preservação dum legado material e imaterial e prova duma ancestral ligação à vinha e ao campo.

Deixem-me que vos expresse que este, para mim, além de um momento **de convicção, otimismo, também é um momento de sentimento.**

Sim, porque nos atos políticos também podem existir sentimentos e este é um deles...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Orador: ...pelo que representa, pela história que encerra, pelo trajeto de esforço de muitos dos nossos antepassados e porque da minha parte foi um assunto trabalhado e acompanhado ao longo do tempo.

Sem dúvida que perante o legado histórico do esforço e sofrimento da produção de vinhos em cima de pedra basáltica, perante a conquista da Classificação de Património Mundial que muitas das nossa vinhas alcançaram, perante a boa aplicação dos fundos do VITIS na recuperação de vinhas, hoje o setor apresenta **dimensão, dinâmica e ambição**, tornando-se natural a Criação do Instituto da Vinha e do Vinho.

A viticultura ligou cultura, património e lançou à economia dos Açores o produto ENOTURISMO.

Em afirmação, crescimento e reconhecimento como um produto turístico dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados:

Este é um Instituto Regional que se propõe agregar muitas das competências e responsabilidade dispersas até agora por diversas instituições na Região.

Senão vejamos:

1. Neste momento, o **Laboratório Regional de Enologia** está na dependência da **Direção de Serviços de Agricultura;**
2. A **Comissão Vitivinícola Regional** com a responsabilidade de **Certificação dos Vinhos Regionais** (entidade de direito privado);
3. As responsabilidades do **Instituto da Vinha e do Vinho** (o nacional), nos Açores, **nomeadamente para os produtos não certificados, está sob a responsabilidade da**

Direção Regional do Desenvolvimento Rural;

4. **A experimentação está nos Serviços de Desenvolvimento Agrário de Ilha que, por sua vez, estão na dependência da Direção Regional de Agricultura;**

5. **A ainda a promoção repartida por várias entidades na Região.**

Ou seja, DISTRIBUIDO PELO MENOS POR 4 ORGANISMOS REGIONAIS.

A proposta é **agregar**, garantindo **eficiência** e **rigor** à regulação do setor vitivinícola, com melhor informação e formação.

Por outro lado, a economia de recursos financeiros.

Além da agregação dos recursos humanos e físicos já existentes, nomeadamente do Laboratório Regional de Enologia, mesmo com a criação do devido quadro técnico, as transferências deixam de existir para a CVR, o que demonstra que não se trata de aumento da despesa pública.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros dos Governo

Mas num tempo em que é fundamental a qualificação das nossas produções, é também dado um passo em frente na regulação e qualificação das **bebidas espirituosas** (os licores e aguardentes).

É de todos reconhecida a tradição regional, mas no plano da **qualificação, proteção e regulação** muito existe por fazer e esta instituto dá garantidas de dar o apoio técnico necessário.

Muito falamos de qualidade e genuinidade dos vinhos produzidos nos Açores e **esse tem de ser o nosso maior trunfo.**

Nós não vamos vencer nem pela **quantidade nem pelo preço.**

Temos de vencer pela **autenticidade, pela genuinidade e qualidade das nossas produções** e dos nossos produtos e pelas elevadas cotações que podem alcançar em mercados premium.

Para isso, somos chamados a criar instituições de regulação, **porque as nossas produções têm de ser protegidas**, à semelhança do que já acontece noutras regiões do

País e do Mundo.

Sr. Secretário Regional:

O Governo apresenta-nos um bom diploma. Mas consideramos que o podemos melhorar. E, como tal, apresentamos propostas de alteração.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Consideramos que o recrutamento do Presidente do Instituto da Vinha e do Vinho deve ser por concurso e equiparado a diretor de serviços. Por outro lado, afirmamos, desde já, que vamos acolher propostas de alteração das que já foram apresentadas.

Por fim uma palavra a todos os que contribuíram com pareceres e com indicações, porque demonstraram **a dinâmica** do setor, **a vontade** e também são testemunho de todas as conquistas graduais do setor vitivinícola dos Açores.

Disse.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM saúda o XIII Governo dos Açores por apresentar neste plenário a criação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, dando continuidade ao trabalho desenvolvido nessa área pelo anterior Governo dos Açores.

No nosso entender, este novo instituto é fundamental para congregar uma série de elementos – desde a biologia até às questões laborais - que levarão o setor vitivinícola a um patamar superior, com claros benefícios para o trabalhador, o produtor e o cliente final, que pode ser a casa de qualquer um açoriano ou dos cosmopolitas por esse mundo fora.

Tendo como objetivo primordial a adequação da organização corporativa do setor

vitivinícola – com um grandioso potencial de crescimento -, é notório que a fusão de competências - como coordenação, apoio, controlo, fiscalização, promoção, entre outras - será vantajoso para gerar um produto aprimorado e com maior valor de mercado, merecendo verdadeiramente o dístico da Marca Açores.

É com esta capacitação técnica que se almeja fortalecer o setor agrícola regional nos setores primário e secundário, que perderam ímpeto nas últimas décadas, mas que podem criar postos de trabalho diversificados e especializados, garantindo a sustentabilidade dos nossos terrenos, o diálogo, rigor e eficácia dos viticultores e a credibilidade dos consumidores.

Após estas breves notas, questiono o sr. Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural se tem informação do número de trabalhadores necessários para a expansão das vinhas e da sua produção, a nível regional, sabendo que é um setor com uma necessidade premente de mão de obra.

O GPPPM saúda o XIII Governo dos Açores por apresentar neste plenário a criação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, dando continuidade ao trabalho desenvolvido nessa área pelo anterior Governo dos Açores.

No nosso entender, este novo instituto é fundamental para congregar uma série de elementos – desde a biologia até às questões laborais - que levarão o setor vitivinícola a um patamar superior, com claros benefícios para o trabalhador, o produtor e o cliente final, que pode ser a casa de qualquer um açoriano ou dos cosmopolitas por esse mundo fora.

Tendo como objetivo primordial a adequação da organização corporativa do setor vitivinícola – com um grandioso potencial de crescimento -, é notório que a fusão de competências - como coordenação, apoio, controlo, fiscalização, promoção, entre outras - será vantajoso para gerar um produto aprimorado e com maior valor de mercado, merecendo verdadeiramente o dístico da Marca Açores.

É com esta capacitação técnica que se almeja fortalecer o setor agrícola regional nos setores primário e secundário, que perderam ímpeto nas últimas décadas, mas que podem criar postos de trabalho diversificados e especializados, garantindo a sustentabilidade dos

nossos terrenos, o diálogo, rigor e eficácia dos viticultores e a credibilidade dos consumidores.

Após estas breves notas, questiono o sr. Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural se tem informação do número de trabalhadores necessários para a expansão das vinhas e da sua produção, a nível regional, sabendo que é um setor com uma necessidade premente de mão de obra.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) Deputado Mário Tomé (PS): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Meu caro amigo e colega Marco Costa, partilhamos das mesmas emoções, mas acho que lhe tinha ficado bem ter feito uma referência ao anterior Governo, tal qual fez o Sr. Secretário, relativamente a uma matéria que nos diz muito. **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ele tinha que deixar alguma coisa para o senhor dizer!

O Orador: Este é, sem dúvida, um momento muito importante para o setor vitivinícola dos Açores.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº16/XII, apresentada pelo Governo dos Açores, que cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, com sede na ilha do Pico, surge na sequência dum longo caminho que foi necessário percorrer e que designo por quatro etapas:

1ª - A resiliência de muitos homens e mulheres que durante décadas, com o seu árduo trabalho, diria mesmo num esforço tremendo, mantiveram a cultura da vinha;

2ª - A estratégia e a aposta decisiva do anterior Governo do Partido Socialista, e continuada por este, conseguindo-se dinamizar e potenciar o setor vitícola, em estreita colaboração com os produtos e com os diversos agentes económicos.

Em 2020 já existiam mais de 700 hectares de vinhas trabalhadas, correspondendo a um investimento superior a mais de 20 milhões de euros no âmbito do VITIS. Em 2012 existiam 14 agentes económicos inscritos para a certificação do vinho. Hoje, existem 26. Em 2012 foram certificados 212 mil e 500 litros de vinho. Em 2020 foram certificados mais de 650 mil litros de vinho, isto é, três vezes mais.

3ª – A classificação da Paisagem da Cultura da Vinha da ilha do Pico, como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, com a conseqüente criação da Comissão Vitivinícola Regional dos Açores e a construção do Laboratório Regional de Enologia que permitiram criar as condições para este ser já um setor de referência a nível do turismo, da criação de emprego e da dinamização da economia.

4ª – Com a importância que todas as pessoas tiveram neste processo e que levou a esta Proposta de Decreto que cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, com sede na ilha do Pico, não poderíamos deixar passar este momento sem enaltecer o trabalho desenvolvido nesta matéria pelo anterior Governo socialista, felizmente com continuidade por parte do atual Governo, a todos quantos dedicam a sua vida, ou parte dela, a este setor, a todos os que trabalham diariamente com os produtores e com os agentes económicos e que muito têm contribuído para o desenvolvimento deste setor. Refiro-me, muito em especial, aos técnicos, engenheiros Vasco Paulos e Cláudio Lopes que foram, e têm sido, fundamentais neste processo, assim como no desenvolvimento do setor vitivinícola.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Naturalmente, o Grupo Parlamentar do PS-Açores irá aprovar o presente diploma, com as alterações propostas e achadas como convenientes que visem, acima de tudo, melhorar o documento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(* Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Falar da vinha é falar de um dos produtos que também tem sido uma marca dos Açores.

Eu não sou um consumidor de vinho, mas gostaria de ser – até como recomenda o médico que eu seja, e reconheço no vinho um valor acrescentado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Honni soít qui mal y pense.*

O Orador: Eu entendo, como tenho entendido muitas vezes em nome do Chega, que nós temos de saber valorizar o produto açoriano, não pela quantidade, mas pela qualidade ou pela diferenciação. Sem dúvida que o vinho dificilmente conseguirá combater os grandes mercados internacionais pela quantidade, mas facilmente conseguiremos entrar nos grandes nichos – dizem os entendidos de vinhos que são imensos – porque há para outros produtos também.

Tendo essa valorização, aí sim, nós que aqui estamos e o Governo teremos uma função fundamental.

Disse o Sr. Secretário, e bem, que temos que apostar no marketing e na promoção. Este, sim, é o papel do Estado, sendo que o papel do produtor é fazer vinho. O Estado deverá levar o mais longe possível o nome e os produtos dos Açores. Ora, isto cruza com uma série de outras coisas, desde a exportação, passando pela capacidade de transporte ou do tal avião cargueiro que, neste caso, até talvez não se aplique tanto. Mas há uma série de coisas que temos que começar a resolver.

Temos que combater, também, neste âmbito da valorização dos produtos açorianos, as *linhas brancas*. É olhar para o leite e ver a asneira que está feita com a quantidade de *linhas brancas* que só fazem o preço descer. Nós temos aqui um produto de excelência, um bom produto que cada vez tem vindo a melhorar, na questão do vinho, e não podemos cometer os erros do passado.

Temos que aprender com eles. Por vezes, temos até que fazer uma pausa para refletir e fazer um trabalho mais bem feito, em prol daquilo que é o vinho.

Numa reunião que tive com uma cooperativa produtora dum vinho de excelência – o vinho dos Biscoitos – uma coisa que me agradou ver, foi o combate que é feito às *linhas brancas*. Eles recusaram-se a ir por esse caminho. E se todos nós tivermos a coragem de fazer isso, ou seja, de mantermos o nosso produto genuíno, com a marca Açores, sem a banalização que houve, penso que os Açores irão ganhar muito com isso. Mas é preciso ver também que temos um problema social grave. Ou seja, nós temos falta de mão-de-obra nas vinhas. Ainda há dias estive no Pico e era isso que me diziam consecutivamente. Nós temos que combater isso, temos que ver o que é que se passa aqui. Temos que criar incentivos ao emprego e valorizar este nosso produto muito bom que é a nossa vinha.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O setor vitivinícola tem de facto adquirido uma importância crescente, nos últimos anos, e uma notoriedade que é cada vez mais evidente.

O desenvolvimento deste setor, a melhoria da qualidade dos produtos, o apoio à produção, a divulgação da sua qualidade, bem como a sua certificação de origem, são áreas em que as políticas públicas são, como é evidente, essenciais. E cabe, obviamente, a este Parlamento legislar nesse sentido e ao Governo, desenvolver essas mesmas políticas, não podendo esquecer o papel que têm (e têm de ter) os próprios produtores, e as suas organizações, no desenvolvimento do setor, na organização e, também, na própria promoção e desenvolvimento dos seus produtos.

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional pretende, como já foi aqui explicado, criar um Instituto da Vinha e do Vinho e, entre outros motivos, é justificada por um muito concreto e que merece – também para justificar a nossa posição sobre esta matéria

– algum aprofundamento. E vou citar uma parte do preâmbulo desta iniciativa, em que é dito o seguinte:

“Justifica-se, assim, a existência dum organismo que faça a fusão das competências atribuídas a algumas das estruturas que atualmente trabalham de forma relativamente independente, que racionalize e rentabilize os meios e os recursos afetos às mesmas, que permita uma maior integração e interligação de todas as respostas que o setor necessita e que promova os produtos vitivinícolas regionais de forma concertada”.

Bem, em primeiro lugar, começo por dizer que não se encontra no articulado desta Proposta de Decreto Legislativo Regional a extinção de nenhuma entidade nem a integração, neste novo instituto que se quer criar, de nenhuma entidade existente; nem no Laboratório Regional de Enologia, por exemplo, ou outros; elas são referidas em discurso, mas na prática, no articulado não há qualquer extinção ou integração ou consolidação de entidades numa única entidade. O argumento de que este novo instituto pretende fundir competências atribuídas a várias estruturas, não tem a necessária repercussão na integração das estruturas no dito instituto. Esta é uma primeira dúvida e reserva que deixamos neste debate.

Verifica-se, também, que muitas das competências que se quer atribuir a este novo instituto, estão atribuídas (não na sua totalidade) à já existente Comissão Vitivinícola dos Açores. E esta entidade não é extinta nem é integrada de certa forma neste instituto, porque não pode, dado que é uma associação de direito privado em que o Governo um dos sócios. Esta entidade tem como competências que são vastas, por exemplo, o cadastro e classificação das vinhas, o exame analítico dos produtos, realização de ensaios, controle e certificação de origem, a emissão de certificados e selos de garantia, promoção do produto e outras funções delegadas pela Administração Regional. Só citei algumas, há mais outras.

Ora, verifica-se, então, que esta entidade detém várias competências que se quer agora atribuir a este instituto que terá também a certificação de origem, por exemplo, e que é uma das mais importantes competências nesta área. Ou seja, há uma entidade – uma associação privada – que inclui produtores e o Governo que tem essa mesma competência

e quer-se criar um novo instituto que terá essa mesma competência, mas afinal quem é que certifica? As duas entidades vão certificar? Não haverá aqui uma redundância e um conflito entre duas entidades com a mesma competência?

Não posso deixar de dizer que tudo isto nos suscita algumas dúvidas. E não se percebe porque é que se quer criar uma nova instituição, ao mesmo tempo que se mantém outra que tem as mesmas competências em grande medida. Para nós, há uma clara duplicação de estruturas com as mesmas competências.

Não nos parece, obviamente, credível que a Comissão Vitivinícola dos Açores vá ser extinta pelo facto de que ela é uma entidade privada, porém, muito *sui generis*. O Governo Regional, sendo sócio, é que preside sempre à Comissão, há um sócio que tem um poder especial, aliás, o seu representante até tem direito a gratificação, ao contrário dos restantes membros da comissão executiva, é uma curiosidade que não posso deixar de assinalar. E chegados aqui, não posso deixar de dizer quais são as reais intenções do Governo relativamente a este setor e às instituições que existem.

(Apartes impercetíveis do Presidente do Governo Regional)

O Orador: O Governo Regional financia a CVR-Açores, é sócio, preside, mas quer criar uma nova instituição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é que é concorrência com a Iniciativa Liberal!

O Orador: O que é que vai fazer? Esta é a primeira pergunta que se exige.

E como que extingue, se o objetivo é fundir e concentrar competências, uma associação privada? Fica a dúvida.

Ora, não podemos de modo algum votar favoravelmente uma iniciativa que quer duplicar estruturas, sem que esta clarificação tivesse sido feita. Aliás, nem na tribuna nem no relatório da Comissão é claro como é que esse novo cenário se vai materializar, após a criação do Instituto da Vinha e do Vinho.

Que estruturas é que vamos ter?

Quem é que vai financiar quais e que competências vão ter? Até aqui nada disso foi dito ou explicado.

Não podemos, ainda, concordar com a criação de um instituto que tem competências de fiscalização, ou de certificação, por exemplo, mas, ao mesmo tempo, pode entrar no capital social das empresas que vão ser fiscalizadas. Ora, isto parece-me completamente despropositado, porque esta Proposta permite que IVV entre no capital social das empresas que têm a competência de fiscalizar. Ou seja, e para simplificar, a entidade *polícia* vai fiscalizar os operadores económicos, mas pode entrar no seu capital, no fundo, pode ser dono dos mesmos operadores. Portanto, isso não faz qualquer sentido.

Perante estas dúvidas, nós não acompanharemos esta Proposta de DLR, pois não é claro e seria um cheque em branco sem saber quais são as intenções do Governo. Uma coisa é o preâmbulo e o que é ali (tribuna) dito, outra coisa é a realidade e o futuro, pois nós não sabemos de facto o que é que o Governo pretende fazer com as estruturas que já existem, nomeadamente com a Comissão Vitivinícola Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Já hoje aqui ouvimos da parte do Sr. Secretário e dos Srs. Deputados Marco Costa, Mário Tomé e Gustavo, e apesar de toda a adjetivação utilizada toda ela muito interessante, o setor da vinha não deixa de ser ainda um setor incipiente no contexto da nossa economia e até no contexto do agrorural açoriano.

É um setor que de facto ganhou relevo e notoriedade nos últimos anos, mesmo sem ter um instituto que o regulasse, o que mostra bem a importância que têm os mercados no desenvolvimento da economia, aliás, foram as apetências dos mercados internacionais, nacionais e regionais pelo consumo de vinhos de grande qualidade, que permitiu o crescimento deste setor na nossa Região e negá-lo será absolutamente uma negação dos

factos. Se bem que o Sr. Deputado António Lima quase que era mais liberal e defensor dos mercados, hoje aqui nesta sala, do que eu!

(Risos de alguns Deputados do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: Cheguei a temer que o Sr. Deputado António Lima fosse contra esta concentração de poder no setor público, para devolvê-lo aos privados, para devolvê-lo aos mercados!

Deputado António Lima (BE): Eu falei na falta de separação!

O Orador: Mas numa coisa concordo com V. Exa., Sr. Deputado, é que não há nada neste diploma que diga que se vai integrar, por exemplo, o Laboratório Regional de Enologia. Já o mesmo não se pode dizer da CVR que, não tendo o Governo poderes para extingui-la - é uma associação de direito privado – esvazia-a completamente, assoberbando-se das suas competências, ou seja, aqui o Governo é mais estatista do que o estatismo todo, mais do que o Partido Socialista foi no passado e até mais do que o Sr. Deputado António Lima...

(Risos do Deputado António Lima)

... o Governo retira competências a uma entidade privada, concentrando-as numa entidade pública. Convenhamos que, nesse particular, não vem mal nenhum ao mundo, porque a CVR era de facto uma associação de direito privado... a fingir, porque na verdade, era quase uma associação pública de direito privado, uma coisa assim meio *esdrúxula*. Houve muitas nos Açores nos últimos anos. Arranjaram-se umas soluções de associações de direito privado, onde o Governo punha o pé, mandava lá dentro e depois... façamos de conta que isto é privado. Se bem que o povo lá fora sabia que aquilo era tudo público e que quem mandava era o Governo! Algumas tinham até estatutos nesse sentido, mas também não é por aí.

Não é do espírito da Iniciativa Liberal a criação de mais institutos e serviços públicos, tratando-se, ainda por cima, dum setor tão incipiente como ainda é este. Mas, percebendo o espírito do diploma e percebendo que inclusivamente já vinha de trás uma tentativa de desenvolver o setor vitivinícola através deste instituto, não queremos ser os *maus da fita* e os *desmancha prazeres* e cá estamos para aprovar na generalidade, se bem que com propostas de alteração na especialidade que na nossa opinião, melhoram bastante o diploma e reduzem bastante o custo dessa estrutura que aqui está criada.

O Partido Social Democrata já anunciou que se associará a algumas delas, sendo que também tem algumas propostas muito semelhantes com as nossas, outras são meros *copy/paste* – permita-me o Sr. Deputado do PSD – das propostas da IL.

Deputado Marco Costa (PSD): Está a exagerar, Sr. Deputado!

O Orador: Nesse sentido, estamos entendidos quanto a essa situação.

O que é facto é que o setor vitivinícola pode ser um daqueles setores, onde se pode produzir produtos finais de grande valor acrescentado, com grande mais-valia para os produtores, que se refletirão certamente em melhores rendimentos para os trabalhadores das empresas da área, para as cooperativas e seus cooperantes e para todo o setor em geral. Aliás, como é conhecido, já na safra passada, as soldadas diárias dos trabalhadores rurais na ilha do Pico atingiram valores bastante interessantes, o que quer dizer que o setor está a remunerar bem os trabalhadores, mesmo que pouco qualificados, que nele trabalham, o que é sempre de valorizar numa Região como a nossa. E é de valorizar, também, o facto de não haver mão-de-obra disponível, quando ela é bem paga. Isso quer dizer que as pessoas estão a trabalhar e a desenvolver economia, estão a ganhar bem, é preciso é que venham mais, se calhar “imigrem” de outras ilhas onde há falta de emprego, para trabalharem nas vinhas do Pico, durante os períodos em que é mais necessário esse trabalho, nomeadamente na fase da poda e da colheita.

Temos, portanto, aqui um diploma que tem um articulado extenso, mas que foi estudado afincadamente, com algumas propostas de alteração, pelo que guardamos para a discussão na especialidade todo o restante debate que importa fazer sobre este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo: Estamos perante uma Proposta de DLR que visa criar o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores.

Tal como já foi referido, o percurso na revitalização da produção vitivinícola não é de agora, tendo dado passos firmes com projetos como o VITIS ou, anteriormente, com a candidatura a património da humanidade da paisagem da vinha da ilha do Pico que, no fundo, deu um reconhecimento a um meio de cultura próprio.

O Sr. Deputado Nuno Barata diz que foram os mercados que fizeram este setor florescer, mas não pode esquecer também a importância que tiveram estes projetos que acabei de referir e que muito fomentaram o ressurgimento deste setor. Ou seja, não foi única e exclusivamente a procura que fez com que o setor ressurgisse. Houve, também, uma vontade política de fazer emergir este setor económico de atividade que, aí concordo consigo, ainda tem um peso bastante incipiente na economia açoriana, mas esperamos venha a ter um peso mais significativo.

Assim, e por esse longo histórico da produção vitivinícola regional, já há muito que se impunha um organismo regulador do setor. No fundo, que permita a certificação do produto regional, da marca e notoriedade dos nossos produtos e que contrarie a depauperação do valor intrínseco destes produtos que acontece, quando não se preserva e salvaguarda a autenticidade dos mesmos.

O Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores irá, certamente, trazer muitas melhorias na qualidade dos vinhos e das bebidas espirituosas dos Açores. Garante, por um lado, que a produção é efetivamente local e permite, por outro lado, controlar a quantidade de vinho a granel, por exemplo, que entra na Região, para ser engarrafo e vendido a partir de cá. Algo que antes fugia muito ao controlo regional e que permitiu assimetrias nos preços dos produtos que se encontravam no mercado.

Será, também, assim por esta via que se conseguirá parar esta usurpação da notoriedade

dos produtos regionais por produtos externos que, depois, são engarrafados na Região. O Instituto da Vinha e do Vinho é positivo, porque permitirá clarificar aquilo que configura até hoje, uma certa confusão nos procedimentos; o controlo de produtos não certificados que era articulado entre o IVV e a Direção Regional de Desenvolvimento Rural e os produtos certificados que são articulados entre o IVV e a CVR-Açores, ou seja, uma situação em que havia até a emissão de selos por duas entidades.

Do ponto de vista da autenticidade dos produtos, esta Comissão fazia a sua fiscalização (produtos certificados), por via dum contrato de certificação, o que já pressupõe que a Comissão Vitivinícola possa fazer essa fiscalização, entrando tanto nas instalações, como fazendo no mercado, através da análise de garrafas compradas no retalho. Mas não permitia fazer a fiscalização dos produtos que não eram certificados, ou seja, tínhamos aqui um vazio que permitia esse proliferar doutras marcas. E, por isso, é que é estranho que o Sr. Deputado António Lima diga que quando há estado num organismo, há demasiado estado; quando não há estado...afinal já tem que haver estado. Não sei, parece que é apenas para ser do contra.

Por outro lado, consideramos que é necessário que haja um esforço do retalho regional e do setor da restauração para, depois, ter disponível para o consumidor os produtos regionais, vinhos e licores. Mas dada a produção regional e o custo associado à sua produção, bem é urgente a internacionalização dos vinhos dos Açores, para que haja um rendimento para os produtores e para que, por sua vez, também se possam colocar no mercado regional produtos a preços adequados, democratizando – por assim dizer – o consumo de vinhos regionais.

A Região absorveria toda a produção regional, se não houvesse consumo de outros produtos, mas também na verdade nós não queremos isso porque, eventualmente, não temos o poder de compra que garanta um retorno económico aos produtores regionais, daquilo que é um produto já de si um de valor acrescentado.

Assim, uma das grandes vantagens que consideramos na criação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, é exatamente a possibilidade de poder haver candidaturas a fundos comunitários para a promoção e internacionalização dos nossos produtos, coisa

que outras entidades não poderiam fazer. Acompanhamos, por isso, esta iniciativa agora em apreciação. Temos, também, propostas de alteração que visam melhorar o diploma, assim como vemos com muito agrado as propostas que já foram apresentadas pela Iniciativa Liberal e que serão votadas na especialidade, sendo que muitas delas terão o nosso voto favorável.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bem, está agora na moda da política portuguesa, e agora também nos Açores, que se tem que ser alguma experiência no setor para se poder falar sobre ele.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e do Presidente do Governo)

Por exemplo, há quem diga que foi seminarista para mostrar uma proximidade grande e um conhecimento da igreja católica. E a verdade é que se não se chegou a padre foi por alguma coisa. Foi porque não se demonstrou o conhecimento e a vocação necessária. Portanto, eu acho que isso não é um certificado de habilitações. E também por se ter sido aluno dum colégio militar, não permite que se venha a ser ministro da defesa.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e do Presidente do Governo)

Diz o Sr. Deputado José Pacheco que não é um grande bebedor, que não aprecia muito,

não tem grande conhecimento sobre os vinhos. E que, por isso, sobre esta matéria, não vai fazer um discurso muito aprofundado. Bem, se é assim, alguns tem um conhecimento demasiado aprofundado sobre esta matéria.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e do Presidente do Governo)

Por isso, o conhecimento direto que temos ou não sobre estas matérias, não é um certificado de habilitações credível para discutir aqui muitas destas coisas. Eu, fundamentalmente, o que vou aqui dizer tem a ver, sobretudo, com a leitura da Proposta. O Sr. Deputado do Bloco de Esquerda também algumas contradições no seu discurso, nomeadamente quando falou da existência de agentes privados no setor, eu pensei que vinha aí um discurso de ataque aos privados que têm competências delegadas por parte da Administração Regional. Mas, afinal não. Alguma coisa se passou depois das eleições, porque, afinal, o Sr. Deputado veio aqui em defesa dos privados e das suas competências nesta matéria.

O que eu lhe quero dizer é que o PPM, nesta matéria, pensa a mesma coisa do que o Governo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh não me diga!

O Orador: Há diferentes entidades, com diferentes competências nesta matéria e com vocações diferentes.

O que o Governo pretende fazer, é algo que me parece absolutamente racional. E basta ler a Proposta.

Vejam vem, por exemplo, a alínea b) do nº2 do Artigo 5º: “Coordenar, apoiar e fiscalizar as atividades”.

Ou a alínea h): “Articular a sua ação com outras entidades, promovendo ligações, acordos, associações que se revelem úteis”.

Ou, ainda, por exemplo, a alínea j): “Promover o estabelecimento de parcerias com entidades públicas e/ou privadas”.

Isto é ao que o Governo vem para que o setor funcione e se aproveitem as sinergias.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Coordenar, fiscalizar, fazer parcerias. E, portanto, articular o funcionamento do setor e aproveitar todo um conjunto de sinergias que existem nesta matéria.,

Portanto, é uma ideia absolutamente racional e é algo que tem um efeito muito prático muito grande.

Como aqui já foi dito, o que acontecia, era que muitas destas entidades não se coordenavam, como era o caso das formações diferentes que estavam a fazer e que podiam ser articuladas. Às vezes, até, estavam a fazer coisas que podiam ser complementares, por parte do Governo e das instituições, quiçá a redução de custos. Assim sendo, faz todo o sentido aquilo que aqui é proposto. Coordenar, articular e promover as sinergias, isso é que é importante. E é isso que se pretende fazer. Daí, acho que é um passo muito importante na modernização do setor, aproveitando as suas grandes potencialidades – e não vou repetir o que aqui já foi dito – e que são muitas. O que é necessário, portanto, é aprofundar mais ainda e ajudar mais este setor que tem um enorme potencial para a economia dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Duas considerações prévias:

A primeira é a de que o setor da vitivinicultura nos Açores é prestigiante para a Região, quer como produto quer como destino turístico.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Devemos estar todos orgulhosos do que temos, bem como da expectativa e da perspetiva que temos pela frente.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Já não é possível viver no mundo atual dos vinhos sem o Instituto da Vinha e do Vinho.

Nós temos um atraso estrutural, um atraso de diálogo e de reconhecimento de pares para pares.

O Instituto da Vinha e do Vinho da Madeira foi criado em 2013. O Instituto da Vinha e do Vinho de Portugal foi criado em 1986. Nós ombreamos com quem? Nós reivindicamos com quem?

Naturalmente o mercado agressivo dos vinhos e das políticas reivindicativas, mesmo do *lobby* que tem de existir ao nível da União Europeia e dos fundos para este setor, faz-se de par para par.

Nós temos um problema de reconhecimento neste âmbito do par para par. Temos outros institutos e nós não temos a mesma dimensão institucional, o que nos prejudica, em termos de afirmação, de diálogo, de reivindicação e em termos de futuro, no que concerne o estabelecimento das políticas de orientação e de planeamento.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E, portanto, já não é possível deixar de não haver um instituto desta natureza. Que ele receba melhoramentos legislativos, estamos todos de acordo.

Que ele seja mais bem clarificado e que responda às perguntas onde possa existir alguma neblina, estamos todos de acordo. Mas o instituto tem de existir. Em relação à primeira pergunta que me foi feita, pelo Sr. Deputado Gustavo Alves, devo responder que sim, é verdade. Nós temos algumas ameaças nos Açores, relativamente ao setor da enologia, desde logo, uma carência generalizada de mão-de-obra e os seus custos.

Temos uma geração de vitivinicultores algo envelhecida. E temos um decréscimo

demográfico em ilhas com esta atividade vitivinícola.

Estas são as ameaças já identificadas várias vezes. E é isso que temos pela frente. E é este também o desafio que temos que conseguir resolver e vencer.

De qualquer modo, queria também dizer-vos que quer no âmbito do PRORURAL + quer no âmbito do próximo programa operacional, vão ser elegíveis muitos equipamentos de âmbito tecnológico que irão substituir, em parte, a mão-de-obra.

Neste momento, já existe no mercado, e que não são elegíveis para apoio, muitos equipamentos que podem substituir, por exemplo, as pulverizações fitossanitárias e outras situações de controlo das pragas e doenças da vinha. Trata-se de apoios que poderão substituir em parte, nunca substituirão a ação humana, aquilo que é a ação generalizada da presença humana nas nossas vinhas.

Por outro lado, também, interessa perceber que no próximo VITIS, cujas candidaturas irão abrir em breve, nós temos uma obrigação, para que não existam excessos nem défices; para que a fileira esteja ordenada; para que quem produz, tenha colocação no mercado dos produtos resultantes das uvas. E, por isso, será feita a obrigação, de quem apresentar um investimento à reconversão das vinhas existentes, tenha uma aceitação de transformação desta mesma produção. E porquê? Para que não haja excessos de produção nem de défices. Tem que haver uma orientação e uma equidade em toda a fileira, para que estes produtos também tenham valor no mercado.

Por outro lado, ainda, quero dizer-lhe, Sr. Deputado Gustavo Alves, que o mercado é animador para os vinhos dos Açores. E será um mercado que terá um retorno de incentivo à existência dum bom pagamento nas horas de mão-de-obra e a existência de trabalhadores.

Dou-lhe um exemplo, da nossa perspetiva e real da venda dos nossos vinhos.

Em 2020 e 2021, o valor médio por litro da venda do nosso vinho nos mercados, foi de 10,92 euros, enquanto no mercado nacional, foi de 4,88 euros/litro. Isto significa que há um bom reconhecimento da qualidade, genuinidade e autenticidade dos nossos vinhos.

É uma boa perspetiva. É animador este tipo de preço para quem pretende enveredar por esta área agrícola.

Atendendo àquilo que são as áreas de vinha já reconvertidas desde 2009, cerca de mil hectares – e em boa hora assim aderiram os vitivinicultores, nós consideramos que nos próximos 2 a 3 anos serão certificados anualmente 1 milhão de litros de vinho. Ora, 1 milhão vezes 10 euros, dá 10 milhões de euros. Ou seja, há aqui uma boa perspetiva económica.

Já que falamos em litros, gostaria também de vos dizer que este debate e a criação deste instituto, quando cheguei à Secretaria – e muito bem – estava iniciado pelo anterior executivo, não se faz de um único *trago*, é preciso beber *vários tragos*, é preciso beber uma garrafa inteira para chegarmos a uma conclusão. E penso que estamos, de facto, a chegar a uma conclusão, uns contra outros a favor (são mais os *a favor* do que *os contra*), o que é benéfico, não para este Governo, mas para o futuro dos Açores, porque todos participaram, desde os que criaram, até aos que concluíram.

Em relação ao que disse o Sr. Deputado António Lima, nós também comungamos com o que era o diploma inicial em termos da conjugação e o desaparecimento da CVR e das suas competências, bem como da integração do Laboratório Regional de Enologia.

Não interessa duplicar estruturas, interessa, sim, concentrar.

A CVR será esvaziada das suas competências – não interessa duplicar outra estrutura, será extinta em assembleia geral. E o Laboratório Regional será integrado no decreto regional regulamentar.

É isto que está planeado. É isto que vai acontecer. Não há aqui duplicação. O que há é integração de todos os trabalhadores (ninguém será despedido), quer da CVR quer do Laboratório no IVV. E, provavelmente, com aquele que é o Plano Estratégico para a Vitivinicultura dos Açores, um documento muito participado por todas as entidades (públicas e privadas), especialistas, a Universidade dos Açores, Associações, para o operacionalizar, vamos avaliar as necessidades técnicas e operativas para o IVV. Porquê? Porque também não se fazem omeletes sem ovos.

Nós realmente precisamos de massa crítica. Precisamos de técnicos qualificados e formados.

Por isso, uma das competências do IVV, para além da orientação, certificação e

fiscalização, será a formação e a vulgarização. Nós precisamos dos técnicos junto dos vitivicultores para transmitirem novos saberes, em conjugação com os saberes empíricos que já existem na terra, toda essa componente histórica e todo esse percurso que é feito há mais de 400 anos, para que possamos ter um património e um legado que tenha futuro no futuro.

É isso que nós queremos. Que a vitivinicultura tenha futuro e seja uma economia de diversificação e uma nova fileira que permita tirar os Açores deste... ia dizer uma outra palavra, mas vou dizer desta dificuldade em que nos encontramos e que é, de facto, o envelhecimento da nossa população, o despovoamento, a falta de fixação de jovens e a necessidade técnicos qualificados. É isso que importa.

Não tenho dúvidas de que o IVV será uma referência não só a nível nacional ou europeu, mas será também uma referência internacional, porque nós temos dos melhores vinhos do mundo a serem produzidos nos Açores.

Tenho dito.

Vozes da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Instituto da Vinha e do Vinho é um organismo que surge em boa altura e surge da necessidade de congregar numa única instituição um conjunto de serviços necessários à boa promoção e valorização do vinho produzido nos Açores.

No entanto, o Instituto da Vinha e do Vinho não pode cair em determinadas tentações. Tem que se cingir às necessidades que o setor precisa do estado como parceiro na valorização deste produto.

Não podemos cair aqui nas *tentações do demónio* – passe a expressão – que tantas vezes

existem por parte do estado, no sentido de intervir excessivamente nas atividades económicas que até agora, como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, fazem parte dum setor ainda incipiente, é certo, mas que chegou aqui quase sozinho; não pode agora sentir-se demasiado acompanhado. E quando falo em tentações, dou o exemplo do Artigo 5º, segundo o qual já se admite a possibilidade de entrar no capital social de empresas privadas e cooperativas. Isso não faz sentido. Se a história, por si só, já não nos tivesse dado exemplos claros de que isso não funciona, que atropela as regras normais do mercado, que distorce as regras da concorrência, estamos agora aqui outra vez *de mansinho* a tentar entrar pelo mesmo caminho0.

Sras. e Srs. Deputados, não é por aí. E acho que em boa hora apareceram as propostas de alteração apresentadas pelo Sr. Deputado Nuno Barata, para tentar corrigir essa trajetória que, de forma calminha, mas objetiva, já faz com que o Governo da Região venha a *pôr os pezinhos* numa coisa que não deve.

Meus senhores, temos que aprender que uma sociedade liberal funciona melhor. Eu não estou aqui a defender as cores da Iniciativa Liberal, mas temos que nos libertar das amarras de que o estado tem que estar presente, e muito presente, em tudo o que se faz na Região.

Por consequência, o Instituto da Vinha e do Vinho há de se limitar àquelas que são as suas competências (mínimas), para o exercício da atividade e para ajudar o setor. A partir daí, não inventem mais, porque ao fazer isso, só vão trazer mais carga administrativa, mais *empregos* que são colocações de pessoas que vão ser postas nos sítios pela forma que toda a gente critica. E, portanto, vamos acabar com isso. Vamos limitar-nos efetivamente ao que é preciso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dar nota de que eu não estava minimamente à espera

da intervenção do Sr. Deputado António Lima, nos termos em que se pronunciou sobre esta iniciativa.

A verdade é que em Comissão, o atual Presidente da CVR disse que entendia que ela devia ser extinta.

Os pareceres que foram recebidos, e que são imensos, são unânimes, ou quase, nessa questão.

Depois, e ainda sobre o atual Presidente, o que ele refere é que este é um procedimento natural num setor em crescimento e que, portanto, a constituição deste instituto, só eleva a sua responsabilidade e as suas necessidades institucionais.

Por isso, não percebi a sua intervenção. Pensava até que o senhor ia entrar nesta discussão numa outra perspetiva, que não definitivamente esta. Não estava minimamente à espera.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Dizer-lhe, também, ainda sobre a VCR, que existem outras zonas do País onde continuam a existir comissões vitivinícolas, só que o seu financiamento é feito através dos seus associados, neste caso, os privados. Ou seja, 90% do financiamento da atual CVR, é a Região.

(Aparte impercetível do Deputado António Lima)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não estou ainda a ver que os produtores desta Região tenham a dimensão económica que lhes permita ter uma instituição cujo funcionamento anda à volta 200/250 mil euros ao ano. E, portanto, não, não estava claramente à espera da perspetiva que o Sr. Deputado aqui nos apresentou.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ninguém estava à espera!

O Orador: Sr. Deputado Mário Tomé, não há qualquer problema em assumir o trabalho desenvolvido na implementação regional do VITIS, porém, com as notas de que o VITIS

qualquer euro do orçamento regional.

Deputado Miguel Costa (PS): E antes disso?

O Orador: E, portanto, também não deve ser dado o mérito e o crédito desta aposta regional, porque trata-se dum fundo do COM do vinho, com a transposição – aí sim devemos assumir o mérito! – das portarias, em parte, porque não teve participação regional e por via de boas portarias regionais em termos da execução, foram um acréscimo para o setor.

Deputado Miguel Costa (PS): E antes disso?

O Orador: Mas se o senhor acha que devemos dar esse mérito ao executivo anterior, eu também lhe entendo aqui algumas questões.

A primeira portaria de 2014, assume um compromisso de 5 anos na atividade, após a aprovação da candidatura.

A segunda portaria, assume um compromisso de 7 anos na atividade, após a aprovação.

A terceira portaria, de 2019, assume um compromisso de 10 anos, após a conclusão do investimento.

A questão que lhe ponho é se o senhor acha que, no plano da própria cultura da vinha, é admissível fazer-se um investimento nestes montantes que, depois, na prática, o produtor só fica com um compromisso de 3 anos?

Foi o que aconteceu com o maior bolo financeiro que entrou na Região através do VITIS. Deixe-me que lhe diga que foi bom produzir as portarias que levaram à dinâmica do setor...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! **Deputado Miguel Costa (PS):** São diretivas comunitárias! **O Orador:** ...o Sr. Deputado Miguel Costa inscreva-se!

Deputado Miguel Costa (PS): Vou inscrever-me a seguir!

O Orador: Mas o ensinamento que também fica disto para o futuro, é que não foi uma atitude muito responsável, do ponto de vista agronómico e da atividade da vitivinicultura...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e do dinheiro que foi investido.

Quando, hoje, todos temos a responsabilidade de alertar para se criar mecanismos de controlo, regulação e acompanhamento dos investimentos, eu acho que os números e as datas falam por si. E, por conseguinte, está demonstrado pelas portarias que foram publicadas, que os senhores reconheceram que não foram umas portarias responsáveis na aplicação dos fundos, porque duplica e altera completamente.

Juntando a isso, a agregação de missões vai certamente corrigir um grave problema que aconteceu, que tem vindo a ser corrigido, relacionado com a importação de material vegetativo que não correspondia às castas que são as corretas e elegíveis aos fundos e às produções regionais certificadas. Embora, também aqui, tenha que dar a nota de que se já se sabia quais eram as áreas candidatadas e o material vegetativo que era possível produzir na Região e no País daquelas castas, não houve cruzamento de dados. E, à partida, sabia-se que não era possível para ter material, para tanta área, com as características que cumprissem os requisitos da produção de vinhos regionais.

Em suma, estas são duas notas que ficam sobre o que foi a aplicação do VITIS, que teve o mérito de - volto a dizer - numa área de património e classificada, adaptar a legislação, conseguindo a reestruturação e isso é uma vitória para os açorianos, para a viticultura e para a economia regional. Mas também ficam estas notas sobre a aprendizagem que devemos ter para o futuro.

Portanto, continuamos a considerar que agregando estas responsabilidades, vamos certamente evitar a adulteração de marcas que, como sabemos (é público), é um risco e um perigo enorme para as marcas regionais, produzidas em pequenas quantidades que têm que se manter, como aqui já foi referido, se fosse só o consumo regional absorvia tudo, por isso, para garantir essa genuinidade, o padrão de produção e a valorização já aqui mencionada, consideramos a existência desta entidade que agregará todas as responsabilidades.

Disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota breve para dizer que este é um momento especial e elogiar, até, a postura do governo sobre esta matéria, coisa se há coisa que não nos custa é elogiar quando são boas medidas.

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

É uma medida que vem de trás e com a qual não me apetece gozar, como está a fazer o Sr. Deputado Bruto da Costa está a tentar fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu?!

O Orador: Dá-me, sim, um prazer especial ver o setor pujante, em crescimento e saber que a Região tem uma capacidade de produzir produtos para pôr em cima de qualquer mesa, tem nível para isso.

(Aparte impercetível do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: E é a vantagem de ter em todos os seus produtores grandes vinhos com grande qualidade. E isso faz toda a diferença em relação ao produto que a Região tem para oferecer.

É um momento muito especial para um setor que tem um crescimento extraordinário, que tem vivido nos últimos tempos desafios muito especiais, aos quais o Sr. Secretário fez referência, e que têm a ver com a necessidade de mão- de-obra especializada.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Tal como disse o Sr. Secretário

Regional “prestigiam”.

O Orador: Deixe-me só dizer que não concordo em parte com o que disse, porque o setor nunca teve tanta gente nova dedicada a ele, o que denota um rejuvenescimento que está a acontecer. E, sinceramente, acho que a nenhum nível ficamos atrás.

Com certeza que o IVV vem dar um *apport* especial àquilo que já tem sido feito. São muitos milhões de investimento, é um facto, mas são muitos milhões que ficaram na Região. E isso é fundamental.

Ficaram nestas ilhas, quer por via da transformação da paisagem, quer por via da exportação que tem ainda uma capacidade de crescimento muito grande, quer ainda por via do emprego que já gerou e que continuará a gerar. E isso foi, sem dúvida nenhuma, uma aposta estratégica dos Governos Regionais anteriores, inclusive deste atual que agora dá andamento àquilo que já vinha de trás. E sinalizo, muito em particular, o ano de 2012 em que foi feita uma aposta muito incisiva neste setor, pelo Governo Regional e pelo então Presidente – e sou testemunha desse empenho, pelos Secretários Regionais; muito em particular, pelos engenheiros Cláudio Lopes e Vasco Paulos, bem como por todos os produtores que ainda dão um contributo decisivo; falo não só dos da ilha do Pico, mas também de toda a Região, os quais têm ainda muito para dar neste sector. Falo, por outro lado, dum setor que também foi bem aproveitado até por municípios. Falo, sem qualquer problema – e permitam-me que faça esta apreciação, porque acho que isto nos distingue...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: ...do Município da Madalena que soube aproveitar a qualidade do vinho e promover, no âmbito do património das cidades relacionadas com o vinho. E fica-nos bem a todos, reconhecer o mérito deste desempenho, a todos os níveis da sociedade açoriana. E permitam-me, também, que elogie os governos socialistas que souberam lançar este desafio aos produtores – sem eles nada era possível; que em 2012 começou com incentivos **regionais** e isso fez toda a diferença; foi isso que promoveu o setor, que nos fez agarrar as oportunidades comunitárias e os programas VITIS.

Portanto, Sr. Deputado Marco Costa, neste aspeto, sabe bem (e melhor do que eu) que há

uma regulamentação comunitária que define prazos para a manutenção da atividade, a qual foi variando, como bem disse. Logo, não está ao alcance de um governo fazer essa alteração, porque decorre duma regulamentação comunitária. Se bem que é verdade que há sempre capacidade de melhorias nestes processos.

Em resumo, este é um setor pujante. E, enquanto açoriano e picaroto, gostava de agradecer a todos os produtores, os envolvidos e aos governos, porque temos vinhos de extraordinária qualidade, que dignificam os Açores e os açorianos. Aqui ficam, por isso, estas palavras de agradecimento a um setor tão forte e tão pujante.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que é sempre bom quando há algumas surpresas no debate, porque é sinal de que ele não se torna monótono. E tenho gosto em ter contribuído para essa “animação” do debate parlamentar.

De facto, julgo que o Sr. Deputado Marco Costa e outros não deveriam ter ficado surpreendidos com a preocupação que expressámos na nossa intervenção inicial, porque se há coisa que nos caracteriza é a nossa posição sobre a não existência de estruturas duplicadas e a não criação de estruturas cujas competências podem ser executadas por outras já existentes ou pela Administração Regional, como é o caso de algumas dela que são neste momento.

Ora, o que poderia até causar também alguma surpresa, é que este Governo que tem no seu Programa a racionalização e redução do setor público empresarial, crie institutos – que não são empresas – que são estruturas novas. Aliás, este até poderá entrar no capital de outras empresas, segundo a proposta que temos aqui. Julgo que a contradição está mais desse lado, e do lado do Governo, porque realmente para um executivo que tem a racionalização e a redução de estruturas como ponto assente e quer criar agora uma nova,

é de facto uma evidente contradição. Mas não é isso que estamos aqui a debater nem tão pouco as contradições do Governo, mas sim esta estrutura.

A nossa principal preocupação foi esclarecida e tenho como boa a palavra do Sr. Secretário Regional da Agricultura de que a CVR será extinta, por proposta do Governo que é um dos seus associados.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Vá lá, ao menos isso!

O Orador: E tomamos como boa essa garantia e, para nós, esse problema está fora do caminho. Era, de facto, uma preocupação que não faria sentido manter as duas estruturas em simultâneo.

Sobram, obviamente, outros problemas, mas julgo que este não poderia estar refletido na proposta, até porque estamos a falar duma instituição privada. E, sendo assim, naqueles problemas que são para nós importantes, nomeadamente entre outros, a entrada no capital social de empresas por parte este instituto – e julgo que há propostas da IL sobre esta matéria – nós vamo-nos abster na generalidade, porque há discordâncias que ainda temos e, consoante a redação final aprovada na especialidade, decidiremos também o nosso sentido de voto. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos iniciar as nossas votações.

Vamos votar na generalidade esta Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 16/XII – “Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar. A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 16/XII – “Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores”, foi aprovada, na generalidade, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa

Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária. Vamos iniciar o debate e votação na especialidade. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, os dois primeiros artigos do diploma não foram alvo de nenhuma proposta de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Então estão à votação o 1º e o 2º Artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração, pela Iniciativa Liberal, ao Artigo 3º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 3º do diploma com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A Iniciativa Liberal tem duas propostas de alteração ao Artigo 4º. Proponho à câmara colocá-las à votação em conjunto.

Estão, estão à votação as duas propostas de alteração apresentadas pela Iniciativa Liberal, aos n.ºs. 1 e 2 do Artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 4º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Existem várias propostas de alteração ao Artigo 5º, feitas pela Iniciativa Liberal, designadamente as propostas de aditamento das alíneas k), l), m), n), o). A alínea u). E a propostas de eliminação dos números 4 e 5.

Deduzo que não queiram fazer a votação em conjunto. Vamos, então, votar uma a uma. Portanto, estão à votação as propostas de aditamento das alíneas k), l), m), n), o), apresentadas pela Iniciativa Liberal, ao nº2 do Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, à alínea u) do nº3 do Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação, apresentada pela Iniciativa Liberal, do nº4 do Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do Deputado Independente e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de eliminação, apresentada pela Iniciativa Liberal, do nº5 do Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de eliminação colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação apresentada pela Iniciativa Liberal, o Artigo 5º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação as propostas de alteração apresentadas pela Iniciativa Liberal, ao Artigo 6º em conjunto?

(É dada a indicação pela Câmara de que a votação do nº2 deve ser em separado)

Presidente: Coloco, então, à votação as propostas de alteração, apresentadas pela Iniciativa Liberal, ao nº1 do Artigo 6º que inclui também a proposta de aditamento de uma alínea c).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta colocada à votação, foi aprovada 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação do nº2 do Artigo 6º, apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, tendo registado 24 votos contra do PS e 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao nº3 do Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco agora à votação o Artigo 6º com as propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de aditamento dos n.ºs. 1, 2, 3, 9 e 10, da Iniciativa Liberal, ao Artigo 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento colocadas à votação foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está à votação o Artigo 7º com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração, da Iniciativa Liberal, ao nº1 do Artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A proposta apresentada para este mesmo número pelo PSD, CDS/PP e PPM fica prejudicada.

Coloco agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao nº2 do Artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao nº3 do Artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega e registou 1 voto a favor da Iniciativa Liberal, 1 do Deputado Independente e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Tendo sido rejeitada, vou colocar à votação a proposta de alteração ao nº3 do Artigo 8º, apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao nº7 do Artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 8º da proposta com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Artigo 9º tem uma proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, que é uma proposta de eliminação do nº2 do Artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação à votação, foi rejeitada 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega e registou 1 voto a favor da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação o Artigo 9º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Artigo 10º não foi alvo de nenhuma proposta de alteração. E, assim, coloco-o à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao nº1 do Artigo 11º, apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado Independente, tendo registado 24 votos a favor do PS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Tendo sido rejeitada, vou colocar à votação a proposta apresentada ao mesmo número (nº1 do Artigo 11º), pelo PSD, CDS/PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, tendo registado 24 votos contra do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação o Artigo 11º do diploma com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão à votação os próximos quatro Artigos que não têm qualquer proposta de alteração.

Vamos votar os Artigos 12º, 13º, 14º e 15º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos colocados à votação, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o aditamento dum Artigo 15-A, apresentado pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, tendo registado 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento do Artigo 15-B, apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, tendo registado 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento do Artigo 15-C, apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, tendo registado 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao Artigo 16º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 16º do diploma com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao Artigo 17º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está à votação o Artigo 17º do diploma com esta a proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 18º. Coloco, em primeiro lugar, à votação a proposta de eliminação, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao Artigo 18º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação colocada à votação, foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega e registou 1 voto a favor da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e a abstenção 1 do PAN.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração, apresentadas pelo PSD, CDS/PP e PPM, aos nos. 1 e 2 do Artigo 18º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Os Srs. Deputados, que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração colocadas à votação, foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 abstenção da Iniciativa Liberal, do PAN e do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação o Artigo 18º do diploma com estas alterações que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, à alínea e) do nº2 do Artigo 19º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega 1 da Iniciativa Liberal, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento ao nº 2 do Artigo 19º, apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 2 votos contra do BE.

Presidente: Está à votação o Artigo 19º do diploma com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação, apresentada pela Iniciativa Liberal,

do Artigo 20º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 2 votos contra do BE.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): Sr. Presidente, chamo a atenção para que na redação final seja corrigido a introdução do artigo em que diz que “constituem despesas do IVA- Açores” em vez do “Instituto da Vinha e do Vinho”.

Presidente: Sr. Deputado, o Artigo 20º acaba de ser eliminado.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): Certo. Muito obrigado.

Presidente: Está resolvido por natureza.

Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao Artigo 21º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 21º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento dos n.ºs. 1, 2 e 3, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao Artigo 22º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a

favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 22º com as propostas de aditamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 22º com a proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação as propostas de aditamento de um Artigo 23º-A e de um Artigo 23º-B, apresentadas pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de aditamento colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 16/XII – “Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores” foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Pergunto se há inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma curta declaração de voto, para justificar o nosso sentido de voto, que foi favorável, apesar das reservas que tínhamos inicialmente, por um lado, sobre matérias que não constavam (nem podiam constar) desta proposta de DLR, nomeadamente quanto à subsistência de outras entidades com competências sobrepostas, mas cujo compromisso do Governo Regional em propor a sua extinção, em sede de assembleia geral, nós tomamos obviamente como bom. E, perante este facto de que não existirão entidades com competências que se sobrepõem. E, por outro lado, com as propostas de alteração aprovadas que alteraram alguns problemas que identificámos, nomeadamente a possibilidade de participação deste instituto no capital social de empresas do setor, o que seria um claro e potencial conflito de interesses, tendo em conta as suas competências de fiscalização e certificação.

Nesse sentido, resolvidos que estão esses problemas que encontrámos na proposta, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda associou-se à mesma, votando-a favoravelmente e esperando que o IVV contribua, de facto, para o desenvolvimento do setor na Região que tem muito por onde crescer. Esperemos que assim continue.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, também para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é, sem dúvida, um momento muito importante para todo o setor vitivinícola dos Açores.

De facto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve em consideração uma série de aspetos, até porque estivemos na origem deste documento. O que desejamos é que o Instituto da Vinha e do Vinhos dos Açores possa contribuir para o sucesso dos produtores e dos agentes económicos, contribuindo naturalmente para a dinamização da economia e para a criação de riqueza nos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra, também para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é obviamente um momento de satisfação e, diria, quase unânime desta Casa. É de satisfação por aquilo que foi a cordialidade do debate e a centralidade do Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Acolhemos e demos crédito à proposta do Governo, mas também estivemos cá para dar contributos, vários partidos o fizeram, foi um momento importante. E a centralidade do Parlamento foi posta ao serviço da Região e deste setor da viticultura em particular.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Gostaríamos de dar nota das propostas que também acolhemos, o caso concreto da Iniciativa Liberal. E também do que foi a nossa perspetiva, e a leitura que fizemos do documento, introduzindo propostas de alteração no âmbito do recrutamento do Presidente do IVV, do seu estatuto remuneratório, bem como do modelo de reuniões e a regularidade das mesmas, mantendo aquilo que consideramos crucial e que tem a ver com o poder de atuação, fiscalização e acompanhamento das produções e dos agentes da viticultura, embora reconhecendo que nem toda a legislação regional permite uma atuação com competências delegadas na Inspeção Regional de Atividades Económicas. E este trabalho permitiu-nos avaliar que essa responsabilidade é só da ASAE, em termos nacionais. Fica, portanto, esta nota para podermos, no futuro, refletir sobre se não devemos na Região ter mais competências de fiscalização nesta área.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

(Pausa)

Não havendo, vamos fazer um intervalo. Voltamos às 17h30.

Eram 17 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 34 minutos.

Vamos entrar no ponto 2 da nossa agenda, relativo ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2006/A, de 21 de março que estabelece o Estatuto do Pessoal não Docente do Sistema Educativo Regional”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente do GRA Sras. e Srs. Membros do Governo

É inegável a importância que qualquer adulto, desde o assistente operacional até ao professor, desempenha no desenvolvimento e sucesso de cada estudante. Desde a mais tenra idade, com a entrada no ensino oficial, há a tendência natural para que se criem vínculos com aquelas pessoas, que por algum motivo, nos despertam sentimentos de

segurança.

Ao longo dos tempos as contínuas – senhoras contínuas como carinhosamente eram chamadas - agora denominadas de assistentes operacionais, tiveram um papel predominante nas escolas. Eram, muitas vezes, o elo de ligação entre família/escola, acolhendo as e os estudantes, ficando com recados e olhando pelas e pelos filhos daquela comunidade.

Hoje são mais as vezes em que lemos ou ouvimos notícias pelo número insuficiente destas pessoas, nas escolas, do que propriamente pelo seu meritório trabalho.

Nos últimos anos, infelizmente, têm sido frequentes as notícias que revelam a insatisfação de pais, encarregados de educação e docentes face à falta de auxiliares, nas escolas da região, que assegurem o bom funcionamento das escolas e a segurança das e dos estudantes.

Exemplo disso é a petição promovida pelos pais e encarregados de educação da Escola Básica/JI de Matriz (mais conhecida como Escola das Anexas), em Ponta Delgada, no sentido de alertar a Direção Regional da Educação para a falta gritante de assistentes operacionais que coloca em causa princípios básicos de segurança, supervisão e higiene dos educandos.

Este é apenas um exemplo de um problema que afeta muitas escolas por toda a Região, e a falta de previsibilidade para a sua resolução faz com que pais, encarregados de educação, professores e auxiliares temam que o cenário venha a piorar.

Na verdade, o défice de operacionais permanentes nas escolas levanta problemas relacionados com a segurança de alunas e alunos, mas também questões de sobrecarga de trabalho para docentes e não docentes, para além das centenas de pessoas ao abrigo de Programas Ocupacionais, com um carácter rotativo que impedem uma ligação mais profunda com as e os estudantes.

Outro problema já identificado prende-se com a avançada idade do corpo não docente. Estamos a falar de pessoas com muitos anos de trabalho, num serviço difícil e que provoca exaustão, resultando, por isso muitas vezes, num número acentuado de baixas médicas.

É importante referir que as pessoas que se encontram ao abrigo desses programas ocupacionais desempenham as mesmas funções das que se encontram nos quadros, sem que tenham os mesmos direitos. Trata-se, verdadeiramente, de exploração de mão de obra barata. E numa sociedade que se quer mais justa, mais equitativa, isto não pode continuar!

O Bloco de Esquerda, mais uma vez, traz a esta Casa, uma proposta que visa colmatar este problema. Esta proposta passa por clarificar e criar novos critérios nas regras que têm de ser consideradas na definição do número de funcionários de cada escola.

Assim, além dos aspetos que já eram considerados para a definição do número de funcionários para cada escola – como por exemplo o número de alunos, os horários, o número de edifícios e a sua distribuição geográfica, entre outros – o Bloco pretende que a definição do número de funcionários das escolas passe também a considerar especificamente a existência de equipamentos desportivos, a existência de equipamentos tecnológicos e laboratoriais, a existência de ensino artístico e profissional, e ainda o número de trabalhadores colocados ao abrigo de programas ocupacionais na escola nos últimos dois anos. Ou seja, perante esta última regra, que é a que traz uma alteração mais significativa a cada dois anos, o Governo passa a ter que analisar o número de trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais em cada escola nos dois anos anteriores e perceber quantos estão a responder a necessidades permanentes da escola, e agir em conformidade, abrindo as vagas necessárias para o ano seguinte.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda está certo de que todas as bancadas parlamentares reconhecem este problema. O Governo Regional, na pessoa da Sra. Secretária Regional da Educação, já o identificou. Agora, falta saber se caminhamos todas e todos para o mesmo caminho, no mesmo sentido, em direção ao sucesso das nossas crianças, ou se os discursos não passarão de meras palavras que o vento já não pode levar, porque permanecem em registos.

Disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada! Para o Bloco de Esquerda está muito bem!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Está apresentado o diploma. E estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) Deputado Jorge Paiva (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz a esta Casa uma iniciativa que visa alterar o DLR nº11/2006/A, de 21 de março, que estabelece o Estatuto do Pessoal não Docente do Sistema Educativo Regional, mais concretamente, apresenta uma alteração ao nº5 do Artigo 5º - “Quadros de Pessoal”; ao ponto nº5, onde estão definidas regras a considerar na fixação das dotações dos quadros das escolas onde, para além dos aspetos já considerados, apresenta como novos parâmetros, a existência de equipamentos desportivos,

equipamentos tecnológicos e laboratoriais, ou ainda a existência de ensino artístico e profissional. Acompanhamos a preocupação e o princípio subjacente da iniciativa, pois como sempre, defendemos uma resposta de qualidade nas nossas escolas e no nosso sistema de educação.

Passa por uma resposta adequada e ajustada ao nível dos auxiliares de educação e de estabilidade. Os rácios são definidos por legislação com mais de 13 anos e urge fazer uma atualização à mesma.

Todos nós conhecemos a realidade das nossas escolas, em que em todas elas existem programas ocupacionais a satisfazer necessidades permanentes, ou em muitas delas, existe falta de pessoal.

É necessário inverter toda esta situação que se tem arrastado ao longo dos anos, tendo a plena consciência de que tal não é possível resolver instantaneamente. Consideramos positivo o trabalho que a Secretaria da Educação está a desenvolver de apurar, junto das escolas e dos conselhos executivos, as necessidades destes recursos humanos, de modo a adequar os quadros das unidades orgânicas, pretendendo que no próximo ano letivo possa haver uma situação de maior estabilidade.

Relembrar que já neste ano letivo, existiu um sinal claro do Governo, para que esta

criação de maior estabilidade, com integração de mais de 200 trabalhadores não docentes até então sem situação precária. E é este o caminho que é necessário continuar a percorrer. Outro aspeto sem dúvida imprescindível, é a forma do pessoal não docente, quer no domínio de competências técnicas quer no relacionamento interpessoal e resolução de conflitos, é entendimento do Governo e nosso também de que é imprescindível para a valorização desta carreira.

A Sra. Secretária Regional da Educação em maio de 2021, na ilha de S. Jorge, reiterou a intenção de rever o Estatuto do Pessoal não Docente, pois trata-se de um documento abrangente, um decreto legislativo regional de 2006 que é necessário atualizar num processo de concertação com os parceiros, pois legisla desde os quadros de pessoal, recrutamento e seleção, às condições de trabalho ou a formação.

Consideramos ser fundamental nesta revisão do Estatuto do Pessoal não Docente, ter em atenção a situação demográfica da maioria das ilhas da Região. Para o CDS é importante criar maior motivação junto destes profissionais, maior estabilidade profissional numa carreira imprescindível para o sucesso na área da educação que todos pretendemos alcançar.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista valoriza a iniciativa do Bloco de Esquerda, porém não vai acompanhá-la.

Passo a explicar uma coisa e outra.

Desde logo, valorizamos por duas ordens de motivos.

A motivação que está por de trás da iniciativa tem a nossa concordância, ou seja, o objetivo da iniciativa será claramente o do incremento de assistentes operacionais nas nossas escolas, com o qual concordamos plenamente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah é?

O Orador: Mas há que salientar ficando, desde logo, clarificado aqui que o atual rácio previsto na lei, não é o rácio real que acontece nas nossas escolas. Isto é, o rácio real respeitante ao número de assistentes operacionais, versus número de alunos, é significativamente melhor – digamos assim – do que o plasmado na lei. Ou seja, o rácio real médio de assistentes operacionais nas nossas escolas, cifra-se na ordem dos 16/17 alunos por assistente operacional. Ora, o que a lei prevê é um mínimo, no caso do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, de 50 alunos por assistente operacional. Neste sentido, em termos reais, o que se passa nas escolas não é mau. De qualquer modo, e para que fique claro, o Grupo Parlamentar do PS entende que falta incrementar assistentes operacionais das escolas.

Apesar disto, há ainda um outro motivo pelo qual o Grupo Parlamentar do PS valoriza esta iniciativa. Ou seja, entendemos que há uma necessidade de atualização de ambos os diplomas – o Estatuto do Pessoal não Docente e o Decreto Regulamentar Regional que, no fundo, é aquele diploma que hoje determina qual deve ser o rácio de assistentes operacionais por número de alunos. E, depois, (não antes) o Estatuto do Pessoal não Docente tem um conjunto de critérios que deixa ao sabor da tutela, como eventualmente a ter em conta para incrementar ainda mais assistentes operacionais para aqueles que o rácio prevê no Decreto Regulamentar Regional.

Portanto, do nosso ponto de vista e entrando no “porque é que não acompanhamos a iniciativa”, este modelo deve ser alterado e atualizado. Pensamos que os critérios norteadores dos rácios devem estar a montante e não a jusante, ou seja, os critérios que estão no Estatuto da Carreira do Pessoal não Docente devem ser alterados e objetivados, de modo que depois os rácios do Decreto Regulamentar Regional, tendo em conta esses critérios claros e objetivos, determine qual o número.

Atualmente não é isso que acontece. E o Bloco de Esquerda o que propõe é uma alteração

de alguns desses critérios que estão no Estatuto, não propondo esta alteração de modelo. E é por isso que nós não acompanhamos, porque entendemos que não deve ficar ao sabor da tutela um conjunto de critérios que deve ter em conta, também, além dos rácios.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Esse critério serviu no passado, agora não serve!

O Orador: E, portanto, deixa tudo isto muito subjetivo.

Daí julgarmos que há aqui uma oportunidade de mexer no diploma, de modo a clarificar melhor tudo isto. Aliás, como acontece atualmente no continente, não sei se até um pouco exageradamente, mas poder-se-á noutro momento tentar perceber e debater isso, mas o que sucede é que estes critérios são de tal maneira objetivos que se transformam em fórmulas, as quais, depois, determinam o rácio de assistentes operacionais por número de alunos.

Por outro lado, não acompanhamos também a iniciativa do Bloco de Esquerda, porque pensamos que ao mexer no Estatuto, deve ser tido em conta todo o conjunto de trabalhadores da unidade orgânica, sejam assistentes técnicos, operacionais ou técnicos superiores. Tudo isto deve ser considerado com a alteração do Estatuto e não simplesmente alterar o artigo ou apenas a passagem que se refere, única e exclusivamente, aos assistentes operacionais.

Depois no que toca aos critérios, entendemos que há uns que estão a mais e há outros a menos. Não concordamos, por exemplo, com a alínea l) que tem em conta o número de assistentes ocupacionais nas escolas, porque achamos que tudo isto deve ser definido não por este caminho, mas sim com base num critério lógico e justo, da forma como já expliquei, isto é, por critérios estabelecidos e objetivos no Estatuto e, depois, os rácios devem estar determinados no Decreto, em função disto e não posteriormente a isto.

Para concluir, pelo menos para já, gostaria ainda de dizer que não acompanhamos a iniciativa do BE, porque é nossa intenção promover, brevemente também, uma iniciativa de alteração ao Estatuto do Pessoal não Docente.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não ia intervir, mas depois desta intervenção, eu não resisti. E não resisto, para dizer que, neste caso, nós não acompanhamos a decisão do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação)

A Oradora: Daquela tribuna foi dito, e muito bem, que o pessoal não docente desempenha uma função imprescindível para o bom funcionamento das escolas. Obviamente que sim, estamos de acordo sobre isso. E a falta destes trabalhadores é um problema sério e grave que temos no nosso sistema regional de educação.

Muitas vezes, a situação é colmatada pela intervenção dos restantes funcionários, ou seja, por um esforço adicional. E a realidade é que o rácio de atribuição de pessoal não docente atualmente em vigor, preconiza sempre escolas à beira da rotura. E aí, também concordamos que temos, no presente, funcionários demasiado exaustos, porque têm funções exigentes, desgastantes, além de que é uma população envelhecida, agravada pela falta de renovação dos quadros, bem como pelas altas taxas de aposentação e baixas médicas.

Por outro lado, também estamos de acordo que não podemos suprir as necessidades permanentes pelo recurso a trabalhadores de programas ocupacionais, o que é um cenário a que temos vindo a assistir ao longo dos últimos anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

A Oradora: Não é um problema novo, longe disso, é um problema que persiste há muito. E o enquadramento legal para a definição dos rácios de atribuição de pessoal, está completamente desajustado à realidade atual.

Note-se que estamos a falar dum processo que não é revisto desde 2007. Estamos a falar em cerca de 15 anos. Daí a nossa proposta de alteração, por considerarmos que este é um

processo evolutivo – nós próprios também entregámos uma proposta, logo carece duma atualização regular e que deverá ter em conta também aspetos relacionados com a própria evolução demográfica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Se fosse tido em conta o que está legislado, realmente teríamos nos quadros cerca de 590 assistentes operacionais, em vez dos mais de 1500 que temos atualmente – é uma verdade.

As contas que foram feitas pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca não são as mesmas que eu fiz, porque, assim de repente, com o número de alunos que temos, a si deu 1 funcionário por cada 17 alunos; as minhas contas mostram um pouco mais, isto é, acima dos 20. Portanto, se calhar vamos ter que nos sentar e fazer contas novamente.

Concorre para este elevado número (mais de 1500 funcionários), o facto de termos conseguido integrar mais 200 trabalhadores não docentes que estavam em situação precária.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ou seja, a integração foi feita por este Governo em funções há pouco mais de 1 ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

A Oradora: Por outro lado, e conforme podemos verificar na resposta aos requerimentos que foram solicitados, temos mais recursos e menos precariedade, por comparação ao passado.

Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Da parte do atual executivo houve, desde a primeira hora, abertura para rever os rácios, o que também foi dito pela Sra. Deputada Alexandra Manes na tribuna. Para além da medida de integração que já ocorreu, a própria Secretaria Regional de Educação está a fazer um levantamento das necessidades das escolas, dando nota duma postura que contrasta claramente com aquela que havia no passado. Porquê?

Sempre que se falava da questão das necessidades de pessoal não docente nas escolas, a resposta era que no sistema educativo regional havia pessoal adequado para o seu plano

de funcionamento, o que evidentemente não era verdade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É verdade.

A Oradora: Ao menos agora o Partido Socialista reconhece que há a necessidade de fazer essa revisão, no entanto, o que é facto é que ainda não apresentou nenhuma proposta. Diz que vai apresentar, mas não apresentou. E já lá vão 15 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O que se pretende é termos trabalhadores com contratos efetivos, diminuindo o recurso aos programas ocupacionais, porque há que claramente inverter o cenário que encontrámos nas escolas, tal como um pouco em todas as outras áreas que é o recurso abusivo aos programas de inserção profissional.

Bem sabemos que essa é uma forma de mão de obra barata e claramente não estamos de acordo com esta situação.

Isto foi o que aconteceu até agora. Isto é o que tem de deixar de acontecer e vai deixar de acontecer nos próximos.

Este é um assunto bastante pertinente que há muito carecia de uma profunda análise e reflexão.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é a primeira vez que vou falar nisto, já o fiz várias vezes.

Eu não concebo que se abram escolas –eu vi isto com os meus olhos há 10 anos atrás – com falta de funcionários.

Todos nós aqui, em todas as bancadas, afirmamos que a educação é um pilar, que é fundamental e, depois, fazem-se coisas assim...mais ou menos. As coisas vão-se fazendo

mais ou menos, conforme o vento vai dando.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fazia-se!

O Orador: Isto não é possível, é um erro e é um crime.

Nós quando estamos a fazer coisas destas, não nos estamos prejudicando a nós próprios, estamos prejudicando os nossos filhos.

Eu tenho dois filhos numa escola nova, em que os funcionários – os “contínuos” – eram os mesmos numa escola que tinha menos de metade do tamanho. Na altura, eu denunciei esta situação e a resposta que tive foi que eu era um populista que andava a fazer política com a educação e com as crianças. Mas não. Eu era um pai que via uma escola com funcionários envelhecidos. Como é que resolveram o problema?

Recorrendo aos programas ocupacionais. Só que depois temos pessoas que não estão motivadas, nunca hão de estar motivadas e não querem estar. Nem sequer os governantes estiveram motivados, para que elas estivessem motivadas. Foi um *remendo*, um *penso*, uma coisa que se pôs ali para resolver o problema.

A educação não se resolve com *pensos rápidos*. A educação não como o pneu dum carro onde se põe um remendo. A educação é uma coisa fundamental. E todas as asneiras que fizemos há 20, 30 e 40 anos, estamos a pagar hoje.

Eu não conceber que o meu filho ou a minha filha cheguem a casa e digam “olha o meu amigo diz que vai ser como o pai e como o avô, vai viver do rendimento”!

Peço desculpa se o meu discurso já se torna repetitivo, mas é que todos os dias é este o discurso que eu ouço e todos os dias é este o discurso que me repetem. Porquê?! Porque nós na educação continuamos a brincar à educação.

Sra. Secretária, a senhora tem dado o sinal de nós pormos as pessoas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não se consegue fazer tudo num ano.

O Orador: Eu sei que não faz num, mas como se diz em bom português, há que acelerar o passo. Há que pegar nas escolas e perceber o que é que lá está, ou o que é que faz falta.

Em princípio, eu até posso concordar que os programas ocupacionais sejam um complemento, que sejam pessoas que vão ajudar, mas não pode ser os funcionários

(fundamentais) que deviam lá estar. Isto é não fazer o que deve ser feito. Isto é enganar as pessoas e enganar o sistema. E, novamente, eu pergunto: quem são os prejudicados? As nossas crianças.

Quem é que vai ser sentir isso na pele? As gerações futuras.

Nós não podemos andar a *bater no peito*, a pedir que queremos mais e melhor educação e, depois, retiramos as ferramentas às escolas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por cumprimentar e dar uma palavra de apreço a todos os docentes e não docentes, às pessoas que se encontram ao abrigo de programas ocupacionais e que desempenham funções importantíssimas na nossa Região na educação, as quais têm dado de si tudo quanto podem, para aguentar este que deve ser um dos pilares da nossa Região.

Como já foi dito aqui, os dados revelados em resposta ao último requerimento feito pelo Bloco de Esquerda, ainda apresentam números bastante acentuados de pessoas ao abrigo destes programas. No total, são à volta de 28% os trabalhadores que estão nas escolas, o que é claramente um número excessivo. Todos sabemos que estas pessoas lado a lado, desempenhando as mesmas funções, com pessoas integradas no quadro, no entanto, eles não têm os mesmos direitos. E isto é uma prova clara de que existe precariedade na administração pública e não podemos continuar a aceitar isso.

O Bloco trouxe, mais uma vez, este problema nesta Casa. Já em 2020 trouxemos uma proposta que reuniu o voto favorável de todas as bancadas à exceção da bancada do PS. Na altura, era porque tínhamos um projeto de resolução, agora não acompanham a nossa proposta, porque fazemos alteração ao DLR.

Porém, há aqui um aspeto que é preciso salientar. É que, Sr. Deputado Rodolfo Franca, realmente os critérios que estão em vigor são vagos, mas o PS nunca teve qualquer

problema com isso quando estava no Governo. Agora que o Bloco definiu um caminho e quer trilhá-lo, o que acontece é que o PS quer tornar os critérios mais objetivos e mais claros. Ou seja, o PS acha que é pouco, mas também não quer mexer em nada.

Sr. Deputado, a gente tem que começar por algum lado. Até agora se nunca apresentaram, cabe-nos a nós – e já não é a primeira vez, é a segunda – trazer este problema novamente a esta Casa.

É evidente que o trabalho legislativo cabe a qualquer bancada, sendo que qualquer deputado ou deputada pode apresentar melhorias, ou propostas com as quais concordem ou discordem, isso é legítimo da vossa parte. No entanto, lançar uma crítica pela falta de objetividade, parece-me um bocadinho... nem sei como definir isso, talvez um bocadinho cruel, no sentido de “tanto tempo e não apresentaram” e agora nós apresentamos.

É este o caminho que nós queremos fazer, Sras. e Srs. Deputados, é o caminho de acabar com a precariedade também na administração pública, reforçar o número de auxiliares nas nossas escolas, valorizar os seus trabalhos e acabar com os programas ocupacionais.

Disse.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Alexandra Manes, estou ao seu lado... nesta matéria e em muitas outras.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Tem V. Exa. e o Bloco de Esquerda total razão.

Permitam-me que leia apenas uma parte da introdução que V. Exas. fazem a de renovação dos quadros, é um sério problema do sistema educativo público regional”.

É verdade. Todos sabem que é verdade.

Mais: “a consequência do rácio de atribuição de pessoal atualmente definido, são escolas sempre à beira da rotura, onde os serviços mínimos e a exaustão dos funcionários são a norma”.

É verdade. Toda a gente sabe que é verdade.

“Um problema que se agrava pela falta de renovação dos quadros não docentes e consequentes altas taxas de aposentação e de baixas médicas”.

É verdade. Toda a gente sabe que é verdade.

Por isso, é necessária uma intervenção prática e urgente. E é isso que o Bloco de Esquerda aqui apresenta hoje.

Esta iniciativa do BE merece a nossa concordância. Já a merecia antes e mantemos a mesma opinião, agora aqui deste lado da bancada. Mantemos a mesma opinião sobre esta matéria.

É evidente que há outros partidos que também mantêm a mesma opinião. Não era necessário antes, não continua a ser necessário.

Eu ainda não li o que o senhor disse, vou ler agora.

Vai ficar a saber agora aquilo que o senhor disse, ou pelo menos aquilo que ficou registado em relação ao seu discurso na Comissão. agora. É o que o Partido Socialista defende sobre esta matéria.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Eu não disse isso.

O Orador: Isso é alguma medida preventiva Sr. Deputado?

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado Rodolfo Franca (PS): Falei em relação ao que disse antes.

O Orador: Então eu ainda não li e já o senhor está a fazer um desmentido?!

“Por último, pediu a palavra o Deputado Rodolfo Franca, para saber qual a previsão da Secretaria de Educação para apresentação dum novo decreto regulamentar regional sobre esta matéria”. Tudo correto até agora?

Deputado Rodolfo Franca (PS): Tudo correto.

O Orador: Pronto.

“O mesmo foi esclarecido que tal será apresentado assim que possível, pois a ideia é que seja apresentado com a antecedência necessária que permita arrancar para um novo ano letivo com maior estabilidade”.

Tudo certo?

Deputado Rodolfo Franca (PS): Tudo certo. O que eu não disse foi antes.

O Orador: Então?! Afinal concordamos nesta matéria.

O que eu não posso concordar é com o seguinte: então V. Exa. faz uma pergunta à Sra. Secretária que diz que vai fazer para acautelar o novo ano letivo e o senhor chega aqui e diz:” temos também uma proposta em relação a esta matéria”.

Então para que foi perguntar à Sra. Secretária?!

Eu penso que se a Sra. Secretária tivesse respondido “março”, V. Exa. apresentava a sua proposta em fevereiro!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Ou seja, a sua pergunta não teve nada de inocente. Queria saber exatamente a data que era para depois apresentar antes.

Depois também a sua atuação dizendo que vão apresentar, sabendo previamente que o Governo Regional já assumiu esse compromisso, faz algum sentido Sr. Deputado?

Não faz. Acho que também concordamos nessa matéria.

O Orador: O que considero fundamental é que o Partido Socialista levou muito tempo para reconhecer este problema, porque para os senhores não existia falta de pessoal não docente nas escolas, ou seja, esse era um não problema. Todos nós que trabalhávamos nas escolas, V. Exa. também, tínhamos a consciência de que este era um problema crescente, que se agravava de ano para ano. E, mais. Como o Bloco de Esquerda diz, e muito bem, só os programas ocupacionais é que *disfarçavam* essa questão. Mas que existiam necessidades permanentes, lá isso existiam. Eu fiz visitas a vários conselhos executivos que me diziam que sem os trabalhadores desses programas ocupacionais, as

escolas enfrentariam um problema terrível. Portanto, temos que resolver este problema. E para isso temos que dotar as escolas de pessoal não docente. Vai daí, o Bloco de Esquerda apresenta uma proposta para já.

Em relação às outras alterações que têm que ser feitas, serão realizadas também. Mas não vamos ficar com um olhar contemplativo, como aqui foi muito bem dito, durante mais de 15 anos a dizer que o problema não existe ou então, agora, depois de 15 anos é que vamos pensar numa solução hipotética? Não!

Nós o que queremos fazer, apoiando esta iniciativa do Bloco, é responder já a estas questões, começar a resolver o problema para, depois, então, do ponto de vista da teorização e melhoria global do sistema, também podermos fazer essa intervenção. Mas, para já, é necessário que isto se faça e se comece a resolver com urgência.

Por isso, o PPM apoia esta proposta do Bloco de Esquerda.

Para terminar, há também outra questão. É que não é pelo facto do Partido Socialista ter responsabilidades, nesta matéria, há pouco mais de um ano, quando tinha uma responsabilidade direta sobre isto. Há também razões táticas. O Sr. Deputado Rodolfo Franca, tal como o Partido Socialista, está a tentar fazer a mesma coisa que faz o Primeiro-Ministro António Costa, o tal *abraço de urso* ao Bloco de Esquerda, no sentido de tentar ficar com o seu eleitorado, de tentar diminuir a sua propositura, diminuir a sua implantação eleitoral. É isso que o Partido Socialista está a fazer. Está a limitar a ação do Bloco de Esquerda e o protagonismo que ele possa ter neste Parlamento. E, de futuro, o que vamos observar nos próximos meses, é uma limitação da autonomia da propositura do Bloco de Esquerda, para quê?! Para tentar o esmagamento do Bloco nas próximas eleições!

Esse é o objetivo tático do Partido Socialista!

Por isso, é no conteúdo, sim senhor, e também na estratégia!

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado José Contente (PS): “Espelho meu... espelho meu!”

Presidente: Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Alexandra Manes:

Comecei há pouco a minha intervenção, dizendo que valorizava a iniciativa do Bloco exatamente pelos motivos dos quais no acusou depois de não termos em conta. Ou seja, há um valor na iniciativa, exatamente pelo facto de ter dado um passo à frente, neste sentido. O Sr. Deputado Paulo Estêvão por favor anote o que eu vou passar a explicar, porque depois o senhor vem dizer coisas que eu não disse, o que começa a ser altamente irritante!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

O Sr. Deputado anote tudo o que eu digo, tal como anotou na Comissão, e bem. Só que não compreendeu.

Vou tentar explicar de outro modo, até porque sei que, tecnicamente, é capaz de ser um bocadinho confuso.

O Partido Socialista concorda inteiramente com o princípio de incrementar mais assistentes operacionais nas escolas, ponto!

Que isto fique bem claro. Apesar dos rácios, de 16, 17 ou 20, serem de, pelo menos, um assistente operacional por turma. E, portanto, os rácios não são aquilo que está no Decreto Regulamentar Regional, Sr. Deputado Paulo Estêvão. É diferente do diploma que estamos aqui a debater do Estatuto do Pessoal não Docente.

Estando nós de acordo, todos nós - julgo eu, apesar de alguns partidos ainda não se terem manifestado, com o princípio de que as nossas escolas precisam de mais assistentes operacionais. A única coisa – digamos assim – com a qual o Partido Socialista não concorda, e por isso diz que vai apresentar uma nova proposta, é exatamente como esta forma de fazer as coisas. Esta forma proposta quer pela Coligação quer pelo Bloco de Esquerda, é a de fazer um remendo.

Eu também não entendo como é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acaba de dizer que apoia e está ao lado da Sra. Deputada Alexandra Manes e da sua iniciativa, quando a própria Coligação há 1 minuto atrás, no início deste debate, apresentou uma proposta que, bem vista, vai anular completamente aquilo que é proposto em termos do critério mais determinante da alteração prevista na iniciativa do Bloco de Esquerda.

Portanto, as coisas têm que ser olhadas com profundidade.

Julgo que o debate se centra, pura e simplesmente, no princípio de que “nós, somos os bonzinhos” pretendemos que entrem mais assistentes operacionais nas nossas escolas e vocês, o PS, defendem que não precisamos de mais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Simplesmente defende!

O Orador: O que é claramente mentira!

O Partido Socialista defende o incremento de assistentes operacionais nas escolas, mas entende que esta não é a melhor estratégia para o fazer. Deve ser uma estratégia mais séria, que mexa no Estatuto doutro modo.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão baralha Estatuto com Decreto Regulamentar Regional, uma confusão muito séria que vai aí.

Portanto, falando de Estatuto que é aquilo que está sobre a mesa, a nossa ideia é de que ele deve ser alterado, com maior profundidade e objetividade, porque se for para manter assim, eventualmente trocando apenas um critério ou outro – concordemos mais ou menos – manter-se-á duma forma muito subjetiva, o que faz com que seja a tutela que, eventualmente com bondade ou sem ela, decidirá colocar ou não assistentes operacionais numa ou noutra escola. E é contra isso que nós estamos.

(O Deputado Paulo Estêvão acena negativamente com a cabeça)

O Orador: Não diga que não!

É isso que está aqui. Não há forma da tutela dizer “este é o critério para a vossa escola”. Vou dar um exemplo: escolas que têm assistentes operacionais num refeitório, num pavilhão, a fazer a limpeza, são escolas que devem ter uma atenção no seu critério completamente diferente das restantes, ou seja, devem ser bonificadas. Ora, como é que

através destas propostas, seja uma ou outra, se consegue encontrar um critério justo para essa bonificação?

Não se consegue. Fica ao critério da tutela, a forma como o vai fazer. E é contra isso que estamos.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho neste debate para dizer duas coisas.

Em primeiro lugar, de facto, não nos sentimos esmagados – comentando o que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão – e em jeito de brincadeira, deixe-me que lhe diga em tom de brincadeira, que quem tem que estar mais preocupado com *abraços de urso* julgo que é o PPM, porque é quem está mais nessa posição.

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Orador: Eu intervenho no debate, não por esta questão que é lateral, mas sim, pela questão substancial que estamos aqui a discutir, bem como sobre a forma como devemos ou não legislar sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, dizer que não se contratam funcionários, alterando o Decreto. O que estamos com esta proposta a fazer, de certa forma aprofundando o que já existe através do Decreto que estamos a alterar, é criar mais critérios para a definição dos rácios, segundo aquilo que é a proposta que estamos a fazer também, que devem ser definidos por decreto regulamentar regional, porque é o governo que o deve fazer. Não seria humanamente possível a este Parlamento, com os recursos e o conhecimento que tem,

fazer uma definição objetiva, com números e fórmulas, fazer esse trabalho. Esse é um trabalho do executivo. Aliás, a nível nacional, isso nem sequer é feito por decreto regulamentar, mas sim por portaria conjunta do Ministério da Educação e do Ministério das Finanças.

O que nós estamos a fazer com esta nossa proposta, é estabelecer critérios.

O que não consigo compreender é a posição do Partido Socialista, que é legítima, mas contraditória com a sua posição em 2020. Na altura em que apresentámos um projeto de resolução que recomendava ao Governo a alteração do decreto regulamentar e dos rácios, o PS perguntava ao Bloco de Esquerda – fui eu que assumi as despesas nesse debate, daí estar a intervir agora – porque é que não tínhamos apresentado uma proposta de alteração ao decreto legislativo regional? Bem, nós agora fizemo-lo.

Pode o Partido Socialista discordar dos critérios, mas a forma era aquela que o PS considerava correta em 2020. Por isso, julgo que não podemos aceitar essa crítica agora, embora seja uma posição política totalmente legítima.

Dizer, como faz o PS, que não é pela alteração do decreto legislativo que se faz, não consigo compreender. Pode esta não ser uma proposta perfeita – não será; não irá resolver todos os problemas – certamente que não, mas sem a execução, sem a abertura de concursos e integração de pessoal, o problema manter-se-á. É um passo que gostaríamos de dar com este contributo, com esta alteração, alertando para o problema, mas também criando a base para que o problema, no futuro, se resolva. E essa vontade política tem que existir da parte deste Parlamento, mas também da parte do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de deixar apenas umas breves notas, porque a intervenção do Sr. Deputado Rodolfo Franca é feita no sentido de desconstruir aquilo que foi a nossa proposta e o que está aqui em análise.

De facto, diz o Sr. Deputado que o Partido Socialista valoriza esta iniciativa, só que não basta valorizar. É preciso agir com responsabilidade. E agora assim, implicaria estar ao lado de todos os partidos que aqui defendem esta alteração. Um segundo ponto é dizer que estão efetivamente a ser criados mais critérios com esta iniciativa.

O que é definido no Decreto Regulamentar Regional está intrinsecamente ligado ao que está previsto no DLR. Logo, o que definirmos, hoje aqui, será tido obviamente em conta para a contagem do número de trabalhadores que vão ser necessários entrar para os quadros.

Depois, diz que isto é um “remendo”. Sr. Deputado, não é um remendo. Eu diria que “remendo” é aquilo que o PS andou a fazer estes anos todos. É que para além da falta de transparência, porque diz que os critérios não são tão objetivos, que ficaria ao critério – aí sim – da tutela jogar da forma que mais lhe conviesse com estes critérios, haveria discrepância de pessoal não docente nas escolas, que até foi algo que falámos e foi identificado na Comissão, bem como o recurso abusivo dos trabalhadores dos programas ocupacionais, diga-se, sem qualquer qualificação para o cargo, o que é outra preocupação que é preciso nós termos em conta e é preciso inverter. Não há leis *ad aeternum*. Não podemos pensar numa lei e pensar que a sociedade não evolui. A sociedade sofre evolução e é preciso ter em conta a evolução demográfica e as novas características que surgem. Daí que não se compreende o porquê de 15 anos numa decisão sem nunca ter havido alterações e agora que elas são propostas, são alvo de crítica por parte da oposição.

Queria dizer também que este é um primeiro passo que não vai resolver todos os problemas, foca-se essencialmente na definição dos rácios, certamente há muito mais a fazer, mas tudo o resto será feito a seu tempo muito em breve. Obrigada.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Lima, não se preocupe que eu não estou para aí voltado! Eu fiz-lhe essa referência e V. Exa. saberá a análise que quer fazer. Falei-lhe também como amigo de longos combates políticos nesta Casa. Achei que esta era uma reflexão que deveria comunicar a V. Exa. V. Exa. fará o que bem entender.

Em relação ao Sr. Deputado Rodolfo Franca que diz que a minha participação é muito “irritante”, pois habitue-se, Sr. Deputado, estou aqui há 20 anos a fazer isso, a “irritar” toda a gente!

Deputada Ana Luís (PS): É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Não vou mudar nunca, Sr. Deputado!

Quanto mais irritado o senhor fica, mais contente eu fico.

Significa que, do ponto de vista político, estou a atingir os meus objetivos.

De resto, a irritação para o debate é uma má conselheira, porque não nos permite refletir de forma limpa e racional.

Portanto, Sr. Deputado, um conselho que eu lhe dou é que tenha calma...

Deputada Andreia Costa (PS): Fala a voz da experiência!

O Orador: ... não se exalte e pense numa forma racional!

Além disso, haverá sempre muita gente que irá discordar de si. V. Exa. vai ficar irritado por isso?

Isto é a democracia!

Portanto, não fique irritado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado António Lima, tem toda a razão.

Veja bem, o debate em referência é de 17 de junho de 2020, não foi na pré-história. Foi há muito pouco tempo em que o Partido Socialista dizia: “façam como estão a fazer agora, que assim é que é correto”. V. Exas. fazem o que o Partido Socialista disse...já

não serve!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O que é que aconteceu para que agora o Partido Socialista pense de forma diferente?! É porque o Partido Socialista precisa duma nova desculpa. E porquê? Porque, agora, está na oposição. E, portanto, o que era verdade ontem, a explicação técnica dada na altura pelo PS, aliás, com os preciosismos do Sr. Deputado Rodolfo Franca que vinha aqui, do alto da sua sapiência, explicar uma questão tecnicamente muito difícil.

Ó Sr. Deputado, não há nada que V. Exa. entenda que o PPM não tenha também capacidade de entender!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Portanto, quanto à questão técnica, eu digo-lhe que esta é uma questão política, porque o Partido Socialista dizia ao Bloco de Esquerda para apresentar uma proposta deste teor. E agora que apresentou, já não concorda.

É isso que V. Exa. tem que explicar, porque o Presidente do Governo Regional de então, é agora também o líder parlamentar do Partido Socialista!

O mundo não mudou assim tanto, Sr. Deputado!

Os que tinham responsabilidade então, estão ali sentados! E a Sra. Deputada também!

Deputada Ana Luís (PS): Nós não fugimos às nossas responsabilidades!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não foram os outros que já não sabemos onde é que estão! Estão aí desse lado nessa bancada. A Sra. Deputada Andreia, a Sra. Deputada Ana Luis, anterior Presidente do Parlamento!

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor tem saudades minhas? Só pode ser!

O Orador: Estão aí sentados quase todos os que pensavam dessa forma e agora pensam numa forma diversa.

Já agora – não sei se ainda tenho muito tempo – gostava de fazer aqui uma citação aliás, tenho aqui duas até, mas a mais longa ficará para a próxima intervenção, vou apenas ler a posição apresentada pelo Governo Regional que a Sra. Deputada Andreia Cardoso integrava e que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro presidia: “o pessoal de apoio educativo provido pela tutela e cuja afetação ao serviço é da responsabilidade da gestão escolar, que considera as especificidades e pedagógicas das nossas unidades orgânicas é o pessoal adequado ao funcionamento pleno do sistema educativo regional”.

Portanto, há 1 ano e tal, o Governo Regional dizia que estava tudo a correr *nos trinquês*, estava tudo impecável, não havia necessidades.

Por isso, é que a sua posição sobre esta matéria não pode ser diferente, porque o Governo presidido pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, há 1 ano e tal, dizia que o sistema não tinha nenhuma necessidade, embora fosse mais do que evidente que existem necessidades, sim e que este é um problema que tem que ser

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Afinal já não é diferente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN vai apoiar totalmente esta iniciativa, porque não nenhum motivo para não o fazer. Aliás, precisamos de esmiuçar imenso, para conseguirmos arranjar um argumento contra

este diploma. Mas o PS conseguiu.

O PS concorda, na sua larga maioria, com este diploma, apenas discorda duma coisa: o logotipo não é do PS!

(Risos e aplausos das bancadas da Coligação)

O Orador: Não estava à espera destas palmas! Vou ficar vermelho!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O que vimos neste plenário é que por causa das eleições, algo mudou a mentalidade de toda a gente.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Neste caso, vejo o PSD a apoiar o diploma do Bloco de Esquerda e vejo o PS a tentar matar o Bloco!!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Vasco Costa (PS): Eh pá matar não!

O Orador: A tentar absorver o Bloco de Esquerda nos Açores, tal como fez na República, o que não deixa de ser bastante engraçado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o PAN?

O Orador: Mais uma vez, para finalizar, dizer apenas que o PAN apoia integralmente este diploma.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Este é um daqueles momentos irrepetíveis!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Eu não disse (outra vez!) que o Sr. Deputado me irritava. Eu não disse isso. O que eu disse foi que a mentira me irritava.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: E, repito, a mentira é uma coisa que me irrita solenemente!

Portanto, por favor, o Sr. Deputado passe a anotar o que eu digo, para depois não vir dizer outra vez o contrário, porque irrita-me a mentira!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que eu o irritava!

O Orador: Não me irrita o Sr. Deputado, pelo contrário, às vezes até me dá vontade rir!

Quanto à questão do que foi dito e feito no passado, o Sr. Deputado tem uns registos históricos muito bem feitos, mas é só para o que lhe interessa!

O Orador: Há bem pouco tempo, o Sr. Presidente Vasco Cordeiro disse, e já voltou a dizer, inclusive até foi num momento especial, que o Partido Socialista não fez tudo certo e que está disposto a reconhecer o que eventualmente não fez bem.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda bem que diz isso!

O Orador: E estará disposto a apresentar ideias novas e, assim, contribuir para que os Açores evoluam, sem a defesa de questões dessa natureza. E, portanto, o que o Partido Socialista não tenha feito eventualmente certo, não invalida que não possamos agora defender uma ideia em que acreditamos. Pelos vistos, eu não consigo explicar-me bem, porque a nossa ideia incide sobre o modelo que é proposta e isto não tem nada a ver com logotipos. Tem a ver exatamente com o corrigir, não apenas porque sim, mas corrigir para o certo, não tapando buracos e fazendo remendos. É esta a nossa opinião, ou seja, corrigir o Estatuto do Pessoal não Docente para aquilo que nós entendemos que é certo. Eu vou explicar rapidamente outra vez.

O que se passa é que o Decreto Regulamentar Regional determina o rácio do número de assistentes operacionais, em função do número de alunos. (ponto). Mas o que diz

a seguir o Estatuto é que “devem ser tidos em conta ainda os seguintes critérios”.

Ora, nós não concordamos com este modelo, apesar de vir do passado. Mas se temos em cima da mesa uma iniciativa para ser alterada, com toda a honestidade e pragmatismo, estamos a dizer o nosso ponto de vista. Achamos que a forma correta de alterar o Estatuto, não é esta, porque trata-se dum remendo e não vai comprometer a tutela com um rácio diferente do que aquele que a tutela vai entender estabelecer no Decreto Regulamentar Regional, porque continua o Estatuto do Pessoal não Docente a ter um conjunto de critérios que vêm **depois** do rácio estar estabelecido e **depois** da vontade da tutela decidir colocar mais ou menos funcionários, a seu bel-prazer, numa ou noutra escola.

É com isto que nós não concordamos, porque achamos que deve ser colocado ao contrário, ou seja, o Estatuto deve nortear os critérios que, depois, o Decreto determinará em função, não só do número como lá está, mas em função de todos os outros critérios que também eventualmente estariam no Estatuto, numa forma clara e objetiva. Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola.

(*) **Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente aquilo que o Bloco de Esquerda nos traz, hoje, é uma questão importante para as nossas escolas e que reflete a preocupação de toda a comunidade educativa.

São os nossos conselhos executivos, os professores, os próprios auxiliares, os encarregados de educação que estão preocupados com esta questão da falta de funcionários nas nossas escolas.

Todos nós que lecionámos no passado, porventura, passámos por escolas onde se não fossem os programas ocupacionais, elas simplesmente não abriam.

Deputado José Contente (PS): E agora?

O Orador: O que constitui um problema grave que o Partido Socialista, no passado, não quis encarar, aliás o Deputado Paulo Estêvão já leu aqui várias citações do que era a posição do PS na altura.

O que o Bloco de Esquerda nos traz aqui é uma clarificação, isto é, tornar mais objetivo aquilo que são os critérios para a fixação de pessoal não docente.

O Partido Socialista não concorda. E nós não entendemos porque é que durante todos estes anos, usando o argumento de que estava tudo bem, que não era preciso mexer nestes critérios, nunca tivesse feito nada para agora vir o Sr. Deputado Rodolfo Franca dizer que afinal não concordam com isto e que até é necessário mexer no Estatuto todo – vejam só!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Aliás, como a Sra. Secretária também disse!

O Orador: Bom, Sr. Deputado Rodolfo Franca, eu gostaria de lhe dizer que aguardamos as vossas propostas de alteração a este diploma do Bloco de Esquerda.

Porém, há aqui uma matéria fundamental, que é sobretudo política, que eu acho deveria ser clarificada para todos os açorianos que nos estão a acompanhar e para todo o pessoal não docente. É que se o Partido Socialista fosse Governo nos Açores em 2022, e mais, se o Partido Socialista tivesse a maioria absoluta neste ano nos Açores, efetivamente, não haveria alteração absolutamente nenhuma a este diploma.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para contribuir para este debate, porque me parece que, em relação a este assunto, há posições divergentes, naturalmente, mas posições que também são legítimas.

Em primeiro lugar, no passado não esteve tudo bem, do ponto de vista da dotação das escolas com pessoal não docente. E tanto não esteve tudo bem, que também foram os Governos do Partido Socialista que permitiram, durante 8 anos, o reforço de pessoal não docente nas escolas dos Açores, em cerca de 500 pessoas.

Portanto, a ideia de que nada foi feito e tudo foi deixado ao abandono, não é uma ideia correta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Pode-se dizer que isso não foi suficiente. Ou seja, na análise de qualquer um dos partidos, aqui dentro, isso não foi suficiente. Perfeitamente de acordo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Partido Socialista é que dizia!

O Orador: Mas isso não invalida que se reconheça que o Partido Socialista, enquanto foi Governo nesta Região, também trabalhou e reforçou a dotação das escolas de pessoal não docente.

Segundo aspeto. Há duas questões que se colocam neste diploma; uma que tem a ver com a natureza do vínculo que trabalhadores nas funções não docentes nas escolas têm, e outra, que tem a ver com os critérios para o reforço do pessoal não docente nas escolas. São questões diferentes que se entrecruzam, é certo, mas são questões diferentes.

Não é pelo facto de funcionários que até este momento, estiveram em programas ocupacionais e que passam a estar integrados na função pública, que se reforça a dotação de pessoal não docente das escolas porque, neste caso, a única coisa que se mudou, foi o vínculo jurídico que ligava essas pessoas à Administração Regional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não!

O Orador: O que é que se passa nesta proposta?

Primeiro, conforme foi referido pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca, deve-se reavaliar este assunto? Deve-se melhorar este assunto?

Muito bem.

Este é o objetivo da proposta do Bloco de Esquerda? Sim nós concordamos.

Em que é que nós não concordamos com o Bloco de Esquerda?

O Bloco de Esquerda introduz, para além daquilo que já era a formulação anterior que colocava um conjunto de aspetos que agora são reformulados na sua linguagem, mas que na nossa apreciação, do ponto de vista substantivo, significam exatamente a mesma coisa.

Exemplificando: na formulação anterior, a alínea a) do nº5, dizia que “um critério na fixação das dotações dos quadros de escola, devia ser a seguinte regra: a tipologia dos estabelecimentos de educação e ensino a servir e o meio social onde a escola se insere”.

O que propõe o Bloco de Esquerda?

Alínea a): “a tipologia dos edifícios escolares, a sua dimensão e respetiva distribuição geográfica”.

É uma abordagem possível, mas também é possível não concordarmos com ela. Mas esta nem sequer é a razão de fundo.

A questão de fundo prende-se com a alínea l), onde é introduzido um critério que diz que “deve ser tido em conta a média do número de trabalhadores nos últimos 2 anos, colocados ao abrigo de programas de inserção profissional na unidade orgânica”. E é aqui que nós discordamos.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Então sempre está de acordo connosco nalguma coisa!

O Orador: Porquê? Porque os programas de inserção profissional não foram definidos para satisfazer esta necessidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah não? Parecia!

O Orador: Eles podiam ser aproveitados para isso, mas o objetivo dos programas ocupacionais não era esse.

Portanto, assumir que o mérito dum programa de ocupação profissional corresponde e tem uma identidade perfeita, na satisfação dos objetivos de reforço do pessoal não docente nas escolas, nós discordamos disso, porque não é a mesma coisa.

Os critérios que devem ser seguidos com maior ou menor concretização, devem ser critérios que se prendem – o Bloco de Esquerda até faz esse caminho – com a tipologia

do estabelecimento, com as necessidades, com o número de alunos, tudo questões que estavam já previstas e que são reformuladas. Mas, com este critério, nós não concordamos. Aliás, para além disso, há uma contradição política nesta posição.

Então como é que nós criticamos os programas operacionais para reforço de pessoal não docente e depois, utilizamos esses mesmos programas como critério para aferir a dotação?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é isso que está aí!

O Orador: Então vamos ver essa questão numa forma muito simples: Primeiro. Concordamos com a necessidade de rever esse aspeto?

Sim, o PS concorda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, concorda?

O Orador: Concorda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas ontem não concordava!

O Orador: O Decreto Legislativo Regional é o meio para o fazer? Sim, é o meio para o fazer.

E com a formulação concreta que é dada nesta proposta? Não, nós não concordamos.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Conforme foi referido pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca, há outros aspetos que também devem ser revistos. E é isso em que estamos a trabalhar e que apresentaremos a esta Casa. Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer que a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro esclarece – e agradeço-lhe por isso – qual é o motivo de discordância do Partido Socialista. É que até aqui, esse motivo não era claro. Aliás, eu não o percebi, porque aquilo que o Sr. Deputado Rodolfo Franca dizia era que o Decreto Legislativo Regional vinha depois do Decreto Regulamentar Regional. E esse era o motivo jurídico que eu sinceramente não percebi. Aquilo que diz agora o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é que discorda da alínea l).

Em primeiro lugar, sobre o que são as precisões e a diferente linguagem sobre os critérios, não é apenas isso, porque há a introdução de novos pontos, para além dessa alínea l). Mas há aqui um problema.

Poderá dizer o Partido Socialista, legitimamente, que não se deveria - de certa forma - assumir que o número de trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais, não deveria ser tido em conta para a definição do número de lugares dos quadros. E, de certa forma, tem razão, do ponto de vista formal, abstrato e até do ponto de vista teórico. O problema é a prática que existe nos últimos anos, e que continua a existir, ou seja, na realidade, os programas ocupacionais foram utilizados, e são utilizados – e nós queremos que deixem de ser – de forma abusiva para preenchimento de necessidades permanentes do sistema.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Esse é que é o problema.

Tem razão o PS do ponto de vista teórico, é verdade. Mas do ponto de vista prático, a realidade, infelizmente, diz que sem esta regra e sem a tentativa de alterar este procedimento abusivo, os governos têm tendência a fazer, porque é mais barato. O Parlamento deve legislar nesse sentido, mesmo que do ponto de vista teórico, isso possa não ser o mais *limpo*, aí reconheço. Mas, do ponto de vista prático, é uma forma política e uma forma de garantir que os abusos do passado e do presente não voltam a acontecer. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Alerto-o de que tem muito pouco tempo.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): É muito rápido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Lima:

A questão não é apenas essa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pois não!

O Orador: É também uma contradição entre tudo o que foi dito aqui.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah é?!

O Orador: Porque aquilo que nós ouvimos de várias bancadas foi “então os senhores usaram os programas ocupacionais, mas eles não eram suficientes para preencher as necessidades das escolas”.

Então como é que ficamos...?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que foi dito!

Deputado Bruto da Costa (PSD): Não é nada disso!

O Orador: Se os programas ocupacionais não foram suficientes para preencher as necessidades das escolas, é mais uma razão para que os trabalhadores que estavam ao abrigo desses programas nessas escolas, não seja um dos critérios para agora definir a sua necessidade. Porque, senão, nós estamos a cair numa contradição.

Isso nada tem a ver com a questão de fundo, da maneira como eu a vejo. Devemos visitar este assunto e definir novos critérios para a dotação de pessoal não docente nas escolas? Muito bem. Mas vamos ter cuidado com o critério, porque não é possível – e termino já Sr. Presidente – dizer o seguinte: “os senhores, no passado, usaram programas ocupacionais para dotar as escolas com pessoal não docente e isso não foi suficiente, porque continuava a faltar pessoal”.

E agora o que fazemos é dizer: “critério para definir o pessoal não docente que é preciso para as escolas, com o pessoal que esteve ao abrigo dos programas ocupacionais”. Isto não bate certo!

Muito obrigado.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Alerto-o de que tem muito pouco tempo também.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido, tenho muito pouco tempo.

Vou sintetizar esta questão da seguinte forma: o Partido Socialista dizia” ontem”, dia 17 de junho de 2020...

Deputada Andreia Costa (PS): Tanta coisa que, entretanto, já aconteceu!

O Orador: V. Exa. tem um instrumento legislativo muito mais forte e qual era? O Decreto Legislativo Regional nº 11/2006 que é aquele que estamos agora a alterar.

Segunda questão: diz o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que quem está nos programas ocupacionais não devia ser considerado.

Na altura em que a proposta do Bloco de Esquerda foi discutida, existiam mais de 600 pessoas nos programas ocupacionais.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é mais uma razão para este diploma não ser aprovado!

O Orador: Oiça Sr. Deputado o que lhe vou dizer.

Nós consideramos que não estando integrados nos quadros, estas necessidades também devem ser contabilizadas. E é essa a resposta que está a ser dada e as carências que, neste momento, estão a ser colmatadas também por quem estás nestes programas. Isso está a ser considerado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas os senhores ao integrarem nos quadros, estão a tirar a razão ao BE!

O Orador: V. Exas. consideravam 600 e tal trabalhadores que estavam nos programas

ocupacionais? Não consideravam!

Eu não lhe posso ler a última coisa, por falta de tempo, que era também defendido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que dizia que “nós, o Partido Socialista, nunca vamos reconhecer que a nossa gestão nesta área está a ser deficitária”.

Era isto o que o Partido Socialista defendia. E V. Exa. está a defender exatamente a mesma coisa!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está a inventar agora!

O Orador: V. Exa. está a defender que “nós nunca vamos reconhecer que, nesta matéria, estamos a ter uma gestão deficitária, ou tivemos...”, “ontem”. O passado foi há muito pouco tempo.

O Sr. Deputado Rodolfo Franca diz “foi no passado”. O passado?! Foi há um ano e meio, Sr. Deputado!

Deputada Ana Luís (PS): Foi para todos!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está a inventar!

Deputado João Vasco Costa (PS): o senhor em muito menos tempo do que isso, disse que nunca se juntaria ao Presidente do Governo e está agora aí sentado!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

(*) Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de apresentar ao Parlamento o posicionamento do Governo face a essa questão e também explicitar o trabalho que temos vindo a desenvolver nesta área.

Em primeiro lugar, como tivemos oportunidade de referir na audição da Comissão dos Assuntos Sociais sobre esta matéria, gostaria de aqui frisar que o Governo está em convergência quanto aos princípios e esta necessidade de se rever os critérios de fixação

do pessoal não docente, em especial dos nossos assistentes operacionais, porque a legislação e a regulamentação que nós temos atualmente, tal como já foi aqui referido várias vezes por várias bancadas, está não só obsoleta, como também se traduz em elevada arbitrariedade e instabilidade na gestão das próprias escolas.

A ação deste Governo, desde que tomámos posse, foi a de podermos contribuir para um aumento da estabilidade dos nossos trabalhadores e das nossas escolas. Como já tivemos oportunidade de referir várias vezes, fizemos um aumento da dotação em quadro de cerca de 200 trabalhadores assistentes operacionais, o que corresponde, sensivelmente, a 25% dos então programas ocupacionais que passam a estar nesse número integrados em quadro, contrariando uma tendência que estava a ser verificada desde 2016, ano em que os quadros nas escolas da Região contavam com 1445 assistentes operacionais; em 2019/2020 tínhamos

1334. E, portanto, havia uma tendência de redução e nós invertimos esse processo, como disse, com estes números, fazendo uma aposta na dotação destes quadros.

Ora, não somente é preciso combater esta precariedade, como também é preciso e imperioso que se atenda à realidade de cada escola.

Não faz sentido, nos dias de hoje, que continuemos com critérios que apenas têm em consideração o rácio do número de trabalhadores por alunos, sem termos em consideração, em primeiro lugar e fundamental, a tipologia de alunos que temos à nossa frente. Alunos com necessidades educativas especiais, por exemplo, não podem ser entrar no mesmo rácio que entram alunos que não têm esse tipo de necessidades acrescidas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: E, portanto, é preciso ter uma diferenciação, já para não ter em conta as tipologias de estabelecimentos.

Assim sendo, é imperioso atendermos a esta realidade de cada escola, enquanto comunidade educativa e não apenas enquanto edifício, mas também para podermos incutir maior transparência ao sistema educativo, para que os executivos saibam, no início de cada ano letivo, com o que é que podem contar.

E para que não estejam sempre dependentes da administração educativa e do aval para

se considerar ou não a abertura de mais um quadro ou de mais uma vaga para colocação.

Voices de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Isso, sim, é nós trabalharmos para que haja uma menor dependência e uma maior estabilidade quer dos profissionais quer das nossas escolas.

Para finalizar, gostaria de dizer que, neste momento, estamos já a trabalhar com as nossas escolas, para atendermos às reais necessidades das mesmas. É um trabalho complexo, pois para que haja esta transparência é preciso, de facto, aferirmos fórmulas e mecanismos de aferição que possam depois ficar plasmados em regulamentação. É um trabalho que estamos agora a desenvolver e que é absolutamente urgente, porque para que possamos ter um arranque do ano escolar em setembro deste ano – é daqui a poucos meses, já falta muito pouco – e possamos ter um quadro já revisto e com outra estabilidade, esse é um trabalho que tem que ser feito neste momento. E, por isso, por esses mesmo motivo é que não podemos ficar à espera...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas quem é que está a dizer para esperar?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem! Cada caso é um caso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! É resolver o problema e pronto. **A**

Oradora: de iniciativas por parte da Assembleia Legislativa Regional e o próprio Governo também já esteve a trabalhar neste assunto.

Muito obrigada.

Voices de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária Regional.

Parecendo não haver mais inscrições, vamos passar à votação começando pela votação na generalidade do Decreto Legislativo Regional nº 42/XII – primeira alteração ao DLR nº 11/2006/A, de 21 de maio que “estabelece o Estatuto do Pessoal não Docente do Sistema Educativo Regional”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 42/XII colocado à votação foi aprovado, na generalidade, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 24 votos contra do PS.

Presidente: Obrigado Sra. Secretária.

Os dois primeiros artigos não têm propostas de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, nós apenas pretendemos votar a alínea l) que altera o Artigo 5º em separado. Não sei estão de acordo.

Presidente: Muito bem. Então vamos votar o Artigo 1º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 24 votos contra do PS.

Presidente: Coloco à votação as alíneas do Artigo 2º que altera o Decreto Legislativo Regional nº 11/2006/A, do Artigo 5º as alíneas a), b), c), d) e os aditamentos das alíneas f), g), h), i), j) k).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: As alíneas colocadas à votação foram aprovadas, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 24 votos contra do PS.

Presidente: Agora, sim, coloco à votação a alínea l) do Artigo 2º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A alínea colocada à votação foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 20 votos do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e registou 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento ao Artigo 3º do diploma, apresentada pelo PSD, CDS/PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 24 votos contra do PS.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os restantes 3 artigos do diploma?

(Foi dada indicação afirmativa pelas diversas bancadas parlamentares)

Presidente: Coloco à votação os Artigos 3º, 4º e 5º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 24 votos contra do PS.

Presidente: Passamos à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 42/XII, foi aprovado, em votação final global, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e

1 do Deputado Independente e registou 24 votos contra do PS.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes para uma declaração de voto.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, finalmente, nesta Casa, deu-se um passo importante que sabemos não será o único e que muitos outros terão de ser dados para a melhoria das condições nas nossas escolas, não só a nível das infraestruturas, mas também em todo o apoio necessário à comunidade educativa.

Um passo certo para todas as pessoas que se encontram a desempenhar funções de carácter permanente nas nossas escolas.

Um passo certo para os docentes.

Um passo certo para a nossa comunidade. É isto que é preciso fazer. É ir em frente.

Os partidos da Coligação não concordando com aquela que era a nossa proposta, apresentaram uma proposta de alteração, a qual votámos favoravelmente. E cá estaremos para fiscalizar o seu cumprimento.

Também é importante dizer que as acusações que foram feitas sobre isto ser um remendo que é feito, resta saber se as pessoas que vão ser beneficiadas por este remendo, se sentem realmente que estão a ser *remendadas* ou se sentem que efetivamente hoje iniciou-se hoje aqui um caminho diferente para as escolas. Obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada. Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) Deputada Délia Melo (PSD): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD é coerente com as suas decisões. E, por isso, votou a favor da iniciativa do Bloco de Esquerda, tal como já havia feito no passado.

Portanto, sabemos que esta é uma questão que urge ser resolvida e estamos aqui para contribuirmos para a solução do problema.

Estamos a trabalhar aqui com verdadeiro espírito democrático, a pensar no melhor para

as pessoas. Nós estivemos abertos ao diálogo, para reunir consensos para uma proposta que realmente trouxesse uma novidade, no que respeita aos critérios, para a definição de rácios que melhorassem as condições laborais de todos aqueles que estão nas escolas e constituem o pessoal não docente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem Sra. Deputada!

A Oradora: Obviamente que ainda há um longo caminho a percorrer, mas já o iniciámos, logo já temos um ponto de partida. E quando esta manhã o Sr. Deputado António Lima falava na importância de se apostar na estabilidade laboral, bem como na questão da regularização dos precários, cá estamos nós para dizer que estamos presentes e a dizer, sim, concordamos. Agora, sim, há esta abertura para resolver esta questão. Agora, sim, há a abertura e o sentido democrático que não existiam com os Governo socialistas no passado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca Também para uma declaração de voto.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Membros do Governo:

Peço a palavra para sublinhar a posição do Grupo Parlamentar do PS, sobre a qual entendo que parece fazer-se crer que é uma e não é.

Sublinhando, a nossa posição é a de que, na verdade, devem ser incrementados assistentes operacionais nas nossas escolas em número, ainda que o rácio real não seja aquele que o Decreto Regulamentar Regional determina.

O Grupo Parlamentar do PS entende que deve haver um esforço, por parte do Governo, deste Parlamento e de todos nós, para que as nossas escolas consigam vincular mais assistentes operacionais e até assistentes técnicos e técnicos superiores.

Acontece que votámos contra a iniciativa, não porque entenda que a mesma está errada,

no sentido de não pretender isto que acabei de dizer, mas sim, porque entende que esta iniciativa, na verdade, nada resolve e tudo fica exatamente na mesma, porque mantemos a situação de ser a tutela que, ao seu livre-arbítrio, decide quantos assistentes operacionais vai colocar nas escolas, para além daqueles que os rácios que um eventual decreto regulamentar regional vai determinar.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente este diploma, aliás isso mesmo já tínhamos manifestado em sede de Comissão de Assuntos Sociais, por entender que, de facto, todas as escolas dos Açores tinham carência de pessoal não docente. As escolas não se fazem só com alunos e professores, fazem-se também com este pessoal não docente, e pessoal (não docente) qualificado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande verdade!

O Orador: E aí não basta usar o pessoal dos programas ocupacionais e integrá-los nas referidas escolas, mas é preciso qualificar aqueles que não têm qualificações ainda para desempenhar as funções que estavam a desempenhar, colmatando necessidades permanentes, mas que não tinham qualificações para isso, porque estavam ao abrigo dos programas ocupacionais. E também satisfazer algumas das esperanças que essas pessoas tinham de um dia ficarem a trabalhar nessas escolas.

O que é facto é que o prolongar de programas ocupacionais, ao longo dos últimos anos – e não estou aqui para criticar o modo de fazer antes ou depois, ou para o futuro – levou a que as pessoas criassem esperanças nas suas cabeças, legítimas até, de terem alguma estabilidade no trabalho e de integrarem um dia essas unidades orgânicas, sejam elas escolas ou até doutros setores.

Foi nesse sentido que nos associámos a esta medida que, compreendemos, não vai resolver os problemas todos, como é lógico, mas é um passo importante para se começar a resolver este problema num futuro próximo, onde se espera sejam necessários muitos mais trabalhadores, pois é um sinal de que evoluímos demograficamente, no sentido de termos mais alunos e precisarmos de mais pessoal não docente. Oxalá assim acontecesse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PPM votou a favor desta iniciativa, porque considera e reconhece que existe um problema em relação à falta de pessoal não docente nas nossas escolas. Considerámos isso há um ano e meio. Aliás, eu tenho aqui a nossa votação numa iniciativa semelhante há cerca de um ano e meio. E o problema nessa altura já existia, houve quem dissesse que não existia, mas nós considerámos que existia.

Um ano e meio depois, continuamos a achar que este problema ainda não foi resolvido. Se calhar muitos partidos teriam a tentação dizer: “bom, nós já começámos a alterar estas circunstâncias de forma muito decisiva, já fizemos um longo caminho, já começámos a resolver o problema”. E isso é o suficiente para reconhecer que, estando nós agora no poder, a nossa posição seria a de “já estamos a resolver”. Isso é o caminho mais fácil. É o caminho demagógico. Mas não foi esse o nosso caminho. O nosso caminho é dizer que, apesar dos avanços que têm vindo a ocorrer, consideramos que ainda há um problema que tem de ser resolvido.

Não somos como outros que dissertam que este não é o mecanismo. Aliás, o Bloco de Esquerda está a utilizar um mecanismo para a resolução do problema que lhe foi indicado há um ano e meio atrás. E nós consideramos que este também é um mecanismo de resolução desta questão.

Achamos que quem está nos programas ocupacionais não deve ser subtraído ao problema. Tem que lá estar. Faz parte da solução. E, portanto, é nesse sentido que tem de ser contabilizado. As respostas que eles estão a dar a este sistema têm que ser

contabilizadas.

Por isso, é com esta coerência que aqui estamos.

O que é fundamental, também, e com isto termino, é que tal como a Sra. Deputada Alexandra Manes disse, esta iniciativa vai fazer a diferença na vida das pessoas. Vai fazer a diferença nas nossas escolas. Vai fazer a diferença em relação às nossas crianças e jovens. Esta medida vai fazer a diferença para melhor, porque vai melhorar as condições em que elas estão nas nossas escolas. O pessoal não docente é tão importante como os professores e toda a gente que faz parte do sistema educativo, tal como as famílias e como os alunos.

Esta questão não pode ser olhada como uma questão menor, porque nunca o foi. Para este Governo, é uma das soluções para a melhoria do sistema educativo.

É por isso que o PPM, convictamente, este ao lado de quem apresentou esta iniciativa, com a coerência total. E com a certeza de que, como disse a Sra. Deputada Alexandra Manes, sim, a aprovação deste diploma vai fazer a diferença e vai melhorar as respostas nas nossas escolas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins para uma declaração de voto.

(*) Deputado Rui Martins (CDS/PP): obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS acompanhou este Projeto de alteração ao DLR aqui trazido pelo Bloco de Esquerda, por considerar que não sendo a solução em si mesma de todos os problemas relativos aos profissionais não docentes, é um diploma que é criado em 2006, e a sua regulamentação é de 2007 e que, de lá para cá, não sofreu nenhuma alteração nem os ajustes eventualmente necessários às novas realidades, sejam elas pela via de se ter contratado muitas pessoas através de programas ocupacionais que, no fundo, acabaram

por camuflar as realidades necessidades e acabaram por não fazer com que fosse criadas vagas e que fosse dado emprego não precário a esses profissionais. Foram decisões políticas. Foi o rumo tomado.

A Sra. Secretária Regional da Educação já afirmou que este é um dos diplomas que este Governo irá rever, ajustando-o aos rácios. Logo, não colhe as justificações para um voto contra, o facto de se estarem a considerar que não sendo suficiente o pessoal contratado ao abrigo de programas, e agora estar refletida na lei essa contabilidade para a média, isso não prejudica em nada aquilo que seja depois a própria avaliação e a abertura de vagas, tendo em conta os rácios que estão definidos em DRR e que eventualmente também possam ser alterados.

De qualquer das formas, aí concordamos inteiramente com o que disse a Sra. Deputada Alexandra Manes de que este é efetivamente um passo para resolver, ou pelo menos tirar da precariedade, aquilo que são as necessidades funcionais das unidades orgânicas e das escolas, para terem pessoal não docente apto a cumprir as responsabilidades dum sistema educativo e dar às nossas crianças e alunos condições para terem um correto acompanhamento e para que haja realmente sucesso, porque a escola, enquanto comunidade, também passa pelo pessoal não docente.

Este é um caminho que se está a trilhar, e no qual iremos dar, a breve trecho, passos mais firmes. No entanto, este é já um contributo que o Bloco de Esquerda já tinha dado no passado e veio aqui reafirmar o seu trabalho anterior em projeto de resolução; agora fá-lo em DLR, sendo que nós consideramos que fez muito bem, daí acompanharmos esta iniciativa.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Jose Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega acompanhou esta proposta, porque ao contrário do que se foi ouvindo ao longo da discussão, há que dar um primeiro passo. E este é um primeiro passo. Pode não ser o passo perfeito, pode não ser o melhor passo ou a solução do problema. Mas é um passo. Ficar parado é que nada acontece. E nós temos que seguir em frente. Temos que melhorar as coisas, nem que seja testando e errando, que assim seja.

Gostava de acrescentar que para o Chega, não há cercas políticas ou linhas vermelhas. Nós votamos uma proposta do Bloco de Esquerda sem problema nenhum. Era bom que esse exemplo também fosse dado quando se reporta ao Chega, na maioria da democracia portuguesa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Penso que estão concluídas as declarações de voto. Vamos então prosseguir os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, para uma interpelação para requerer um intervalo regimental de 30 minutos. **Presidente:** É regimental.

Eu peço aos líderes que se abeirem aqui da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, atendendo ao nosso horário, a Conferência de Líderes deliberou encerrar os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Boa noite e até amanhã.

Eram 19 horas e 25 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Popular (CDS/PP)

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Documentos entrados

Listagem da correspondência 08/02/2022

1- Projeto de Decreto Legislativo Regional: N.º 48/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro, que interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2022 – 01 – 18

Comissão: -----

Urgência e Dispensa de Exame em Comissão

N.º 49/XII

Assunto: [Regime Jurídico da Taxa Turística Regional](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 002 – 02

Comissão: Economia

Data-limite de parecer: 2022 – 03 – 04.

2- Proposta de Decreto Legislativo Regional:

N.º 25/XII

Assunto: [Aprova a décima sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, 6/2019/A, de 12 de fevereiro, 8/2019/A, de 9 de maio, 1/2020/A, de 8 de janeiro, 12/2020/A, de 3 de junho, e 15-A/2021/A, de 31 de maio, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 01 – 14

Comissão: Economia

Data-limite de parecer: 2022 – 02 – 14.

3- Projeto de Resolução: N.º 89/XII

Assunto: [Reforço das ligações aéreas internacionais para a ilha Terceira](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2022 – 01 – 25

Comissão: Economia

Data-limite de parecer: 2022 – 02 – 24;

N.º 90/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a negociação da taxa de juro a aplicar ao pagamento de juros de mora relativo a dívidas referentes ao fornecimento de energia elétrica](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 02 – 04

Comissão: Economia

Data-limite de parecer: 2022 – 03 – 09.

4- Anteproposta de Lei: N.º 5/XII

Assunto: [Regulamentação da Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 02 – 03

Comissão: Política Geral

Data-limite de parecer: 2022 – 03 – 07.

5- Petição: N.º 22/XII

Assunto: [Suspensão da Obra – Construção do Bar da Praia da Riviera](#)

Proveniência: Raquel Rodrigues - Marine Waste on Terceira Island

Data de Entrada: 2022 – 02 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-limite de parecer: Em processo de admissão.

6- Requerimentos:

Assunto: [Resolução urgente do conflito laboral na Atlânticoline](#)

Autores: Miguel Costa e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2022 – 01 – 14

Referência: 54.02.00– N.º 274/XII;

Assunto: [Atividade do Provedor do Utente da Saúde](#)

Assunto: [Esclarecimentos sobre fundos comunitários registados em 2021](#)

Autores: Carlos Silva, José Ávila, Miguel Costa e Rui Anjos (PS)

Data de Entrada: 2022 – 01 – 18

Referência: 54.02.00– N.º 275/XII;

Assunto: [Resolução urgente do conflito laboral na Atlânticoline em defesa dos utentes deslocados da ilha de São Jorge](#)

Autora: Maria Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2022 – 01 – 18

Referência: 54.02.05– N.º 276/XII;

Assunto: [Aquisição da Associação "Clube de Golfe da Ilha Terceira", CGIT](#)

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2022 – 01 – 18

Referência: 54.08.03– N.º 277/XII;

Assunto: [Esclarecimentos sobre exercício de funções de Autoridade Regional de Saúde](#)

Autores: Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria, Miguel Costa e Tiago Lopes (PS)

Data de Entrada: 2022 – 01 – 20

Referência: 54.02.00– N.º 278/XII;

Assunto: [Número de Ocupados nos Açores aumentou 11% em 2021](#)

Autores: Carlos Silva, Sandra Faria e Vílson Ponte Gomes (PS)

Data de Entrada: 2022 – 01 – 21

Referência: 54.02.00– N.º 279/XII;

Assunto: [Plano de Reestruturação do Grupo SATA](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 01 – 24

Referência: 54.09.00– N.º 280/XII;

Assunto: [Exceção de permissão do exercício da caça no dia 1 de novembro de 2021 na Terceira](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 01 – 25

Referência: 54.06.03– N.º 281/XII;

Assunto: [Implementação do guião de ensino à distância e distribuição dos equipamentos informáticos pelas escolas](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 01 – 25

Referência: 54.06.00– N.º 282/XII;

Assunto: [Documentação produzida pelo Conselho Científico do ProSucesso](#)

Autores: Rui Espínola, Délia Melo e Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2022 – 01 – 26

Referência: 54.03.00– N.º 283/XII;

Assunto: [Grupo SATA agrava prejuízos para 90 milhões, excluindo os subsídios](#)

Autores: Carlos Silva e José Ávila (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 01

Referência: 54.02.00– N.º 284/XII;

Assunto: [Protocolos de cedência de instalações desportivas](#)

Autores: Vílson Ponte Gomes, Ana Luís, Tiago Lopes e Maria Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 01

Referência: 54.02.00– N.º 285/XII;

Assunto: [Projeto de requalificação da Unidade de Saúde de Ilha do Corvo](#)

Autor: Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 02

Referência: 54.02.09– N.º 286/XII;

Assunto: [PS preocupado com a proteção dos recursos marinhos da Região](#)

Autores: Mário Tomé e José Ávila (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 02

Referência: 54.02.00– N.º 287/XII;

Assunto: [Intervenção da Portos dos Açores, S.A. na obra de construção de Bar/Balneários na Zona Balnear da Praia da Riviera](#) **Autores:** António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 02

Referência: 54.06.03– N.º 288/XII;

Assunto: [Limitações da Aerogare do Aeroporto João Paulo II](#)

Autores: António Vasco Viveiros e Vitória Pereira (PSD)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 03

Referência: 54.03.02– N.º 289/XII.

7- Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Trabalhadores que recebem o salário mínimo regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 01 – 14

Referência: 54.06.00 – N.º 258/XII;

Assunto: [Alunos, pessoal docente e não docente nas Escolas da Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 01 – 18

Referência: 54.03.00 – N.º 260/XII;

Assunto: [Listagem de pessoal não docente 2021](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 01 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 261/XII;

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 01 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 255/XII;

Assunto: [Aquisição da Associação "Clube de Golfe da Ilha Terceira", CGIT](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 01 – 21

Referência: 54.08.03 – N.º 277/XII;

Assunto: [Relatório de execução do Setor Público Empresarial Regional do 3.º trimestre de 2021](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 01 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 271/XII;

Assunto: [Exceção de permissão do exercício da caça no dia 1 de novembro de 2021 na Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 01 – 31

Referência: 54.06.03 – N.º 281/XII;

Assunto: [Apoios ao Financiamento - Programa de Manutenção de Emprego](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 01

Referência: 54.06.00 – N.º 247/XII;

Assunto: [Pareceres à obra de construção de Bar/Balneários na Zona Balnear da Praia da Riviera](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 01

Referência: 54.06.03 – N.º 272/XII;

Assunto: [Requalificação do porto das Poças](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 02

Referência: 54.07.08 – N.º 262/XII;

Assunto: [Instalação de uma nova grua no porto das Poças](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 02

Referência: 54.07.08 – N.º 263/XII;

Assunto: [Falta de pessoal médico na Unidade de Saúde da Ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 02

Referência: 54.02.04 – N.º 264/XII;

Assunto: [Contrato de concessão de exploração dos centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica das ilhas das Flores e do Corvo](#) **Proveniência:** Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 02

Referência: 54.07.00 – N.º 268/XII;

Assunto: [Construção de hotel em terreno de Reserva Agrícola Regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 02

Referência: 54.06.03 – N.º 270/XII;

Assunto: [Documentação produzida pelo Conselho Científico do ProSucesso](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 283/XII;

Assunto: [Dados Rendimento Social de Inserção nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 03

Referência: 54.09.00 – N.º 269/XII;

Assunto: [Resolução urgente do conflito laboral na Atlânticoline](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 03

Referência: 54.02.00 – N.º 274/XII;

Assunto: [Resolução urgente do conflito laboral na Atlânticoline em defesa dos utentes deslocados da Ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 03

Referência: 54.02.05 – N.º 276/XII.

8- Informações:

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 60 dias, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 37/XII (PS) - Regime jurídico da classificação de Solicitação de prorrogação de prazo por 60 dias, dos Projetos de Decreto

Legislativo Regional n.ºs 37/XII (PS) - Regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público na Região Autónoma dos Açores e 38/XII (PSD/CDS-PP/PPM/PAN) - Regime Jurídico de Classificação do Arvoredo de Interesse Público na Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 01 – 14;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a retirada do pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Resolução n.º 88/XII – Implementação de testes de diagnóstico antigénico rápido (TDAR) do streptococcus beta-hemolítico do grupo A e a sua disponibilização nos cuidados de saúde primários e serviços de urgência

Proveniência: Luís Rosa, Coordenador do Secretariado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 01 – 14;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que, conforme as informações que lhe foram enviadas e após parecer dos serviços jurídicos da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pretende manter o regime de permanência no exercício de mandato de deputada regional **Proveniência:** Joana Pombo Tavares, Deputada do GPPS

Data de Entrada: 2022 – 01 – 18;

Assunto: Of. GP313-XII a solicitar a Sua Excelência o Presidente da

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a retirada do Projeto

de Decreto Legislativo Regional n.º 48/XII – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 28/2020/A, de 19 de outubro, que interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato”

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS- PP

Data de Entrada: 2022 – 01 – 19;

Assunto: Of. S/013/2022/XII com pedido de prorrogação da suspensão de mandato por motivos de saúde, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir de 20 de janeiro de 2022 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 01 – 19;

Assunto: Correio eletrónico a informar a receção do Projeto de Resolução n.º 62/2021 – Pronúncia por iniciativa própria contra a aprovação, pelo Governo da República, do projeto de Decreto-Lei que desenvolve o regime jurídico das atividades espaciais

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 01 – 19;

Assunto: Correio eletrónico a enviar os documentos aprovados em reunião do Plenário do CESA, a saber: Pronúncia sobre a aplicação regional dos fundos comunitários no âmbito do período de programação 2014-2020; Apreciação sobre a evolução da situação económica, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores; Pronúncia sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2020, bem como os documentos apresentados, a saber: Situação

sobre o acompanhamento do PRR-Açores; Conclusões sobre o Fórum Regional da Qualificação; Síntese das Atividades do CESA, relativa ao ano de 2021

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA)

Data de Entrada: 2022 – 01 – 20;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII (PS) - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2015/A, de 17 de junho - Cria o Complemento Especial para o Doente Oncológico - CEDO e do Projeto de Resolução n.º 83/XII (PAN) - Revisão do regime da prestação do trabalho médico extraordinário nos serviços de urgência e de atendimento permanente das Unidades de Saúde de Ilha com serviços de urgência

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 01 – 24;

Assunto: Carta enviada por correio eletrónico de agradecimento pelo envio do Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Octávio Medeiros

Proveniência: Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes, Administrador Diocesano da Diocese de Angra, Cúria Diocesana, Vigararia Geral

Data de Entrada: 2022 – 01 – 25;

Assunto: Correio eletrónico, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que pretende exercer o seu mandato de deputada em regime de afetação não permanente à ALRAA, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022

Proveniência: Joana Pombo Sousa Tavares, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 01 – 26;

Assunto: Correio eletrónico, a enviar uma Carta Aberta – Suspensão da vacinação contra SARS-COV-2 em crianças e jovens

Proveniência: Teresa Gomes Mota, Relatora de um grupo de cidadãos que honram e defendem a *leges artis* e a ética da medicina

Data de Entrada: 2022 – 01 – 28;

Assunto: Ofício ref.^a 8 a remeter um Voto de Protesto apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista contra o fim dos encaminhamentos gratuitos para passageiros não residentes, aprovado por unanimidade, na quarta Sessão Ordinária de 2021, a 28 de dezembro de 2021

Proveniência: João Manuel de Andrade Fontes, Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto

Data de Entrada: 2022 – 02 – 01;

Assunto: Ofício a informar que, na sua reunião de 1 de fevereiro de 2022 a Comissão de Economia admitiu a Petição n.º 21/XII – Preço do leite pago aos produtores em São Miguel

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 02 – 02;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a prorrogação de prazo para emissão de relatório e parecer dos Projetos de Resolução n.ºs 55/XII (CDS-

PP) – “Terminal de Cargas da Aerogare Civil das

Lajes”, até 28/02/2022 e 67/XII (PS) – “Ampliação da pista do Aeroporto do Pico”, até 06/03/2022, bem como da Petição n.º 10/XII – “Possibilidade de criação de nova tipologia turística, até 06/03/2022

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 02 – 02;

Assunto: Carta enviada por correio eletrónico de agradecimento pelo envio do Voto de Pesar pelo falecimento de Maria José Berquó de Aguiar Rodrigues Cavaco

Proveniência: Maria João Berquó de Aguiar R. Cavaco de Melo Breyner

Data de Entrada: 2022 – 02 – 03;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a suspensão do mandato de Deputada pelo círculo eleitoral de São Jorge, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa, com efeitos a partir de 5 de fevereiro até ao dia 14 de fevereiro de 2022, inclusive

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Deputada do Grupo Parlamentar do CDS- PP

Data de Entrada: 2022 – 02 – 04;

Assunto: Of. Gp331-XII a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência do pedido de suspensão do mandato de Deputada pelo círculo eleitoral de São Jorge, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa, com efeitos a partir de 5 de fevereiro até ao dia 14 de

fevereiro de 2022, inclusive, a vaga será preenchida pelo candidato que se segue, Jorge Miguel Azevedo Paiva, com efeitos em igual período. **Proveniência:** Rui Martins, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP **Data de Entrada:** 2022 – 02 – 07.

9- Relatórios:

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 02 – 07;

Assunto: [Sobre a Proposta de Resolução n.º 4/XII \(MESA\) – Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2020](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 01 – 18;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 8/XII - Pela preservação da zona costeira de São Vicente Ferreira](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 01 – 25.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 02 – 07;

Assunto: [Setorial sobre a Proposta de Resolução n.º 3/XII \(GOV\) – Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2020](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 02 – 01;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 14/XII - Contabilização do tempo integral do serviço prestado no SRSA](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 02 – 03.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 02 – 07;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 75/XII \(IL\) – Recomenda ao Governo a criação de um Núcleo Museológico da indústria Açoriana dos séculos XIX e XX para integrar a Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 01 – 21;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 79/XII \(PAN\) – Recomenda ao](#)

Governo a proteção e reconversão do património da SINAGA

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 01 – 21;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XII \(BE\) - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2006/A, de 21 de março, que estabelece o Estatuto do Pessoal não Docente do Sistema Educativo Regional](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 02 – 01;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 82/XII \(PSD\) – Reconversão da ‘Casa da Balança’ em equipamento social](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 02 – 01;

Assunto: [Setorial sobre a Proposta de Resolução n.º 3/XII \(GOV\) – Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2020](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 02 – 07.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 02 – 07;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XII \(GRA\) - Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, IPRA](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 01 – 21;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 64/XII \(PSD\) – Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 02 – 04.

A redatora, Ana Paula Lemos